



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

Moisés Gonçalves de Melo

AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA: o Programa de Fomento às
Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG.

Diamantina
2021

Moisés Gonçalves de Melo

**AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA: o Programa de Fomento às
Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pacelli Teodoro

**Diamantina
2021**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M528a

Melo, Moisés Gonçalves de

Agricultura familiar e política pública: o programa de fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG / Moisés Gonçalves de Melo, 2021.
106 p. il.

Orientador: Pacelli Henrique Martins Teodoro

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2021.

1. Agricultores familiares. 2. Unidade de produção familiar. 3. Investimento público. 4. Desenvolvimento local. I. Teodoro, Pacelli Henrique Martins. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 307.72

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária: Viviane Pedrosa – CRB6/2641



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

MOISÉS GONÇALVES DE MELO

Agricultura familiar e política pública: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação **em Ciências Humanas** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de Mestrado**, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Humanas**.

Orientador: Prof. **Pacelli Henrique Martins Teodoro**

Data de aprovação 23/02/2021.

Prof. Dr. Pacelli Henrique Martins Teodoro - (UFVJM)

Profa. Dra. Adriana Gomes de Paiva - (PPGCH/UFVJM)

Prof. Dr. Raphael Fernando Diniz - (PPGGEO/UFJ)



Documento assinado eletronicamente por **Pacelli Henrique Martins Teodoro, Servidor**, em 23/02/2021, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Gomes de Paiva, Servidor**, em 24/02/2021, às 00:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Fernando Diniz, Usuário Externo**, em 02/03/2021, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0289494** e o

código CRC **818F33BB**.

Dedico esse trabalho a todos os agricultores familiares que produzem alimentos para a nossa nação.

AGRADECIMENTOS

Quando se para e reflete sobre tudo que devemos agradecer, temos noção de quanto o próximo é importante no nosso ciclo de vida profissional.

Agradeço a minha esposa Ângela, que contribuiu imensamente neste trabalho e que comigo compartilha nossos bons e momentos não tão bons e que sempre presente acredita no meu potencial e me incentiva constantemente.

Agradeço aos meus filhos Luís Eduardo e Maria Elisa, pela paciência e ausência em momentos dedicados na pesquisa.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Humanas da UFVJM, agradeço pelos debates e momentos de aprendizagem durante as disciplinas do programa.

Aos agricultores que aceitaram de bom grado a participar das entrevistas.

Ao meu orientador professor Dr. Pacelli Henrique Martins, que com empenho, competência e satisfação me orientou nestes dois anos, possibilitando assim que o trabalho fosse realizado.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Humanas pelo conhecimento, carinho, competência e compreensão nesses dois anos.

Agradeço aos professores Prof. Dr. Davidson Afonso de Ramos e a Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher pelas contribuições e sugestões apontadas na banca de qualificação. E de imediato e antecipadamente agradeço a disponibilidade dos professores Profa. Dra. Adriana Gomes de Paiva e Prof. Dr. Raphael Fernando Diniz pela disponibilidade em participar da banca de defesa.

Agradeço muito ao escritório local da Emater em Datas- MG e seus extensionistas André e Deliana e o Thiago Carvalho Alves de Araújo, Coordenador Técnico Estadual Inclusão Produtiva e Erradicação da Pobreza, pelas informações prestadas sobre o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Minas Gerais.

À Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri pelo incentivo do Planquali, em destaque o senhor Gildásio Fernandes que enquanto meu chefe imediato durante o período de disciplinas aceitou a compensação de horários e incentivou a participação nas aulas presenciais.

E por fim a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente na realização desse trabalho, a vocês, meus sinceros agradecimentos!

“Erradicar a pobreza e a fome e alcançar sustentabilidade ambiental nas próximas décadas dependerá criticamente da agricultura familiar.”.

José Graziano da Silva
Ex-Diretor Geral da FAO

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é investigar a implementação, a execução e os impactos da política pública para o setor da agricultura familiar em Datas, município localizado no estado de Minas Gerais, especificamente no Vale do Jequitinhonha – região foco de políticas federais e estaduais desde a década de 1960. Para tanto, esta pesquisa buscou um referencial teórico e uma revisão bibliográfica multidisciplinar sobre agricultura (familiar) e política pública; dados quantitativos para a caracterização multiescalar da estrutura fundiária brasileira, principalmente das atividades produtivas em Datas; uma análise documental sobre o Plano Brasil Sem Miséria e seu Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e, por fim, a produção primária de dados quanti-qualitativos, por meio de 16 entrevistas domiciliares do total de 28 agricultores beneficiários do Acordo de Cooperação Técnica 2016 (2017-2018), além da análise de dados internos da Emater-MG, empresa responsável pela execução do Programa no estado. Verificou-se que grande parte dos agricultores familiares se estrutura a partir de três atividades produtivas: bovinocultura de leite, avicultura de postura, hortaliças e semelhantes. Os principais benefícios apontados foram: melhoria de renda, incentivo à produção, ampliação de área cultivada e estruturação da propriedade. Os objetivos alcançados com o Programa, segundo os próprios beneficiários, estão relacionados ao crescimento e desenvolvimento dos meios produtivos e melhorias na propriedade em geral. Como problemas para a produção agrícola, o tempo é o principal, seguido da comercialização, do atravessador, das pragas, da falta de recursos financeiros e, também, de assistência técnica, quando se constatou o anseio dos agricultores por um apoio governamental contínuo. Concluiu-se, de modo geral, que a política pública foi executada de forma efetiva. Ainda assim, os trabalhos de campo proporcionaram informações adicionais sobre alguns gargalos na execução do Programa pela empresa, como a não substituição de famílias excluídas do acordo, falta de registro documental do projeto estruturado e não ampliação de mais visitas técnicas aos produtores locais.

Palavras-chave: Agricultores familiares. Unidade de produção familiar. Investimento público. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The objective of this paper is to investigate the implementation, execution and impacts of public policy for the family agriculture sector in Datas, a municipality located in the Minas Gerais State, specifically in the Jequitinhonha Valley – a focus region for federal and state policies since the 1960s. To this end, this research sought a theoretical reference and a multidisciplinary bibliographic review on (family) agriculture and public policy; quantitative data for the multiscale characterization of the Brazilian land structure, especially productive activities in Datas; a documentary analysis of the Brazil Without Misery Plan and its Program to Promote Rural Productive Activities; and finally the primary production of quantitative data, through 16 household interviews of the total of 28 farmers beneficiaries of the Technical Cooperation Agreement 2016 (2017-2018), in addition to the analysis of internal data from Emater-MG, the company responsible for implementing the Program in the state. It was found that most family farmers are structured based on three productive activities: dairy cattle, laying poultry, vegetables and similar. The main benefits pointed out were: income improvement, production incentive, expansion of cultivated area and property structuring. The objectives achieved with the Program, according to the beneficiaries, are related to the growth and development of productive means and improvements in the property in general. As problems for agricultural production, the weather is the main one, followed by commercialization, crossing, plagues, lack of financial resources and, also, of technical assistance, when farmers' desire for continued government support was noted. It was concluded, in general, that public policy was effectively implemented. Even so, the field work provided additional information on some bottlenecks in the implementation of the Program by the company, such as the non-replacement of families excluded from the agreement, the lack of documentary record of the structured project and the non-expansion of more technical visits to local producers.

Keywords: Family farmers. Family production unit. Public investment. Local development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dificuldades, demandas e estratégias para o eixo inclusão produtiva rural	59
Quadro 2 - Descrição dos projetos e investimentos produtivos apoiados no âmbito do Programa de Fomento. Brasil, 2011-2014	62

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Datas no Alto Jequitinhonha, estado de Minas Gerais	39
Figura 2 - Principais grupos de atores atuantes na construção de políticas públicas para agricultura familiar ao longo dos anos.	54
Figura 3 - A organização do Plano Brasil Sem Miséria	58
Figura 4 - A organização da rota de inclusão produtiva rural	66
Figura 5 - Plantio de bananeiras e produção de morango estruturado pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Datas, 2020.....	89
Gráfico 1 - Percentual de estabelecimentos em número e área (ha), por grupo em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários. Brasil, 2006-2017	32
Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos em número e área (ha), por grupo em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários. Minas Gerais, 2006-2017.....	33
Gráfico 3 - Percentual de estabelecimentos em número e área (ha), por grupo em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários. Datas, 2006-2017	34
Gráfico 4 - Evolução do percentual de área plantada em relação à média nacional. Datas, 2006-2010.....	42
Gráfico 5 - Número absoluto de agricultores familiares e não familiares, por cultura. Datas, 2016-2017.....	45
Gráfico 6 - Número absoluto de agricultores familiares e de agricultores não familiares, por hortaliças. Datas, 2016-2017	46
Gráfico 7 - Número absoluto de agricultores familiares e agricultores não familiares, por cultura. Datas, 2016-2017.....	47
Gráfico 8 - Valores previstos e investidos pelo Plano Brasil Sem Miséria. Minas Gerais, 2014-2019	67
Gráfico 9 - Investimentos pelo Plano Brasil Sem Miséria. Minas Gerais, 2014-2019.....	69
Gráfico 10 - Famílias atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria. Minas Gerais, 2014-2019 ...	71
Gráfico 11 - Famílias atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria, em número absoluto. Minas Gerais, 2014-2019	75
Gráfico 12 - Famílias atendidas plenamente e parcialmente pelo Plano Brasil Sem Miséria, em número absoluto. Minas Gerais, 2014-2019.....	76
Gráfico 13 - Famílias atendidas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por comunidade e em percentual. Datas, 2017-2018.....	82

Gráfico 14 - Atividades estruturadas por meio do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em percentual. Datas, 2017-2018	85
Gráfico 15 - Benefícios imediatos com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em percentual. Datas, 2017-2018	86
Gráfico 16 - Principal problema para produção agrícola, em percentual. Datas, 2017-2018 ...	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da terra por modelo de produção. Brasil, 2006-2017	36
Tabela 2 - Distribuição da terra por modelo de produção. Datas, 2006-2017.....	36
Tabela 3 - Número e área de estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar, por grupo de área. Datas, 2006-2017	37
Tabela 4 - Condição de uso da terra, por modo de produção. Datas, 2006-2017.....	43
Tabela 5 - Números absolutos da produção de agricultores familiares, por cultura. Datas, 201948	
Tabela 6 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2014/Contrato 2014 ACT-MG/2014	71
Tabela 7 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2016/Contrato 2016 ACT-MG/2016	72
Tabela 8 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2018/Contrato 2018 ACT-MG/2017	73
Tabela 9 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2020/Contrato 2019 ACT-MG/2019	74
Tabela 10 - Datas das visitas durante execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Datas, 2017-2018	78
Tabela 11 - Dados sociodemográficos dos agricultores beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Datas, 2020	82
Tabela 12 - Dados dos agricultores quanto à renda, atividade produtiva, destinação e participação em outras políticas públicas. Datas, 2020	83
Tabela 13 - Atendimento de necessidade pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Datas, 2020.....	86

LISTA DE SIGLAS

ACT - Acordo de Cooperação Técnica
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BSM - Brasil Sem Miséria
CadÚnico - Cadastro Único
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS - Centro de Referência e Assistência Social
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Emater-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETRAF - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MG - Minas Gerais
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NIS - Número de Identificação Social
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR - Plano Nacional de Habitação Rural

PNHR - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SEDA - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Procedimentos metodológicos	18
1 AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
1.1 Historicidade recente da agricultura (brasileira)	22
<i>1.1.1 Construção e reconhecimento da agricultura familiar.....</i>	<i>26</i>
1.2 Caracterização da estrutura fundiária: Brasil, Minas Gerais e Datas.....	31
<i>1.2.1 Agricultura em Datas.....</i>	<i>38</i>
2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA.....	49
2.1 Políticas públicas	49
<i>2.1.1 Agricultura familiar</i>	<i>52</i>
2.2 Plano Brasil Sem Miséria	57
<i>2.2.1 Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.....</i>	<i>60</i>
3. PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS EM DATAS	65
3.1 Política pública pela Emater-MG	65
<i>3.1.1 Informações oficiais da pesquisa documental sobre a execução do Programa</i>	<i>76</i>
3.2 Pesquisa de campo: entrevistas com agricultores beneficiários	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE A - Questionário aplicado aos agricultores familiares.....	100
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	103
ANEXO A - Carta de Instituição coparticipante	106

INTRODUÇÃO

A categoria “agricultura familiar” surgiu por volta de 1980, sendo amplamente divulgada na década seguinte. Institucionalmente, foi reconhecida e legitimada pelo Estado, que buscou, em um dos seus primeiros atos, atender as reivindicações dos movimentos sociais do campo em favor de tal categoria com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, via mecanismo legal por meio de decreto presidencial à época.

Com a inicial materialização das políticas públicas, a perspectiva do Governo brasileiro era promover a inserção dos agricultores no mercado, visto que tais sujeitos eram resultantes de um longo processo de diferenciação social, embora fosse necessário prover também melhorias na qualidade de vida e nas condições de permanência no campo. Assim, era preciso pensar e promover tipos de políticas públicas também de caráter social e com amplitude nacional.

Após o PRONAF, várias políticas públicas foram criadas e institucionalizadas para atender os agricultores, mas somente no ano de 2003, com um programa denominado “Fome Zero” e seu enfoque nos problemas relacionados à soberania alimentar, o caráter social passa a integrá-los. Com a evolução e amplitude das políticas públicas, em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) é criado, via decreto presidencial da época, visando atender à população em extrema pobreza. A fim de atender os objetivos do PBSM, uma das ações visava contemplar aos agricultores em condições de extrema pobreza e, em um dos seus eixos, o de inclusão produtiva urbana e rural é personificado pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, objeto específico desse estudo.

Desta forma, pelo viés científico, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPCH-UFVJM), na linha “Política, Cultura e Sociedade” (sublinha “Espaço, Poder e Conflitos”), abordando o Plano Brasil Sem Miséria em âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, como política pública para a agricultura familiar.

Para sua realização, privilegiou-se o território de Datas, um município localizado no Vale do Jequitinhonha, microrregião de Diamantina, no estado de Minas Gerais. Datas tem como uma de suas bases econômicas a agricultura, atividade que se fortaleceu após a queda da mineração e mais intensamente após a chegada dos produtores de morango, vindos do Sul

do estado, de forma que, como uma das bases da economia deste município, a agricultura é uma atividade recente.

Justifica-se também a escolha do município de Datas, para a realização desta pesquisa, por sua proximidade com a Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, sede em Diamantina, em torno de 40 quilômetros. Além das recentes mudanças das atividades de ocupação, da mineração ao trabalho no campo e o crescente desenvolvimento da agricultura local, modificando significativamente os segmentos econômicos da cidade.

Para a agricultura familiar de Datas são destinadas diversas políticas públicas e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, uma das ações do PBSM do Governo Federal, representa a mais recente implementada e teve execução recente, beneficiando agricultores familiares em condição de extrema pobreza. A partir disso, o marco temporal definido para esse estudo foi o período de 2014 a 2019, que se justifica por ter sido o ano inicial da implementação do PBSM no estado de Minas Gerais e no município. Durante cinco anos, pretende-se analisar a execução do Programa, os impactos locais da política federal em três distintos governos: Dilma Rousseff (2014-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019).

Desse modo, objetiva-se investigar a implementação, a execução e os impactos da política pública para o setor da agricultura familiar em Datas, no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria. E os objetivos específicos consistem em:

- Analisar a agricultura, no tocante ao acesso à terra, a produção e o trabalho;
- Identificar as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar no Brasil, com enfoque no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e
- Pesquisar, detalhar e analisar empiricamente como as atividades produtivas no município de Datas foram estruturadas pelo Programa.

Esse estudo aborda o tema das políticas públicas direcionadas às populações rurais, categorizadas como agricultores familiares, sendo uma temática relevante para o campo das Ciências Humanas, pois é uma forma de evidenciar as lutas dessa categoria tanto em reconhecimento quanto em ocupação de territórios na sociedade. A pesquisa realizada sobre o Programa de Fomento às Atividades Rurais propiciará uma investigação sobre resultados da política pública e, também, sua caracterização materializada localmente. Destaca-se que o estudo é em âmbito local, cujo recorte social pode auxiliar na

compreensão do tema na esfera regional, uma vez que se pode confrontar a proposta original de implantação, visualizando sua prática e seus resultados no final do processo.

No que se refere à estrutura de trabalho, esse é organizado em três capítulos. No primeiro, trata-se basicamente de agricultura, com a historicidade da trajetória de construção e reconhecimento da agricultura familiar enquanto um dos modelos existentes, destacando a contribuição de atores nas vertentes social, política e acadêmica. A agricultura no município de Datas será caracterizada com a discussão da estrutura fundiária, caracterização do cenário agrícola, quanto às espécies exploradas, categorias de agricultores e produção no período de execução do Programa.

Já no segundo, a discussão é em torno das políticas públicas para a agricultura familiar e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, como uma dessas. Discute-se o direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar como uma forma de legitimá-la e reafirmá-la enquanto modelo de agricultura, sendo tais políticas apresentadas e discutidas por gerações: divididas em primeira, segunda e terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar. Finaliza-se o capítulo com a discussão do PBSM, com enfoque no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

E no terceiro, os dados oficiais e primários da pesquisa de campo, realizada com a população local beneficiária da política pública em questão, são apresentados, comparados e debatidos. Considera-se um capítulo de extrema importância para a pesquisa, uma vez que o pesquisador pôde correlacionar, discutir e refletir, a partir dos debates teórico-documentais anteriores, a implantação e execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais em Datas.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é quanti-qualitativa, descritiva e tipo estudo de caso que, segundo Gil (2002, p. 44), “[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um, ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Ainda, o autor (2002, p. 55) define que os propósitos do estudo de caso “[...] não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”. Desta maneira, a partir do estudo de caso, poderá exaustivamente entender o funcionamento e resultados da política pública destinada aos agricultores familiares, partindo de uma compreensão teórica e seu

funcionamento na prática, com um recorte regional de sua implantação, e demonstrar os resultados após sua execução, com informações claras de êxitos e/ou falhas.

A pesquisa abrangeu duas etapas: na primeira, discussão teórica e revisão bibliográfica, com levantamento de estudos sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, desde seu reconhecimento até os tempos atuais, e análise documental a partir de dados quantitativos dos censos agropecuários e demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de dados cedidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Minas Gerais; já na segunda, a pesquisa de campo, com a submissão de questionários semiestruturados aos agricultores beneficiários no universo em questão (Apêndice A), devidamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM (parecer nº 4.051.439) (Apêndice B). Ademais, foi realizada uma análise de documentos internos referentes à execução do Programa, arquivados no escritório local de Datas.

Para a discussão da agricultura familiar, quanto a seu reconhecimento e direcionamento de políticas públicas para a categoria enquanto modelo de agricultura, com enfoque no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do PBSM, foi realizada pesquisa bibliográfica no sítio eletrônico da *CAPES Periódicos* e do *Google Acadêmico*. Já para descrever e discutir a agricultura familiar no município de Datas, em relação à estrutura fundiária em que se inserem os estabelecimentos agropecuários, tipos de atividades agrícolas predominantes, modelos de agricultura coexistentes etc., foram consultados e coletados dados de materiais bibliográficos que abordam as temáticas condizentes. Realizaram-se os mesmos procedimentos com documentos estatísticos: os Censos Agropecuários do IBGE de 1995/1996, 2006 e 2017. Utilizaram-se, também, dados do relatório do ano agrícola 2016/2017 e 2019, cedidos pela Emater-MG.

O tipo de estudo adotado utilizou-se de fontes de dados tanto secundárias quanto primárias, julgando a forma quanti-qualitativa para melhor compreender o caso proposto. De certa forma, a abordagem adicional na forma qualitativa, exercitada na pesquisa, proporcionou o conhecimento, a situação e a compreensão do resultado *in loco* da política pública.

A pesquisa de campo baseia-se em verificar como um fenômeno acontece empiricamente e informações e dados a respeito têm potencial de serem coletados por meio de questionários, entrevistas, depoimentos etc. O pesquisador vai a campo, por exemplo, para recolher informações onde o evento ocorre (LOPES, 2006). No conceito da forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e quantitativa, sendo preciso aplicar um

questionário com perguntas abertas e fechadas. Um estudo qualitativo proporciona que o pesquisador levante dados e informações subjetivamente e as analise de maneira qualitativa e indutiva. Por outro lado, a pesquisa quantitativa tem por culminância determinar variáveis, convertendo os dados em gráficos, comparativos, tabelas ou figuras (FRÖHLICH; DORNELES, 2011).

Em execução no município de Datas desde o ano de 2014, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais beneficiou, no primeiro momento (2014-2016), trinta e seis famílias, enquanto no segundo (2017-2018), um total de vinte e oito famílias (MINAS GERAIS, 2019). Dessa forma, buscou-se contatar e entrevistar todos os beneficiários deste último contrato, a partir da submissão de questionários em campo.

Para a identificação de quais são os beneficiários e em que comunidades estão localizados, foi solicitada formalmente estas informações ao escritório local da Emater-MG. Assim que atendida a solicitação, as visitas domiciliares e a submissão dos questionários aos agricultores ocorreram nos meses de outubro e novembro de 2020, com o resultado de dezesseis entrevistas (57,14% do total).¹ Salienta-se que todas as vinte e oito famílias beneficiadas do Programa em Datas foram mapeadas graças às informações fornecidas pela instituição coparticipante, em concordância manifestada por meio de carta (Anexo A).

Após a coleta de informações, os dados primários foram sistematizados em tabelas e gráficos, elaborados no decorrer de sua organização. Foram elaborados quadros sínteses da descrição dos resultados, com a utilização de programas como *Microsoft Word* e *Microsoft Excel*.

Os dados coletados junto ao referido grupo, somados aos estatísticos e documentais e, também, em diálogo com a discussão teórica, foram analisados e apresentados em forma de texto. A interpretação foi feita mediante os dados analisados, com diálogo estabelecido com autores que abordam os temas “agricultura familiar” e “Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais”, cujos estudos se podem verificar pressupostos teóricos, modelos de análises e resultados de pesquisas, os quais instrumentaram a análise e produção da própria redação textual.

¹ Do restante não entrevistado, três mudaram de Datas (em conversa com seus vizinhos, foi informado que eles foram embora para outras regiões do estado, devido à proposta de empregos); três informaram que não participaram do Programa, apesar do nome, NIS e CPF constarem na relação de beneficiários fornecida pela Emater-MG (segundo o escritório local, tudo indica que eles foram excluídos do Programa por motivo de renda superior ou cadastral); quatro não foram encontrados em casa, após três tentativas; e dois optaram em não participar da pesquisa.

Para análise dos dados, foi adotada a estatística descritiva e de conteúdo de resposta para melhor apresentação dos resultados. Segundo Marconi e Lakatos (1996), o objetivo da estatística descritiva é o de representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados. Esta tarefa, que adquire grande importância quando o volume de dados for grande, concretiza-se na elaboração de tabelas e gráficos e no cálculo de medidas ou indicadores que representam convenientemente a informação contida nos dados. E a análise de conteúdo foi utilizada para análise dos dados qualitativos, a qual procura, segundo Laville e Dione (1999), desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo, com vistas a esclarecer suas diferentes características e significação.

Por fim, cabe reforçar que a pesquisa foi realizada em respeito às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo os Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016), com seu projeto submetido e aprovado no Comitê de Ética da UFVJM, mas em virtude da pandemia do Covid-19 que assola a nação nesses tempos e das recomendações dos órgãos internacionais de saúde, a fase da pesquisa que previa a visita aos agricultores foi realizada respeitando as normas de contato durante a pandemia, especialmente num período em que os números de casos de contágio e morte estavam em queda nacional e regional.

1. AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo apresenta o processo de reconhecimento da agricultura no Brasil, com destaque para a agricultura familiar. Inicialmente com a apresentação da historicidade da agricultura brasileira e o surgimento da agricultura familiar no Brasil, desde seu reconhecimento como tipo de agricultura, com contribuições de diversos atores nas vertentes acadêmica, social e política. Em seguida, a caracterização da agricultura no município de Datas, quando foi discutida a configuração da estrutura fundiária, a classificação dos imóveis rurais e o cenário agrícola quanto à participação dos agricultores e das principais culturas agrícolas exploradas.

1.1 Historicidade recente da agricultura (brasileira)

A agricultura passou por intensas transformações e como algumas das ações continuadas responsáveis por isso, Santilli (2009) lista a primeira Revolução Agrícola dos tempos modernos, por volta do século XVI ao XIX, em grande parte da Europa, ligada à primeira Revolução Industrial. Segundo Santilli (2009), essa primeira revolução agrícola deu origem aos sistemas de culturas de cereais e forrageiras sem pousio e uma das consequências disso foi a duplicação da produção e produtividade agrícolas.

Seguida da primeira Revolução, já a partir da metade do século XIX e início do XX, primeiro nos Estados Unidos da América e depois nas colônias europeias das regiões temperadas (Canadá, Argentina, Austrália etc.), ocorreu a segunda Revolução Agrícola dos tempos modernos, com os novos processos de produção agrícola derivados da Revolução Industrial (pacote tecnológico), introduzindo mecanização, motorização, produtos químicos (insumos, adubos, fertilizantes, agrotóxicos), diversidade de plantas e raças de animais selecionados e adaptados aos novos meios de produção agrícola e pela especialização de propriedades rurais que, até então, praticavam a policultura associada à manejo de animais (SANTILLI, 2009). E suas características principais, temos a especialização na produção de cereais, vinhos, leite, queijos, carnes e lã, além de ganhos em alta produtividade e acréscimo da produtividade bruta do trabalho agrícola. Ainda conforme a autora (2009), os ganhos em alta produtividade se espalharam de forma desigual para os países desenvolvidos e por alguns setores (limitados) das nações em desenvolvimento.

Arbage (2012) deduz que no final de 1950 e início de 1960, o modelo agrícola caracterizado pelas técnicas e insumos decorrentes da última Revolução Agrícola passou a ser conhecido como Revolução Verde e se propaga da Europa para os demais continentes do mundo. Por volta do final desse século e início do seguinte, a agricultura brasileira começou a apresentar características resultantes da incorporação das técnicas impostas por tal Revolução, com indícios de *expertise* e vantagens no sistema de produção, com o saldo da balança comercial baseado fundamentalmente em *commodities* agrícolas, potencializando a produção manufatureira das cidades (ARBAGE, 2012).

A Revolução Verde se disseminou com o discurso que a produção em grande escala acabaria com a fome e a agricultura brasileira inseriu as técnicas e inovações impostas por essa revolução, mas sobre isso Graziano Neto (1985) assegura que essas novidades, inovações da agricultura contribuíram para uma piora da fome, da miséria e das injustiças sociais, por ter favorecido, sobretudo, os grandes estabelecimentos com potencial para a produção em escala elevada.

Nesse sentido, Wanderley (1985) descreve que, com a modernização agrícola brasileira, as grandes propriedades se estabeleceram como modelo socialmente reconhecido, recebendo incentivos expressos na política agrícola, contribuindo para sua modernização e assegurando sua reprodução. Como método de apressar a modernização da agricultura, o Governo brasileiro disponibilizou estímulos expressos, principalmente o crédito rural o principal instrumento para tanto, contudo, os principais beneficiados e agraciados foram os proprietários das propriedades de grande porte – ação que contribuiu e influenciou as desigualdades dos níveis de rendas das propriedades.

Ocorreu estímulo à modernização da agricultura sem alteração na distribuição da terra e, deste modo, a alta aglomeração e a concentração da propriedade de terra caracterizam a estrutura fundiária do país. Jose Graziano da Silva (1982) descreve tal processo de modernização da agricultura de “modernização conservadora”, por conseguinte ter ocorrido mantendo o padrão histórico de distribuição de posse da terra e da estrutura agrária deformada desde suas origens. Aconteceu uma transformação tecnológica profunda da agricultura sem qualquer modificação na estrutura fundiária, permanecendo e agravando o padrão injusto de divisão da posse da terra (WANDERLEY, 2015).

As mudanças que ocorreram na agricultura foram de modo diferenciado, onde apenas os produtores de grande porte foram agraciados, juntamente com a produção destinada a exportação. É nessa toada que Arbage (2012) define que objetivos modernizantes da Revolução Verde se concentraram: protegendo uns agricultores em prejuízo de outros,

causando a riqueza e miséria no campo; expandindo as desigualdades regionais e a concentração fundiária; surgimento de divisas para o país; subemprego rural, com a proletarianização de trabalhadores; internacionalização de indústrias de defensivos agrícolas, fertilizantes e máquinas agrícolas; incorporação de novas áreas agrícolas e aumento da oferta de produtos agrícolas.

Jose Graziano da Silva (1982) alega que a modernização contempla todo o processo ocorrido, uma vez que também modifica, juntamente com o progresso técnico da agricultura, a organização da produção, incluindo as relações sociais de produção e alterando as relações de trabalho. Como resultado desta modernização, muitos pequenos agricultores foram retirados de suas terras e substituídos pelos modelos empresariais de organização de produção.

A forma de desenvolvimento imposto pela Revolução Verde, não aplicada e acessível a todos os agricultores, deixou às margens os donos de pequenas propriedades, que não conseguiram adotar as técnicas de produção fornecidas por esta modernização. Em relação a esta marginalização, Santilli (2009) descreve que seus impactos foram desiguais, tendo os beneficiados com os avanços tecnológicos e aumentos de rendimento e produtividade somente os proprietários de grandes extensões de terra, com monoculturas destinadas para a exportação. Continuados nesse sentido, Arbage (2012) defende que a denominada modernização conservadora apareceu da constatação de que a Revolução Verde, alavancada pelo crédito rural orientado, adquiriu como característica principal seu caráter concentrador, privilegiando culturas de venda ao exterior (algodão, café, cana, soja) em desfavor às culturas de subsistência (feijão, milho, mandioca, batata) e o atendimento ao mercado interno, que eram intensivas em mão de obra.

Defende Jose Graziano da Silva (1982) que a desigualdade da modernização agrícola brasileira ocorreu entre as regiões do país, as atividades agropecuárias e os produtores rurais. Em resumo e forma, para esse pesquisador, o Sudeste e o Sul são as regiões que mais têm se modernizado, destacadamente os estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Em relação à desigualdade da modernização no que abarca aos produtores rurais, as transformações da agricultura brasileira aconteceram de forma diferenciada, privilegiando grandes produtores, ainda que algumas regiões recebessem, juntamente com os produtos de exportação, mais benefícios e incentivos que outras. Isso porque o modelo agrícola imposto pela modernização, da mesma forma que o modelo econômico, privilegia, segundo o mesmo autor, os grandes capitais, excluindo os pequenos, a partir do momento em que os primeiros têm acesso ao crédito rural e as políticas de comercialização.

Corroborando com os argumentos anteriores sobre a desigualdade da modernização agrícola, Mazoyer e Roudart (2010) escrevem que, em países em desenvolvimento, a boa parte dos camponeses, trabalhadores do meio rural em sua maioria, sujeitos cuja estrutura de produção dispõe apenas da mão de obra familiar em forma predominante e assim não encontrou formas de acesso à automação/mecanização, por esta serem muito onerosas, e que muitos deles nunca tiveram acesso aos meios de produção de uma ou outra das revoluções agrícolas.

Para o contexto do Vale do Jequitinhonha, Ribeiro *et al.* (2007) descrevem que, de 1970 a 2000, programas de fornecimento de crédito foram destinados à região para encorajar a produção e modernização, mas exigiam beneficiários de renda alta e mudanças na técnica produtiva para inserir a transformação agrícola, a conhecida “Revolução Verde”. E conforme esses autores, isso gerou uma barreira econômica e cultural para a inclusão de grande parte das famílias rurais da região e, assim, a modernização e o crédito rural não foram possíveis para os agricultores donos das propriedades de pequeno porte.

De certa forma e em um pensamento direcionado progressista da agricultura, Silva e Tubaldini (2009) enfatizam ter sido as regiões do Vale do Jequitinhonha como um dos principais pontos da política de modernização na década de 1970, prosperada pelo Governo Militar (1964-1985). Completa segundo tal autor, uma das ações dessa política de modernização foi à concessão do direito de exploração das terras públicas às empresas de reflorestamento para a cultura de eucalipto (plantio, manejo e desenvolvimento), o que resultou em inúmeras consequências sociais, econômicas e ecológicas. Algumas das consequências sociais e econômicas foram à expropriação de camponeses que residiam nas grotas, com as perdas das terras de uso coletivo (chapadas) que eram empregadas em regime comum para a coleta de frutos nativos, o cultivo de pastagens e a criação e manejo de gado a “solta”; e como resultados ecológicos tem-se a redução da biodiversidade e de cursos d’água. A respeito dessa situação, Moura (1988) enfatiza que a presença destas empresas reflorestadoras foi uma das faces da expansão capitalista responsável pela expropriação dos pequenos lavradores na região.

Com a modernização da agricultura, acreditava-se uma igualdade, uma hegemonização dos modelos de produção de forma que todos passassem a produzir, a fim de atender às demandas do mercado agroexportador, com tendência ao desaparecimento das unidades de produção que não se modernizassem pela incorporação das novas técnicas da revolução verde. Essa foi uma concepção importada de Karl Kautsky (1854-1938) e Vladimir Lenin (1870-1924) para a realidade alemã e russa, respectivamente, concepção adquirida

numa ocasião em que tais autores refletiram no final do século XIX sobre o destino do camponês com a chegada do capitalismo no campo. Para Kautsky, quando os padrões capitalistas são incorporados pela agricultura, inicia-se a luta entre o grande e o pequeno estabelecimento agrícola, sendo que a superioridade na qualidade das técnicas aplicadas pelo grande resultaria em derrota do segundo. Já para Lenin, com o capitalismo avançando para o campo, os pequenos agricultores se diferenciariam em dois grupos: patrões e operários, sendo o primeiro dotado de autoridade política e econômica e o segundo composto pelos camponeses pobres e sem-terra, constituindo o proletariado rural (PICOLOTTO, 2011).

Com a modernização agrícola, muitos dos estabelecimentos rurais não se modernizaram, mas não desapareceram. Dessa forma, Santos (2019) complementa:

A constatação da permanência destas unidades de produção, resultantes de um longo processo de diferencial social e combinação de fatores de produção, contextos regionais e fatores sociais, superou a visão reducionista, uniformizada e hegemônica da agricultura do país. Para esse modo de produção e seus sujeitos, surgem, respectivamente, a agricultura familiar e os agricultores familiares. A construção e o reconhecimento da agricultura familiar, como modelo de agricultura, deram-se, com a participação de vários atores, com contribuições em três vertentes distintas e complementares. (SANTOS, 2019, p. 36).

Assim, a agricultura familiar e as três distintas vertentes de sua construção e seu reconhecimento serão abordadas, a seguir.

1.1.1 Construção e reconhecimento da agricultura familiar

A agricultura familiar, enquanto categoria de produção agrícola, e o termo agricultor familiar, para denominar seus sujeitos, surgiram por volta de 1980, sendo amplamente divulgada por volta de 1990. Sobre a construção e o reconhecimento da agricultura familiar, Picolotto (2011) debate a participação de atores de três vertentes diferentes: a acadêmica, a social e a política. Na primeira vertente, tem-se a contribuição do debate acadêmico, evidenciando a importância da agricultura familiar, sobretudo na produção de alimentos. Na vertente social, a contribuição é do sindicalismo, dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais do campo. E na vertente política, têm-se ações do Estado, que contribuíram para definir o sentido oficial da categoria “agricultura familiar” e suas políticas públicas.

Picolotto (2014) discute a importância do debate acadêmico promovido por alguns autores, evidenciando os aspectos positivos da agricultura familiar e promovendo, assim, uma mudança de enfoque de trabalhos acadêmicos. Muitos dos trabalhos, realizados por pesquisadores centrados no caráter capitalista da agricultura, por volta das décadas de 1970 e

80, tomavam um enfoque teórico negativo para a pequena produção. Atribuíam à agricultura de base familiar avaliações depreciativas, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada, com fundamentos de que essa forma de produção estaria em vias de desaparecimento com a ascensão do capitalismo no meio rural.

Picolotto (2014) destaca produtos e trabalhos da academia que favoreceram e contribuíram para a afirmação da agricultura familiar no Brasil: os elaborados por uma equipe de pesquisadores, coordenada por José Graziano da Silva, sobre a “Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira” (1978). Nesse trabalho, Silva, a partir da análise dos imóveis cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destaca a importância econômica dessa no país, num momento em que se pensava em sua extinção.

Conforme Picolotto (2014), o artigo de Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco, “Novos dados sobre a produção familiar no campo” (1989), tem sua importância na construção e no reconhecimento da agricultura familiar, porque com ele, tais autoras introduziram, a partir de dados do Censo Agropecuário de 1980, a alteração do trabalho familiar para separar estabelecimentos agropecuários que faziam uso de gestão e trabalho contratados das que não separavam gestão e trabalhos realizados pela família agricultora. A partir dos dados do Censo Agropecuário analisados, estes pesquisadores constataram que 71% dos estabelecimentos agropecuários, com gestão e trabalho realizado pela família, correspondiam a 42,3% da área total e 74% do pessoal empregado na agricultura.

Ainda com contribuição positiva importante para o reconhecimento da agricultura familiar, Picolotto (2014) destaca os livros de Ricardo Abramovay, “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1992; 1998), e José Eli da Veiga, “Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica” (1991). Esses autores procuraram mostrar como a configuração da moderna agricultura de países do capitalismo central se apoiou em uma forma social de organização do trabalho e de empresa específica: a empresa familiar. As contribuições de tais estudiosos colocaram em questão os paradigmas teóricos, um fundamentado nas concepções de Kautsky e Lenin e outro nas de Alexander Chayanov (1888-1937): aquele preconizando a desestruturação das explorações familiares e fortalecimento da grande empresa fundada no trabalho assalariado e este que percebia inversamente a agricultura camponesa convivendo e, até mesmo, resistindo no capitalismo (PICOLOTTO, 2014).

Além disso, visualização diferente dos atores discutidos anteriormente, Picolotto (2014) defende e discute nos livros os resultados de pesquisa internacional, coordenada por Hugues Lamarche, “A agricultura familiar I: comparação internacional” (1993) e “A

agricultura familiar II: do mito à realidade” (1998), e o artigo de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, “Raízes históricas do campesinato brasileiro” (1996). Estes trabalhos demonstram a diversidade de organizações que a agricultura familiar pode se transformar em diferentes países.

Os textos de Lamarche, versando da adaptação da agricultura familiar em recorte econômico e políticos de vários países – França, Canadá, Polônia, Brasil e Tunísia –, apresentaram o objetivo de demonstrar, sob a lógica familiar, a organização das maneiras de exploração que variam desde aquelas mais próximas do campesinato até aquelas plenamente inseridas no mercado (PICOLOTTO, 2014). É idêntico com a variedade socioeconômica dos diversos países, o elemento unificante da variedade de situações em que se encontra a agricultura familiar é a personalidade familiar da organização do trabalho e propriedade da terra.

A partir dos trabalhos de Lamarche, foram construídos, segundo Picolotto (2014), os quatro modelos teóricos de exploração familiar: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna, sendo a agricultura camponesa e agricultura familiar moderna como predominantes no caso nacional. Assim também nesses dois modelos, o estudo destaca a predominância da mão de obra familiar como planificada, ademais onde há contratação de mão de obra. Em confronto, Abramovay e Veiga observam a agricultura familiar como uma organização familiar, no entanto Lamarche percebe que a agricultura familiar é formada por uma diversidade de casos, nas quais atua a lógica familiar com rica heterogeneidade e grande capacidade de adaptação das explorações de tipo familiar em diversos países (PICOLOTTO, 2014).

Já Wanderley, a partir de experiências da participação na pesquisa internacional realizada por Lamarche, compreende, para Picolotto (2014), o agricultor como um ator social atuante pleno do progresso, da sociedade em geral e, mais diretamente, das transformações da agricultura e do contexto rural. Wanderley contraria as concepções de Abramovay e Veiga ao delinear que o agricultor não é uma personagem nova na sociedade contemporânea desvinculada de seu passado camponês, mas sim, portador de componentes de rupturas e, também, continuidades.

Em descrição a estudos que tiveram contribuições importantes na concepção da agricultura familiar como modelo de agricultura e, singularmente, na definição de suas políticas públicas, Picolotto (2014) arrola pesquisas realizadas por meio do convênio de cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e do INCRA, coordenadas por José Guanziroli, cujo primeiro estudo, publicado em 1994, teve

como objetivo descrever diretrizes para uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil. Igualmente as principais contribuições foram à sugestão de classificação dos empreendimentos agropecuários em dois modelos, um patronal (separação entre trabalho e gestão) e outro familiar (relação íntima entre trabalho e gestão) – e dentro do modelo familiar, a divisão em três tipos de unidades familiares produtivas: consolidada (área média de 50 hectares); em transição (de 8 hectares) e periférica (de 2 hectares).

Mencionando o conjunto, que Picolotto (2014) leva em conclusão como importante na afirmação da agricultura familiar como modelo de agricultura, diz respeito ao representado pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais e pelos movimentos e organizações sociais do campo. Essa direção social coopera com a participação na organização de projetos de um novo lugar para a agricultura familiar no país, o aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes, a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) como entidade específica de agricultores familiares e a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), passando a realizar o uso da categoria “agricultura familiar”.

A CONTAG atuou, por meio da pressão sobre o Governo Federal, para a criação de políticas direcionadas ao atendimento dos produtores familiares. Após sua criação em janeiro de 1964, esta auxiliou na intensificação do processo de organização sindical da categoria “trabalhadora rural”, o que resultou, de fato, no crescimento de sindicatos e sindicalizados em todo o país. Frente ao processo de modernização da agricultura brasileira, a partir de um caráter concentrador de terra e renda, conservador e excludente, os agricultores conquistaram, de certa forma, um conjunto de políticas públicas que se estendem aos dias atuais (CONTAG, 2018).

Posteriormente Picolotto (2014), a CONTAG e FETRAF tomam para si o fortalecimento da agricultura familiar como centro de um projeto de desenvolvimento rural para nação e, para as mesmas, a agricultura familiar equivale a um modelo de organização da agropecuária centrado em unidades familiares de produção, em que o grupo familiar é quem efetua a gestão e responsável pela execução das atividades, de modo colaborativo com a família. Para o pesquisador, este modelo é mais democrático, eficiente e sustentável quando comparado com o de exploração patronal.

As entidades sindicais buscam construir atitudes positivas (HONNETH, 2009 *apud* PICOLOTTO, 2014) ao tomar para si a agricultura familiar como identidade política e, incorporando esta identidade, a tentativa foi de superar uma condição de inferioridade social

destinada aos pequenos produtores, reabilitando-os social e politicamente como atores atuantes do mundo contemporâneo e participantes ativos do desenvolvimento.

Por fim, outro conjunto com participação importante no reconhecimento da agricultura familiar é representado pelas ações do Estado, contribuindo para a definição do sentido oficial da categoria agricultura familiar e das políticas públicas que a fortaleceram (PICOLOTTO, 2014). A participação desta vertente caracteriza-se pelo reconhecimento institucional propiciado pela definição de cenários no governo, definição de políticas públicas e a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O pesquisador destaca a validação da agricultura familiar pelo Estado com a criação e aplicação do PRONAF em 1996, o qual foi organizado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 90, com o intuito de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que encontravam sendo rejeitados pelas políticas públicas ao longo do tempo e encontravam inúmeras dificuldades de sobreviver no sistema de produção.

Por conseguinte, o ato de reconhecer a agricultura familiar após a instituição do PRONAF agrega-se as terminologias “lavrador”, “camponês”, “pequeno produtor”, “agricultor de subsistência”, “trabalhador do campo” ao termo e definição do “agricultor familiar”. Wanderley (2003) debate que a definição adotada por tal política pública para a agricultura familiar é uma descrição operacional e sua legitimação inconsistente vem do fato de seu objetivo em recortar o universo dos agricultores que serão beneficiados por esta política e, enquanto tal são resultados de uma negociação entre as forças sociais envolvidas, os movimentos sociais distintos e os representantes dos poderes públicos.

Apoiado por Picolotto (2014), a partir da criação e implantação do PRONAF, os movimentos sindicais rurais brasileiros, acima de tudo aqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste, caminhou para reforçar a defesa de preposições que vislumbassem o compromisso cada vez mais rígido do Estado com uma categoria social específica e que necessitava de políticas públicas adequadas (juros menores, apoio institucional etc.).

A composição da categoria “agricultura familiar” por volta de 1990 ocorreu pela convergência entre demandas das organizações de agricultores por reconhecimento da cidadania econômica e política; do interesse do Estado em realizar políticas públicas para segmentos de agricultores que poderiam ser viáveis economicamente; e de setores acadêmicos que debatiam com os temas em questão. Acresce nesse sentido que Neves (2001) afirma que a agricultura familiar uma intenção, um projeto político de transformar agricultores que se encontravam em situação de falta de solidez socioeconômica e em vias de segregação

produtiva em um cenário de agricultores consolidados e engajados aos mercados. Assim o PRONAF aparece neste contexto, na oportunidade de integrar boa parte dos agricultores que podem ser nomeados de “familiares” nos arranjos produtivos considerados “modernos” (NEVES, 2001). O PRONAF, singularmente para a agricultura familiar, surge com a perspectiva mais desenvolvimentista no curto e longo prazo.

Para fins da política pública, PRONAF é a legitimação institucional da agricultura familiar e do agricultor familiar e, assim, é sancionada a Lei nº 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar) que traz, em seu art. 3, os requisitos a serem apresentados por um agricultor para se enquadrar como “familiar”, sendo o disposto:

Para os efeitos desta considera-se agricultor e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, não paginado).

Os conjuntos de atores com contribuições na vertente social, política e acadêmica foram importantes no reconhecimento da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura e dos agricultores como sujeitos políticos, dando visibilidade e reafirmando com o direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar. Com participação expressiva no cenário agrícola brasileiro, seja quanto ao número de estabelecimentos agrícolas, seja como principal base econômica da maioria dos pequenos municípios, a agricultura familiar continua, ainda que reconhecida, legitimada e reafirmada, como um modelo de agricultura centrado na pequena propriedade, inserida na estrutura fundiária brasileira intensamente concentrada.

1.2 Caracterização da estrutura fundiária: Brasil, Minas Gerais e Datas

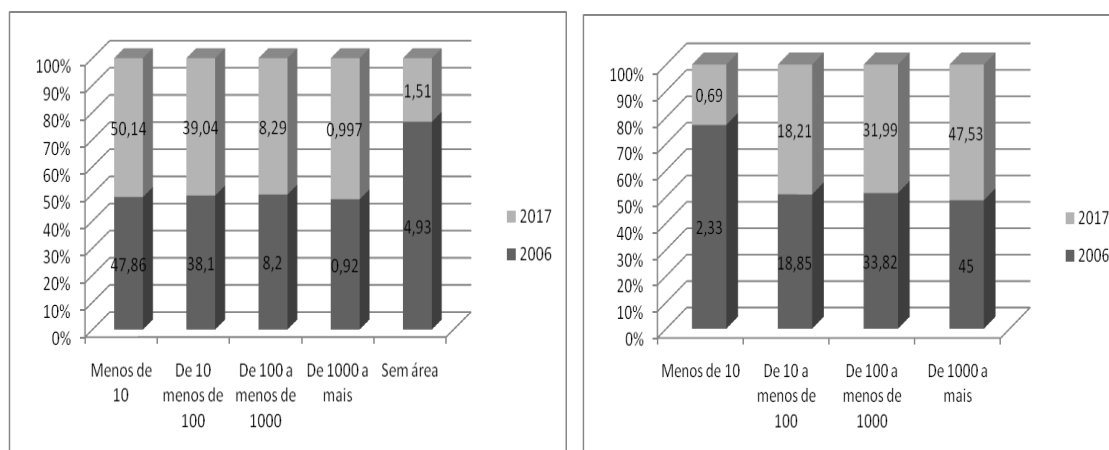
Sendo a agricultura familiar tema do presente estudo, é necessário averiguar qual a estrutura fundiária em que esta se insere no município de Datas. E para melhor compreensão a nível local, a agricultura familiar será preliminarmente analisada em âmbito nacional e estadual.

Alentejano (2011) discute a atual questão agrária no Brasil, abordando temáticas correlacionadas e que conformam seu cerne no início do século XXI. Para este autor, tais

temas são: a persistência da questão fundiária e as desigualdades que esta gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processo agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras; e a transformação na dinâmica produtiva, agravando a insegurança alimentar e persistência da violência, exploração trabalho e devastação ambiental no campo. Tais questões se correlacionam e se configuram como central no atual modelo agrário e, nisso, a questão agrária é derivada, na atualidade, da prevalência do agronegócio no modelo agrário brasileiro (ALENTEJANO, 2011).

Para melhor compreensão da estrutura fundiária brasileira, é importante observar a configuração desta a nível nacional (Gráfico 1), estadual (Gráfico 2) e local (Gráfico 3), estabelecendo uma comparação entre os dados relativos ao percentual de número e área dos estabelecimentos agropecuários dos censos de 2006 e 2017, a fim de observar as alterações ocorridas no decorrer dos últimos doze anos.

Gráfico 1 - Percentual de estabelecimentos em número e área (ha), por grupo em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários. Brasil, 2006-2017



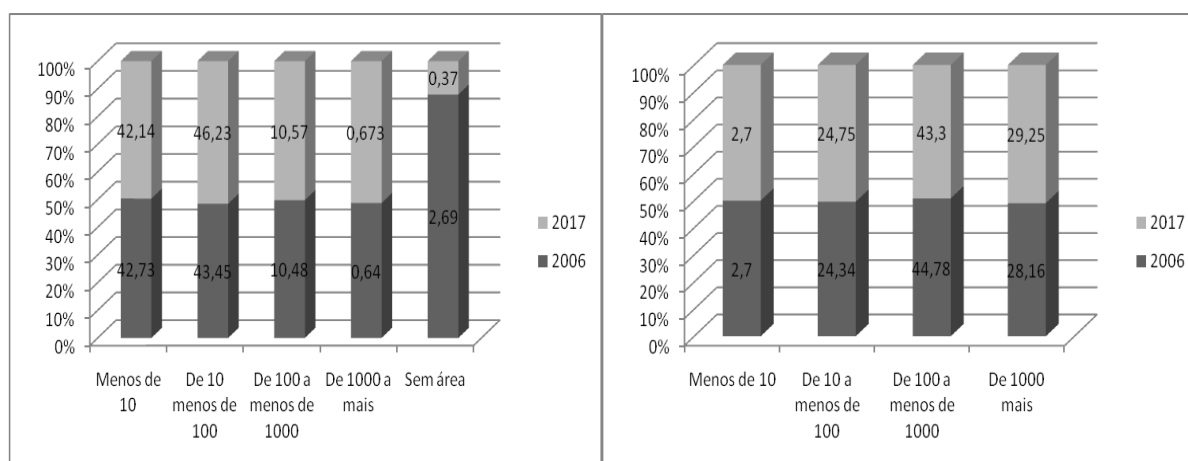
Fonte de dados: IBGE, 2006, 2017.

Comparando o percentual de estabelecimentos por grupo, observa-se que houve elevação do número de estabelecimentos com área até 10 hectares e do grupo de 10 a menos de 100 hectares de 2006 a 2017. Por outro lado, observa-se que o percentual de estabelecimentos de área de 100 a menos de 1.000 hectares se manteve praticamente estagnado, enquanto houve diminuição e aumento do número de estabelecimentos de área até 10 hectares e com mais de 1.000 hectares, respectivamente. A análise preliminar desses dados, correlacionando-os com o percentual de área destes grupos também dos censo de 2006 e 2017, indica uma tendente concentração fundiária no cenário brasileiro.

Apesar de representar a maioria dos estabelecimentos agropecuários, aqueles com menos de 10 ha ocupam o menor percentual de área. O maior percentual de estabelecimentos agropecuários em 2006 e 2017, 47,86% e 50,14%, respectivamente, equivalem ao menor percentual de área, considerando ambos os censos. Comparando o percentual de área dos estabelecimentos deste grupo (menos de 10 hectares), constata-se que um valor, que já era pequeno em 2006, sofreu significativa redução, apresentando um número aproximadamente três vezes menor em 2017.

Já em relação aos empreendimentos com área maior que 1.000 hectares, observa-se que houve elevação do percentual de sua área no período indicado, enquanto em relação aos demais grupos, não, pois houve maior concentração de área nos maiores estabelecimentos, os de área superior a 1.000 hectares.

Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos em número e área (ha), por grupo em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários. Minas Gerais, 2006-2017

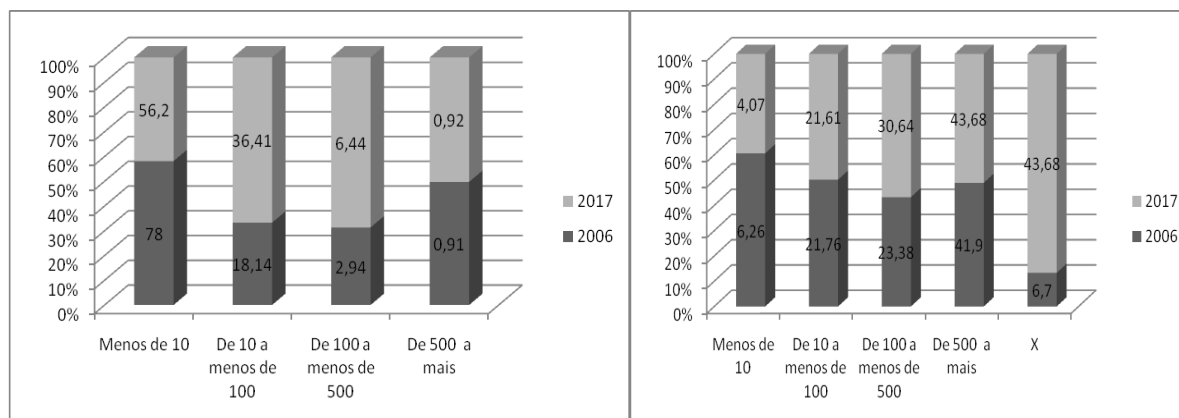


Fonte de dados: IBGE, 2006, 2017.

Em relação ao percentual de estabelecimentos estaduais, observa-se uma pequena redução em relação ao número anterior para o grupo de estabelecimentos com área de até 10 hectares, não sendo o suficiente nem para promover uma alteração no percentual de área apresentado por este mesmo grupo em 2006 – como se observa, esse percentual é o mesmo tanto neste ano quanto em 2017. Já em relação aos estabelecimentos do grupo de área maior que 1.000 hectares, aumentaram-se o percentual de estabelecimentos e sua área.

Sobre o grupo de 10 a menos de 100 hectares e 100 a menos de 1.000 hectares, comprova-se um aumento em seu percentual de quantidade, mas em relação a seu de área, houve aumento para aquele e não para este, que apresenta, sim, uma redução. Por fim, a concentração fundiária também se intensificou no estado de Minas Gerais, quando poucos estabelecimentos corresponderam ao maior percentual de área.

Gráfico 3 - Percentual de estabelecimentos em número e área (ha), por grupo em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários. Datas, 2006-2017



Fonte de dados: IBGE, 2006, 2017.

Já em nível local, a redução no percentual de estabelecimentos com área até 10 hectares persistem e, nesse caso particular, a redução foi maior do que a ocorrida em nível nacional e estadual. O número de estabelecimentos de área entre 10 e 100 hectares e 100 e 500 hectares mais que duplicou nos doze anos analisados, enquanto o percentual dos estabelecimentos de área maior que 500 hectares teve uma pequena variação.

Quanto ao percentual de área, houve redução tanto no grupo dos estabelecimentos com área de até 10 hectares quanto no de 10 a menos de 100 hectares. Embora o quantitativo de estabelecimentos entre 10 e 100 hectares tenha duplicado, não se observa proporcionalidade na elevação do percentual de área, o que pode ter ocorrido uma fragmentação dos estabelecimentos já existentes, contribuindo para o aumento do número destes, mas não para o aumento do percentual de área deste mesmo grupo.

Quanto aos estabelecimentos do grupo de área maior que 500 hectares, a elevação do quantitativo de área entre 2006 e 2017 foi maior do que o observado no percentual de estabelecimentos, revelando, dessa forma, uma intensificação da concentração fundiária no município de Datas. Outro fator que caracteriza a elevação da concentração é a apresentação nos dados do censo de 2017, de um estabelecimento no grupo de 2.500 a menos de 10.000 hectares, que não é possível identificar a área, já que está caracterizado por X (dado desidentificado).² No censo de 2006, aparecia apenas um dado com esta característica, no grupo de 500 a menos de 1.000 hectares, mantido no censo de 2017 que se soma a outro X do grupo de 2.500 a menos de 10.000 hectares. Para encontrar tais valores de X, foram realizadas

² Conforme a metodologia do IBGE no Censo Agropecuário (2017), os dados com menos de três informantes estão desidentificados, apresentando um X, a fim de evitar a individualização da informação.

a somas dos dados referentes a este, tanto para os dados de 2006 quanto para os de 2017, seguindo com a subtração destas somas do percentual total, obtendo-se, assim, o valor do X nos anos em questão, conforme se vê no último gráfico. Portanto, é possível saber os valores do somatório das áreas caracterizadas por X e não a área individual de cada uma.

O dado desidentificado em 2006 foi de 6,7%, ao passo que em 2017, 43,68%, e equivalente aos dois estabelecimentos simbolizados por X, ambos somam quase 50% do percentual de área dos estabelecimentos agropecuários totais, revelando, assim, uma intensificação da concentração fundiária no município. Considerado a área total dos estabelecimentos agropecuários de Datas em 2017, 10.337 hectares, e a soma dos dados referentes às áreas dos estabelecimentos apresentados no gráfico, 5.814 hectares, a subtração desses valores da área total obtém-se 4.523, que representa o valor de X em hectares.

Houve, enfim, intensificação da concentração fundiária a nível nacional, estadual e municipal. Na primeira escala, enquanto os estabelecimentos com menos de 10 hectares ocuparam 2,33% e 0,69% da área total, a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocuparam 45,43% e 45% para os censos de 2006 e 2017, respectivamente. Já na segunda escala, o mesmo comportamento quantitativo ocorre, quando se observa que os estabelecimentos com área de até 10 hectares ocuparam 2,7% da área total em ambos os censos, enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupou 28,16% e 29,25% para os anos citados, respectivamente. A configuração desta estrutura fundiária intensamente concentrada, tanto em nível nacional, quanto no estadual, reflete a forma como está configurada também em nível municipal: mais de 50% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares, no entanto, ocupam apenas 6,26% (2006) e 4,07% (2017) da área total; por outro lado, os estabelecimentos de 500 hectares a mais, que são minoria, ocupam 43,68% da área total.

Corroborando com os dados apresentados, Alentejano (2011) analisa dados do IBGE dos anos de 1950, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006, referentes ao número e a área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, e evidencia a persistência da estrutura fundiária com os pequenos estabelecimentos (área menor que 10 hectares), correspondendo a 47% do total, mas com apenas 2,7% da área ocupada em relação à total, enquanto os com mais de 1.000 hectares, equivalendo a apenas 0,9% do total, ocupam 43% da área total. Ainda segundo o autor, o contraste se torna mais nítido quando se observa que os estabelecimentos com menos de 100 hectares são cerca de 90% do total, ocupando área de cerca de 20%, e os com mais de 100 hectares, que são apenas 10% do total, ocupam cerca de 80% da área total.

A análise de Alentejano (2011) nos mostra que a estrutura fundiária do Brasil, com evidente desigualdade, se manteve praticamente inalterada nos últimos cinquenta anos. Somando-se a essa constatação, a análise dos dados dos censos de 2006 e 2017 demonstra que o perfil da estrutura fundiária brasileira, desigual e concentrada, persiste, caracterizando a manutenção da desigualdade na distribuição de terras nesse país. Uma desigualdade que contribuiu para construção de uma polarização entre pequenos e grandes estabelecimentos e favorecimentos destes em detrimentos daqueles pelos governos na concessão de políticas modernizantes, a fim incentivar a produção em larga escala.

No cenário agropecuário brasileiro, a predominância é de estabelecimentos de agricultores familiares, pequenos estabelecimentos, evidenciando uma estrutura fundiária tal como a discutida acima, intensamente concentrada também quando se discute a distribuição de terras em termos de modelo de produção, tanto pelos dados do censo de 2006 quanto pelos de 2017, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da terra por modelo de produção. Brasil, 2006-2017

Modelo de produção	Número de estabelecimentos		% do total		Área (ha)		% do total	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Agricultura familiar	4.366.267	3.843.014	84,4	76,9	80.102.694	80.891.084	24,0	23,0
Agricultura não familiar	809.369	1.153.273	15,6	23,1	253.577.343	270.398.732	76,0	77,0
Total	5.175.636	4.996.287	100,0	100,0	333.680.037	351.289.816	100,0	100,0

Fonte de dados: IBGE, 2006, 2017.

Em Datas, o módulo fiscal equivale a 40 hectares, conforme o INCRA (2013), e, logo, um estabelecimento deste município para se enquadrar como familiar deve-se limitar a uma área de até 200 hectares. O número de módulos fiscais é apenas um dos requisitos adotados pelo IBGE para categorizar o agricultor como familiar. A Tabela 2 representa o número de estabelecimentos agropecuários no município de Datas para o ano de 2006 e 2017, assim como os dados da distribuição da terra por modelo de produção.

Tabela 2 - Distribuição da terra por modelo de produção. Datas, 2006-2017

Modelo de produção	Número de estabelecimentos		% do total		Área (ha)		% do total	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Agricultura familiar	350,0	161,0	79,3	74,2	2964,0	2501,0	28,3	24,2
Agricultura não familiar	91,0	56,0	20,7	25,8	7501,0	7836,0	71,7	75,8
Total	441,0	217,0	100,0	100,0	10465,0	10338,0	100,0	100,0

Fonte de dados: IBGE, 2006, 2017.

Como podemos verificar nas tabelas acima, as quais demonstram a situação dos estabelecimentos em nível nacional e municipal, podemos verificar que os números referentes à agricultura familiar diminuem no intervalo temporal, de acordo com a metodologia utilizada para classificar/categorizar os estabelecimentos de modelo de produção. E não podemos deixar de destacar que a agricultura não familiar detém a maior quantidade de área de terra.

Pelos dados da Tabela 3, houve redução de 54% no número de estabelecimentos da agricultura familiar entre 2006 e 2017, passando de 350 para 161 e com consequente redução de 15,6% da área total, de 2.964 para 2.502 hectares. Em relação aos estabelecimentos da agricultura não familiar, também houve redução de 38,4% no número de estabelecimentos agropecuários, de 91 para 56, mas houve, ao contrário, um aumento de sua área, de 7.501 para 7.836 hectares.

Tabela 3 - Número e área de estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar, por grupo de área. Datas, 2006-2017

Grupo de área	Agricultura Familiar-Lei 11.326				Agricultura não familiar			
	Número de estabelecimentos		Área (ha)		Número de estabelecimentos		Área (ha)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Mais de 0 a menos de 1,0 ha	107,0	13	21,0	X	17,0	3	7,0	X
Mais de 1,0 a menos de 10,0 ha	167,0	83	478,0	333	53,0	23	148,0	74
De 10,0 a menos de 50,0 há	65,0	52	1431,0	1150	5,0	14	94,0	225
De 50,0 a menos de 100,0 ha	6,0	11	462,0	X	4,0	2	268,0	X
De 100,0 a menos de 200,0 ha	5,0	2	572,0	X	3,0	5	477,0	X
De 200,0 a menos de 500,0 ha	0,0	-----	0,0	-----	5,0	7	1398,0	2087
De 500,0 a menos de 2500,0 ha	0,0		0,0		4	1	5.109,0	X
De 2.500 a menos de 10.000 ha						1		X
Total	350,0	161	2964,0	2502,0	91,0	56,0	7501,0	7836,0

Fonte de dados: IBGE, 2006, 2017.

Considerando que a redução da área total dos estabelecimentos da agricultura familiar não se deu na mesma proporção da redução do número de estabelecimentos, pode-se afirmar que isso se explica pela metodologia adotada pelo IBGE para a realização do Censo Agropecuário 2017 e, também, pela intensificação da concentração fundiária. Com esta nova metodologia, as áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município; utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho etc.) e humanos (pessoal); e estivessem subordinadas a uma única administração, a do produtor ou administrador. No Censo Agropecuário 2006, bastava que as

áreas não contínuas do estabelecimento estivessem situadas em setores diferentes para que fossem admitidas como estabelecimentos distintos, consideradas algumas particularidades quanto à existência e localização de sua sede (IBGE, 2017).

Nas análises realizadas anteriormente para o Brasil e Minas Gerais, não ficam evidentes as alterações no número de estabelecimentos agropecuários em decorrência desta nova metodologia. Todavia, observa-se o contrário para o município de Datas, como um indicativo de que um único produtor pode explorar mais de um estabelecimento. Para o caso da agricultura familiar, este argumento se confirma quando se analisa o número ativo de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) no município, um documento que caracteriza o agricultor como familiar. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³ (BRASIL, 2020), estas são 116 em Datas. Considerando o prazo de validade de dois anos, pode-se afirmar que existam DAP vencidas e que totalizam, quando somadas a tal número, os 161 estabelecimentos agropecuários ou se aproxime desse, já que pode haver algum produtor que ainda com requisitos não tenha solicitado tal documento.

Sobre a intensificação da concentração fundiária, como um fator que tenha contribuído para tal redução, observa-se o aparecimento de um estabelecimento agropecuário no grupo de área de 2.500 a menos de 10.000 hectares no censo de 2017, contribuindo, assim, para a elevação da área total ocupada pelos estabelecimentos da agricultura não familiar e redução da área total ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar.

Comuns no caso brasileiro, pequenas cidades que não se industrializaram necessitam de transferências de recursos dos demais entes federativos para seu funcionamento, uma vez que a arrecadação de imposto é insuficiente para custeio das ações dos municípios. Suas economias são geralmente baseadas em prestação dos serviços públicos e privados e no comércio local, mas algumas têm em seu principal segmento econômico a produção agrícola, com a de alimentos oriundos da agricultura familiar com certo destaque, movimentando economicamente a cidade e absorvendo a mão de obra local na produção agrícola. Sobre isso, o município de Datas tem sua economia baseada no terceiro setor, complementada com o primeiro em forte evidência.

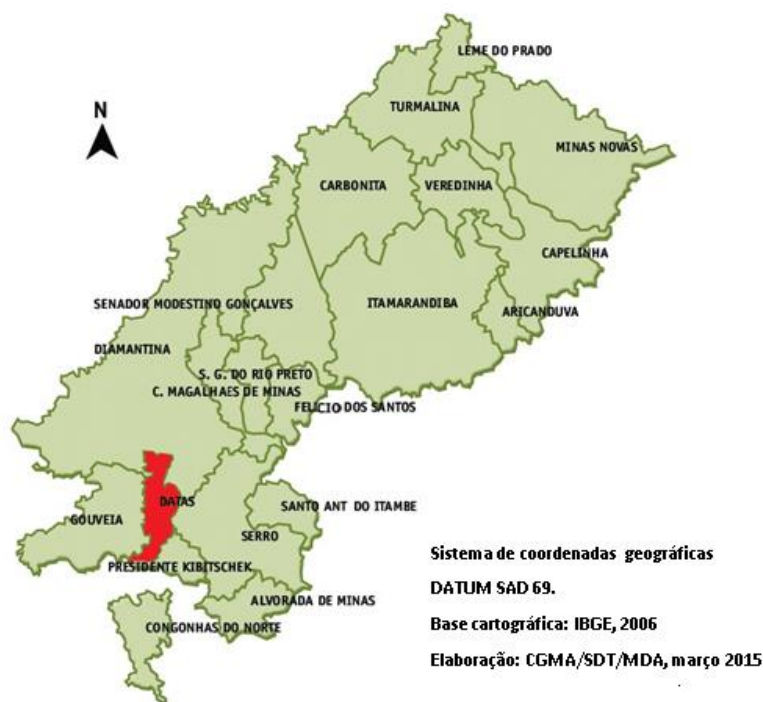
1.2.1 Agricultura em Datas

³ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 12 de maio de 2016 por meio da Medida Provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), também extinto com a edição da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. As funções desse antigo Ministério foram atribuídas ao Ministério da Cidadania.

O município de Datas que está localizado na Serra do Espinhaço, no Alto Jequitinhonha, microrregião do Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais (Figura 1) sua localização mais detalhada é na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha e que na década de 60 por delimitações e divisões dos governos o município passou a compor o vale do Jequitinhonha passando assim a ter mais atenção dos governos estaduais e federal, no tocante a implantação de políticas públicas.

O início do seu povoamento pelos colonizadores/bandeirantes deu-se por volta de 1825, após as descobertas do ouro e diamante, recursos minerais prospero como às demais cidades da região do Tijuco, que já era, até então, um florescente arraial. Os garimpeiros que fossem para esta região, a fim de explorar suas riquezas minerais, tinham que ter uma autorização do rei de Portugal e, para isso, recebiam uma “data” que significava um lote (uma área) de terra marcado para sua exploração. A busca do ouro e diamante foi um dos elementos determinantes para o processo de ocupação e povoamento do território local. A agricultura e o comércio, somadas à mineração, contribuíram para diversificar as atividades econômicas, abastecer o segmento da população que atuavam na mineração com alimentos e dinamizar a economia local com o comércio (IBGE, 2017).

Figura 1 - Localização do município de Datas no Alto Jequitinhonha, estado de Minas Gerais



Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015.

O distrito foi criado com a denominação de Espírito Santo das Datas, pelas Leis provincial nº 1.357, de 6 de novembro de 1866, e estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, subordinado à Diamantina. Foi com a Lei estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, que o distrito passou a se denominar Datas. Já em 30 de dezembro de 1962, pela Lei estadual nº 2.764, Datas foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Diamantina (IBGE, 2009).

Localizado na microrregião de Diamantina a uma distância de 264 km de Belo Horizonte, cujo acesso se dá pelas rodovias BR-259, BR-135 e BR-040, o município possui a sexta menor área territorial do Alto Jequitinhonha, com área de 310,099 km² para 5.211 habitantes (BRASIL, 2010), com estimativa de 5.399 para 2018. Da população oficial, 3.092 compunha a população urbana (59,3%), ao passo que 2.118, a rural (40,7%) (IBGE, 2010). O IDHM⁴ do município de 2010 foi de 0,616, nível médio, segundo o Atlas Brasil de 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IBGE, 2017).

É necessário apontar a localização do município de Datas em relação aos demais do Vale Jequitinhonha, uma vez que as características de cada território os tornam únicos por suas peculiaridades físicas; assim, temos que

Esta fragmentação da região em partes implica a diversidade regional e a existência de uma diferenciação entre os municípios, que embora agrupados em sub-regiões, reservam peculiaridades entre si. A diversidade do Vale do Jequitinhonha revela-se tanto nos seus elementos naturais, como o clima e os solos, como nos elementos que envolvem diretamente a atuação do homem. No que se refere ao meio-natural, coexistem na região os climas Tropical Chuvoso, Seco, Tropical de Altitude e Semi-árido. Os solos também são disformes, apresentado terrenos à base de quartzitos, áreas de calcário e siltitos, rochas metamórficas, além de granitos e gnaisse. (NASCIMENTO, 2009, p. 6).

De certa forma, a ocupação de cada região do Vale do Jequitinhonha (por colonizadores/bandeirantes) ocorreu de forma diferente. Por isso, focaremos na região do Alto, onde está localizada a população que compõem o universo pesquisado.

No alto-médio Jequitinhonha (Serro, Diamantina, Minas Novas) e no norte do estado (Rio Pardo de Minas, Salinas) a ocupação do território se deu a partir do início do século XVIII. No baixo Jequitinhonha (Pedra Azul, Jequitinhonha, Almenara, Salto da Divisa), ela aconteceu somente um ou dois séculos depois. No alto Jequitinhonha, a atividade principal foi a mineração decorrente das bandeiras paulistas que chegaram às “minas gerais” a partir do final do século XVII. No norte de Minas e no baixo Jequitinhonha, a atividade principal foi a pecuária, que atingiu o território mineiro através do vale do São Francisco, o “rio dos currais”. Atualmente há predomínio da atividade mineradora no alto Jequitinhonha,

⁴ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: 0 a 0,499 muito baixo; 0,500 a 0,599 baixo; 0,600 a 0,699 médio; 0,700 a 0,799 alto; e 0,800 a 1 muito alto.

predomínio da pecuária no baixo Jequitinhonha e uma atividade mista na região intermediária. (SOUZA, 2003, p. 2).

Em acordo com Ribeiro *et al.* (2007), o território do Jequitinhonha entrou para os registros da história no século XVIII, enquanto área de mineração exclusiva ou concessão da Coroa portuguesa que, por décadas, sustentou a Metrópole. Com o declínio da mineração no século XIX, declinou-se também sua visibilidade territorial enquanto local de riqueza decorrente de extração mineral. E pela queda da mineração, a agricultura passou a se integrar como a principal atividade econômica, cedendo lugar a uma agricultura de base familiar; com esses termos, torna-se importante discutir a agricultura como atividade econômica e sua trajetória no Brasil e em Datas.

Observando o contexto específico de Datas até por volta do ano 2001, a maioria dos agricultores ainda trabalhava parcialmente com a agricultura, com plantios anuais concentrados no período das chuvas, e o restante do tempo era dedicado ao garimpo de ouro, diamante e cristais. Com a crise dos garimpos e o aumento da fiscalização, a atividade praticamente se extinguiu no município. Além do garimpo de bateia, já estava utilizando equipamentos mecânicos, com uma estrutura parcialmente mecanizada, com uso de grandes bombas mecânicas e motores, o que acabou acarretando maior impacto ambiental. Doravante a situação ficou mais crítica com a falta de possibilidade de absorção da mão de obra disponível e baixa inserção da agricultura na economia, esta até então só para autoconsumo.

O resultado, como mencionado anteriormente, consistiu na migração de trabalhadores ou em sua absorção pelo mercado de trabalho público municipal, como é comum na maioria dos pequenos municípios brasileiros. Agrava-se, ainda, maior dependência das famílias aos programas assistenciais dos governos (SILVA; TUBALDINI, 2009) e, neste contexto, surge a fruticultura no município de Datas. Primeiro constata-se a chegada da empresa Mape Frutas, a qual possui sede no Sul de Minas Gerais com cultivo, industrialização e comercialização de frutas, sendo a principal, o morango. Esta empresa se destaca no mercado pelo investimento em tecnologias de irrigação (gotejamento), resfriamento do produto para aumentar a durabilidade, construção de estufas para proteger o morango das variações do tempo e evitar pragas.

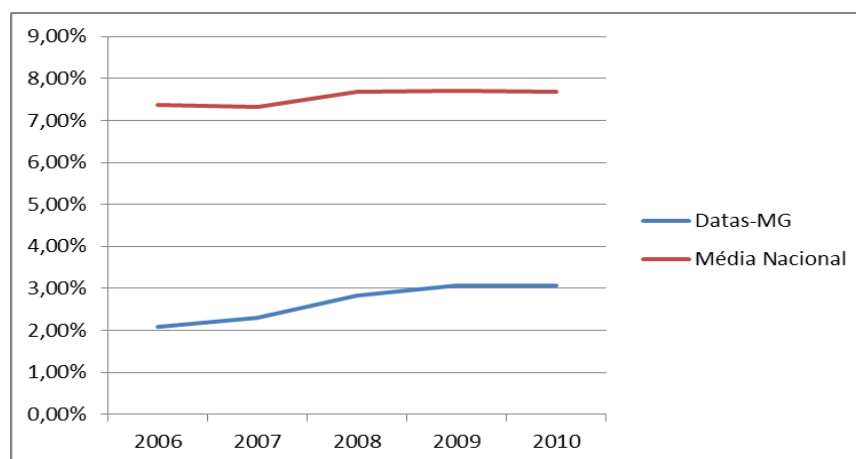
A chegada dos produtores de morango do Sul do estado contribuiu para incrementar a agricultura em Datas, especialmente depois da proibição e do fim do garimpo no município. Além de incrementar sua agricultura, tanto os produtores sulistas como os agricultores familiares locais foram beneficiados com o cultivo do morango em Datas, pois

inicialmente houve, e ainda há, trabalho nos cultivos com “os de fora” (termo utilizado neste trabalho para designar os produtores originais); posteriormente, os agricultores interessados aprenderam e buscaram a especialização necessária para começar a trabalhar com o morango. Hoje, há agricultores familiares que utilizam o trabalho da família e mão de obra externa para auxiliar no cultivo, na colheita, na seleção e na embalagem do fruto. Já agricultores familiares locais, que cultivam o morango, possuem outra característica que os diferenciam dos produtores do Sul de Minas: como são geralmente donos da terra, eles plantam suas roças tradicionais e/ou criam algumas cabeças de gado, que servem para a alimentação da família, dos animais e ainda funcionam como espécie de poupança da família (SILVA; TUBALDINI, 2009).

Observa-se que o agricultor familiar do município de Datas dedica-se a várias atividades, característica do sistema de produção “policultura-pecuária”, conforme denominado por Wanderley (1996). Mendras (1984) diz serem típico da agricultura de base familiar culturas e criações integradas, de forma que maximizem o uso de subprodutos de cada produção para outras, além da diversidade de produtos fornecer uma segurança contra as intempéries e desigualdades das colheitas. E isto significa que quanto mais diversas forem as atividades executadas nas unidades de produção familiar, menores riscos o agricultor estará sujeito.

Houve benefício mútuo entre os produtores externos de morango e alguns agricultores locais, com estes passando a diversificar suas áreas produtivas com uma nova cultura. Neste caso, o cultivo do morango pode ter sido o fator que contribuiu para um incremento no percentual de área plantada neste município, conforme observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução do percentual de área plantada em relação à média nacional. Datas, 2006-2010



Fonte de dados: IBGE, 2010.

Verificando os dados do IBGE publicados em 2010 em relação ao percentual de área territorial plantada, observa-se que, com o passar dos anos, o percentual foi ampliado, o qual evidencia um ganho de espaço gradual da agricultura no município em termos de área territorial plantada, embora bem distante da média nacional para o mesmo período.

Destaca-se que, de 1995/1996 para 2006, houve elevação significativa no número de estabelecimentos agropecuários no município, corroborando com as informações apresentadas anteriormente. Mas de 2006 para 2017, observa-se uma redução de mais de 50% no número de estabelecimentos, o que pode ser novamente justificado pela nova metodologia adotada pelo IBGE no censo de 2017, mas também pela intensificação da concentração fundiária, em que no censo de 2017 aparece em Datas um estabelecimento no grupo de 2.500 a menos de 10.000 hectares, correspondendo a 43,68% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Quando se analisa os dados relativos ao número de estabelecimentos agropecuários por condição de uso da terra da agricultura familiar e da agricultura não familiar (Tabela 4), observa-se que a condição de uso predominante é pelo proprietário, a qual foi reduzida proporcionalmente ao número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, de 2006 para 2017. Houve redução desta condição de uso também para a agricultura não familiar, mas num percentual menor em relação ao da agricultura familiar. Considerando que a redução mais significativa foi na condição de proprietário, isso também pode ser explicado pela metodologia adotada pelo IBGE no censo de 2017: um único produtor possui e explora mais de uma área, que contínuas ou não, foram contadas como uma só.

Tabela 4 - Condição de uso da terra, por modo de produção. Datas, 2006-2017

Condição de uso da terra	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	<i>2006</i>	<i>2017</i>	<i>2006</i>	<i>2017</i>
Proprietário	331	146	88	53
Arrendatário	3	7	3	2
Comandatário	-----	1	-----	1
Parceiro	5	7	-----	-----
Ocupante	11	-----	-----	-----
Total	350,0	161,0	91,0	56,0

Fonte: IBGE, 2006, 2017.

O número de estabelecimentos da agricultura familiar, segundo dados de ambos dos censos, é predominante quando comparado aos demais. Desta forma, predominam-se estabelecimentos de agricultores familiares em Datas, sendo importante conhecer a

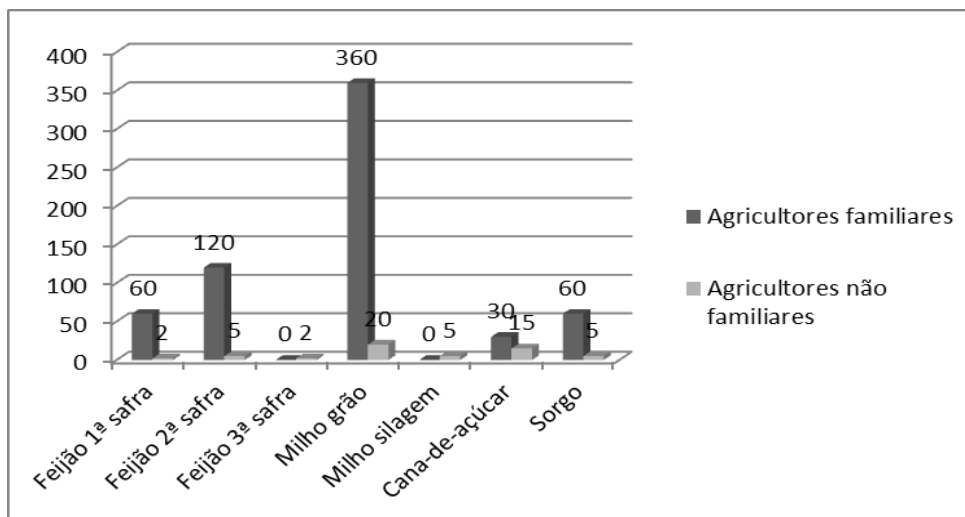
participação destes e também dos não familiares na produção das culturas cultivadas no município.

A partir de dados cedidos pelo extensionista do escritório local da Emater-MG, referentes ao cultivo agrícola realizado pelos agricultores locais, no ano agrícola 2016/2017, observa-se a participação tanto de agricultores familiares quanto de agricultores não familiares na produção das principais culturas cultivadas no município. Estas culturas foram agrupadas nos grupos de grandes culturas (feijão de 1ª safra, feijão de 2ª safra, feijão de 3ª safra, milho grão, milho silagem, cana-de-açúcar e sorgo), hortaliças (alho, batata inglesa, cebola, mandioquinha salsa, morango, tomate de mesa, brócolis, cará, quiabo, pimenta malagueta, abobrinha/abóbora comum, cenoura e beterraba) e outras espécies agrícolas – inclusas culturais bienais (mandioca) e perenes (eucalipto, frutas cítricas, maracujá e pitaya).

Em relação às grandes culturas, têm-se os dados das principais espécies cultivadas, da área de cultivo estimada para cada uma, da produtividade por hectare e em tonelada no município, da quantidade de agricultores familiares e não familiares que cultivam cada uma das culturas, do percentual de produção advinda da agricultura familiar e não familiar.

O plantio de feijão alcança diversas regiões do território nacional, podendo ser cultivado em diferentes sistemas de produção. Neste cenário, os produtores de feijão são classificados em dois grupos: pequenos, que ainda usam baixa tecnologia e têm sua renda associada às condições climáticas, concentrados na produção das águas (primeira safra); e grandes com lavoura tecnificada de alta produtividade e plantio irrigado, concentrados na produção da seca e de inverno (segunda e terceira safras) (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2020).

O Gráfico 5 mostra o número de agricultores familiares e não familiares em relação a cada uma das culturas, com predominância do número dos familiares participando da maioria dos cultivos. No caso do feijão de primeira safra, embora haja predominância de agricultores familiares dedicando-se a seu cultivo, a maior produção advém dos não familiares, com 70% da produção. Já para as demais culturas, cuja participação dos familiares é também maior, a maior produção advém da produção destes. Para as culturas do feijão de terceira safra e milho para silagem, não há participação de agricultores familiares no cultivo: em relação à primeira, isso se explica pela própria exigência do cultivo em termos de tecnologia (por exemplo, sistema de irrigação); e quanto à segunda, acredita-se que também pelo perfil do agricultor familiar, que não tem a atividade pecuária intensiva ou semi-intensiva para a qual a silagem é essencial.

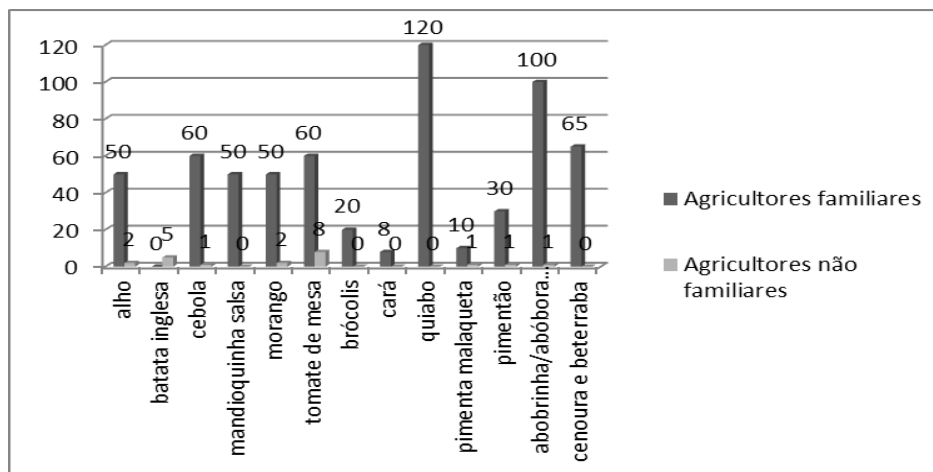
Gráfico 5 - Número absoluto de agricultores familiares e não familiares, por cultura. Datas, 2016-2017

Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2018.

Observa-se que o cultivo do milho grão é a atividade que apresenta maior número de agricultores familiares envolvidos. Pode-se dizer que o cultivo de milho é uma tradição no Brasil, principalmente nas unidades de produção familiares. Já sobre o feijão como cultura temporária, esta é, conforme a EMBRAPA, cultivada por diversos tipos de produtores, em diversas regiões do país, utilizando diferentes níveis tecnológicos. Dentre estes produtores, destacam-se os agricultores familiares como os grandes responsáveis pela produção dessa lavoura no país. De modo geral, os maiores percentuais das produções apresentadas advêm da agricultura familiar, com a produção do feijão de terceira safra e milho silagem somente por agricultores não familiares.

Em relação às principais hortaliças cultivadas, a área de cultivo estimada para cada uma, produtividade por hectares, produção em tonelada no município, quantidade de agricultores familiares e não familiares que cultivam cada uma das culturas, percentual de produção advinda da agricultura familiar e da agricultura não familiar estão apresentadas no Gráfico 6. Pelos dados da Emater-MG, treze principais hortaliças são cultivadas no município de Datas: alho, batata inglês, cebola, mandioquinha salsa, morango, tomate de mesa, brócolis, cará, quiabo, pimenta malagueta, pimentão, abobrinha/abóbora comum, cenoura e beterraba. A maioria das culturas possui a participação majoritária dos agricultores familiares, evidenciando a importância dessa classe. De todas as culturas apresentadas, somente a batata inglesa é cultivada por agricultores não familiares, mas para a maioria das culturas, a maior participação em termos de número de agricultores e percentual produção advêm da agricultura familiar; por exemplo, cará, quiabo, mandioquinha salsa, brócolis, cenoura e beterraba são cultivados apenas pelos agricultores familiares.

Gráfico 6 - Número absoluto de agricultores familiares e de agricultores não familiares, por hortaliças. Datas, 2016-2017



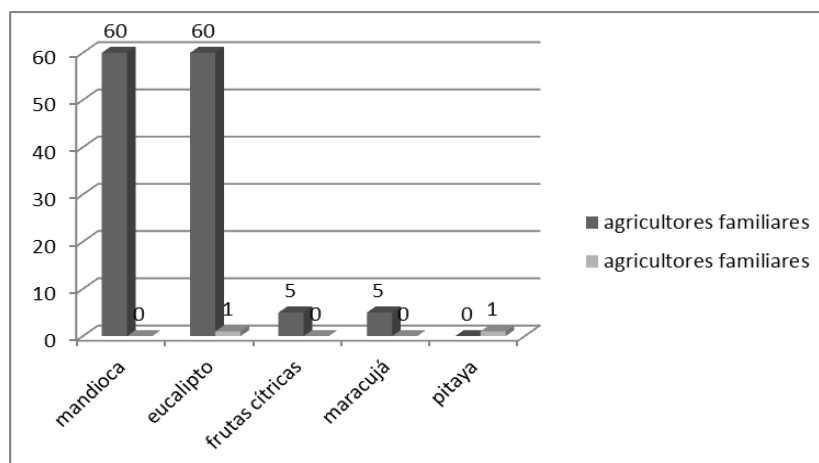
Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2018.

Quanto à produção de cada uma das categorias de agricultores familiares e não familiares, nem sempre o cultivo ao qual se dedica a maioria dos agricultores familiares é também o que apresenta maior produção em toneladas. No caso da pimenta malagueta e do pimentão, há maior participação dos agricultores familiares, mas a maior produção advém da produção de agricultores não familiares.

Outras culturas também fazem parte do cenário agrícola de Datas, enquadradas neste grupo: a mandioca como bienal, o eucalipto, as frutíferas cítricas, o maracujá e a pitaya como perenes. Os dados são apresentados no Gráfico 7. E para a maioria das culturas deste grupo, a maior participação em termos de número de agricultores e em percentual de produção é de agricultores familiares.

A fruta pitaya é uma cultura recém-inserida no cenário de cultivo municipal, com a contribuição em termos de produção e participação no cultivo de apenas um agricultor não familiar. Para a produção total da mandioca, frutas cítricas e maracujá, há contribuição apenas da produção da agricultura familiar. No caso do eucalipto, há contribuição tanto da produção da agricultura não familiar quanto da produção da agricultura familiar. Em relação ao cenário agrícola de Datas, quanto às culturas anuais, feijões primeira e segunda safras, milho grão, cana-de-açúcar e sorgo, sendo a maioria por agricultores familiares, enquanto feijão de terceira safra e milho para silagem, somente por não familiares. O feijão de primeira safra, embora tenha maior número de agricultores familiares envolvidos, a maior produção é resultante da produção de não familiares (67,2 toneladas, 70% do total). Já o de segunda safra apresenta maior número de agricultores familiares, sendo o maior percentual de produção (86,4 toneladas, 80%).

Gráfico 7 - Número absoluto de agricultores familiares e agricultores não familiares, por cultura. Datas, 2016-2017



Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2018.

Também há maior participação de agricultores familiares dedicados aos cultivos de alho e cebola, sendo também quem responde pela maior produção (70% para ambas culturas, sendo 42 toneladas de alho e 90 toneladas de cebola). O morango é cultivado mais por agricultores familiares do que por não familiares, contribuindo com 70% da produção total (105 toneladas). O tomate de mesa é cultivado mais por agricultores familiares do que por não familiares, aqueles produzindo 60% (30 toneladas do total). A pimenta malagueta também é cultivada mais por agricultores familiares do que por não familiares, embora a produção dos não familiares seja maior (90%, 21,6 toneladas). O cultivo do pimentão também apresenta maior número de agricultores que se dedicam a esta atividade, mas a maior produção (80%, 12 toneladas) provém da produção dos agricultores não familiares. A abobrinha e abóbora comum são cultivadas apenas por agricultores familiares, sendo a maior produção também resultante da produção destes, em torno de 90% (36 toneladas).

Em Datas, em relação ao cultivo de culturas anuais, hortaliças, demais espécies, bienais e perenes, há participação tanto de agricultores familiares quanto de não familiares, com a predominância da participação da agricultura familiar em termos de número e de maior percentual de produção para a maioria das culturas. No caso do milho grão, por exemplo, do grupo das culturas anuais, há participação de 360⁵ agricultores familiares, ao lado de 20 agricultores não familiares, aqueles contribuindo com 90% da produção (2.520 toneladas) e estes com apenas 10% (280 toneladas).

⁵ Segundo o Relatório Geral Sintético por Município - Safra Agrícola - Datas MG, há 360 agricultores familiares que produzem milho, no entanto, o Censo Agropecuário apontou um total de 161 estabelecimentos da agricultura familiar, em 2017.

Reforça-se que foram analisados dados de 2016 e 2017, considerando o período proposto para estudo do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais em Datas. Atualmente, conforme dados do Relatório Geral Sintético por Município – Safra Agrícola 2019 e tabulado na Tabela 5, a produção de alimentos exclusiva por agricultores familiares continua, de modo geral, crescendo quando comparada às informações apresentadas anteriormente.

Tabela 5 - Números absolutos da produção de agricultores familiares, por cultura. Datas, 2019

PRODUÇÃO ANUAL	
Agricultores Familiares – 2019	
Alimentos	Quantidade (em ton.)
Abacate	8
Abobrinha	12
Abóbora	16
Alface	48,6
Alho	60
Banana Prata	132
Beterraba	20
Cana-de-Açúcar	4200
Cebola	2,4
Cenoura	5
Chuchu	16
Couve-Flor	9
Couve-de-folha	3,75
Feijão 1a. Safra	8,8
Laranja	57,5
Mamão	47,5
Mandioca	600
Mandioca de Mesa	9,8
Maracujá	40
Milho	390
Pimentão	13,6
Quiabo	6
Repolho	3
Tangerina	46
Urucum	9,6

Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2019.

Finaliza-se que a agricultura familiar de Datas apresenta potencial significativo na produção das principais culturas cultivadas no município e, por isso, as políticas públicas direcionadas a esse modelo de agricultura podem contribuir ainda mais para seu fortalecimento. Destaca-se, evidentemente, que a agricultura familiar possui o foco principal em produzir alimentos para a mesa dos brasileiros, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2015.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Neste capítulo, busca-se apresentar e compreender a definição conceitual de política pública, junto à contextualização da agricultura familiar e suas políticas. Também são apresentados aspectos, informações, definições e discussões gerais sobre o Plano Brasil Sem Miséria, em âmbito nacional, com destaques às informações do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

2.1 Políticas públicas

Não existe definição única para políticas públicas. A partir dessa constatação, pode-se visualizá-las como um período preparatório em que governos democráticos descrevem seus propósitos e suas plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Diferentes definições enfatizam o papel da política pública na solução de problema. Uma forma metodológica de se compreender as políticas públicas é imaginá-las como um processo, composto por um conjunto de atividades em formas de etapas, que vão da formação de agenda, sua formulação, implementação e, por final, avaliação (SOUZA, 2006).

A formação de agenda está relacionada com as condições do governo de incluir itens de agenda a seus planos e que é limitado, dado que os recursos disponíveis são restritos. Desta forma, sempre ocorrerá disputa sobre a definição dos problemas a serem atacados, combatidos. Constitui-se, assim, uma fase de confronto. A formação de agenda envolve muitas discussões acerca se o problema existe e, se existente, se o governo deve se envolver nesse problema; se positiva, de que forma o governo deve se envolver e qual a mobilização suficiente para incluir tal problema na agenda.

A formulação, posterior à inclusão de um problema na agenda pública, é considerada a primeira etapa da política pública. Assim, uma proposta de atuação/solução do problema deve incluir a investigação do problema, com sua identificação e desenvolvimento de alternativas; a definição dos objetivos da política/programa; a definição dos benefícios e serviços que se pretendem implementar; uma organização das ações; a limitação dos marcos legais; a organização da estrutura administrativa; e a mensuração das fontes de recursos

financeiros. Posteriormente, ocorre o surgimento de diversos atores que se mobilizam para formação de coalizões e compromissos, tanto dentro como fora do governo.

A implementação de políticas públicas é realizada pela estrutura burocrática do Estado, versando do ponto central no qual atores públicos e privados, individuais ou coletivos interagem para concretizar as ideias. A implementação é considerada uma etapa decisiva que, em grande proporção, poderá determinar os resultados de um programa/política. É provável que existirá uma distância entre o planejado e o executado. O processo de implementação relaciona uma complexa rede de comunicações, nas quais conflitos, trocas, negociações, competências técnicas e administrativas, compromissos e lealdades se inter-relacionam.

E a avaliação de políticas públicas é a fase para verificar os resultados do programa/política, possibilitando ajustes necessários. Essa demonstra até que ponto os objetivos foram atingidos em relação ao planejado; indica falhas, sucessos ou necessidade de intervenção, podendo ser feita no processo, durante sua implementação, ou nos resultados.

Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – toma decisões coletivas, que condiciona o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum. (RODRIGUES. 2010, p. 13).

Continuando com um debate sobre a definição de política pública, para Souza e Castro (2015, p. 17), “no senso comum intelectual, política (s) pública (s) ou a(s) chamada(s) *policy(ies)*, é (são) concebida(s) como um ‘plano de ação para guiar decisões e ações’.”, e assim, a população legitima seu direito, tendo em vista que

[...] uma política pública consiste, pois, na identificação de um problema, na formulação de um argumento racional, ou em um conjunto de respostas científicas para o ‘problema’, que acaba sempre sendo traduzido em última instância como aquele de natureza essencialmente econômica. A partir desta visão, para ser implementada, uma política pública necessita não apenas de um saber específico (com seus modelos e aparatos metodológicos e teóricos próprios), mas também de profissionais específicos. As ações de políticas públicas apresentam-se então como o resultado da capacidade de um Estado nacional (e liberal-democrático) de resolver problemas públicos (isto é, daqueles indivíduos que, especialistas integrantes da administração pública ou por ela contratados, identificam como coletividade destinatária e ‘interessada’ na sua solução). A natureza desses problemas e as possibilidades de as soluções transformarem-se em políticas públicas dependeriam de outros desafios. Esta visão racionalista e instrumental do Estado trata os aparelhos de governo como instrumentos de reforma e ação em nome de um interesse construído enquanto geral, ainda que extrapolado da visão que se tem de um segmento específico, o papel das ‘autoridades públicas’ tornando-se elemento-chave para o sucesso ou o fracasso de uma determinada ação governamental. (SOUZA; CASTRO, 2015, p. 21-22).

Em síntese, as políticas públicas são uma demonstração do poder/ação do Estado, conforme sua agenda, as quais estabelecem padrões nos planos de governo, fazendo com que

as ações possam ser pensadas de forma ordenada e de acordo com demandas e interesses sociais. Por outro lado, considerando que muitas dessas são elaboradas por seus agentes e depende de quem representa momentaneamente o Estado (posições político/partidárias), suas formas de aplicações e dimensionamento podem mudar. Desse modo, o ideal seria que as instituições deveriam deixar o lado partidário da política que busca o poder, já que as políticas públicas podem fracassar se implantadas de qualquer modo, já que se o Estado é precursor de sua execução, nada mais justo que sua implantação seja feita de forma impessoal, separando política de interesses escusos ou busca apenas do poder. No entanto, na prática, as sociedades contemporâneas são compostas por elementos com atributos diferentes, como idade, sexo, religião, escolaridade, renda, ideias e valores. Seus membros têm expectativas diferentes sobre a vida em sociedade, na medida em que ideias, valores, interesses e objetivos se distinguem. A natureza complexa das sociedades contemporâneas implica conflito não só de objetivos (fins), mas também, dos modos de atingir esses fins (meios). A origem da política está, justamente, na convivência de indivíduos diferenciados, autônomos, intencionais e dotados de direitos inalienáveis. A política é o campo da regulamentação da convivência coletiva desses indivíduos diferenciados, autônomos intencionais e dotados de direitos inalienáveis.

Em prol da agricultura familiar, após pressões sociais, os governos anteriores ao de Dilma Rousseff também elaboraram políticas públicas específicas e destinadas aos agricultores categorizados como familiares. Como a primeira dessas e com grande aplicação nacional, o PRONAF, implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 1996, teve o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em 2003, como parte do Fome Zero e é uma política pública importante que apoia a agricultura familiar no Brasil, pois incentiva agricultores, cooperativas e associações que vendam seus produtos para órgãos públicos. Desse modo, por suas especificidades e relevâncias, focaremos as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

De forma resumida, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do PBSM tem características e requisitos de uma política pública que, na concepção de Teixeira (2002), se encaixa segundo a seguinte conceituação:

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações

entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (TEIXEIRA 2002, p. 2).

O PBSM foi instituído pelo poder público no governo de Dilma Rousseff, no ano de 2011, com ação concreta por meio do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, tornando-o uma política pública, a partir da definição de Teixeira (2002). Em seu primeiro artigo, é definido que: “fica instituído o Plano Brasil Sem Miséria, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações” (BRASIL 2011, não paginado), buscando o alinhamento de vários entes, com a colaboração de Estados, Municípios, Distrito Federal e com a Sociedade para sua execução. No próprio documento legal, a destinação explícita do plano é a população de extrema pobreza do país, ou seja, uma categoria a ser abarcada com as ações do governo por meio dessa política pública, com aplicação de recursos públicos provenientes do Governo Federal. Inclusive, essa era a preocupação do governo naquela época, como era informado/estampado em seu logo: “País rico é país sem pobreza”. De fato, uma preocupação governamental com a parcela da população em extrema pobreza e, para que o objetivo do plano fosse atingido, era primordial o envolvimento dos atores governamentais.

2.1.1 Agricultura familiar

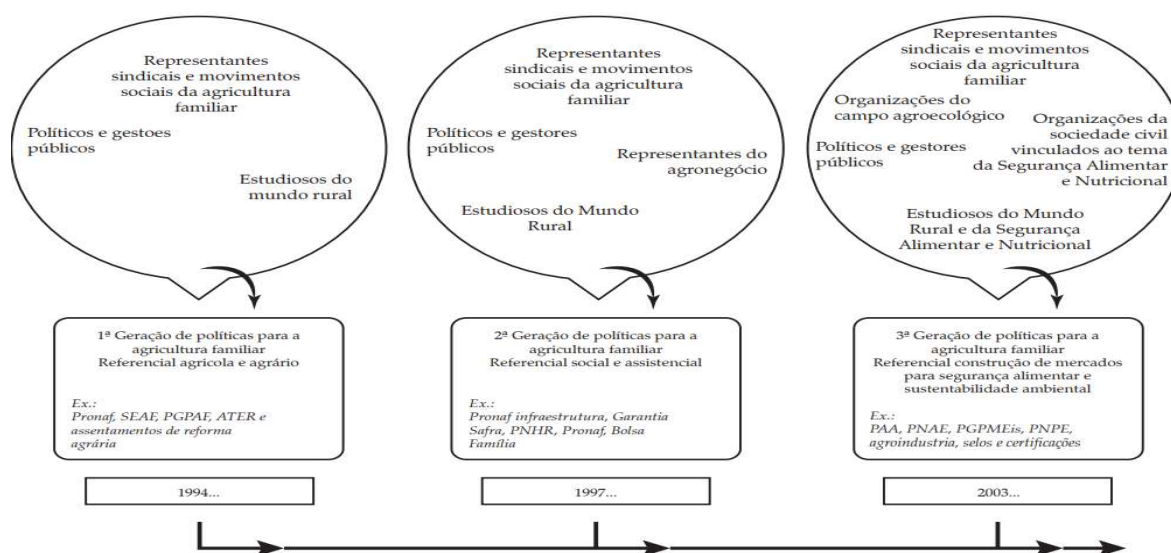
No Brasil, após o reconhecimento da agricultura familiar, legitimada pelo Governo Federal com a instituição do PRONAF em 1996 e criação da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais) em 2006, o Estado passou a instituir políticas públicas a fim de apoiar e viabilizar a competitividade destes empreendimentos, cuja base da força de trabalho é familiar, no cenário agrícola brasileiro.

De acordo Souza e Barbe (2014), a agricultura de base familiar foi historicamente apagada, esquecida pelas principais ações governamentais e políticas agrícolas, em oposição a sua importância econômica e principalmente social. Os recursos, investimento e ações de característica públicas eram escassos ou burocraticamente de difícil acessibilidade aos agricultores familiares, unicamente pela ação das políticas agrícolas, comerciais e cambiais serem destinadas aos grandes produtores patronais, destacadamente os grandes latifundiários que contam com *lobby* político.

As mudanças nessa situação começarão a se modificar, conforme Müller (2007), com as ações do governo em forma de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, iniciadas em 1990, transitando a sofrer uma lenta mudança de enfoque em relação ao que se tinha até então, que foram ações de apoio à produção (crédito), estabilização de preços (Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM), inovação científica e tecnológica (EMBRAPA) e assistência técnica (Emater). Acrescentando conforme a autora, essas mudanças de enfoque das políticas públicas para o rural começaram com as ações de intervenção na estrutura fundiária e o reassentamento de agricultores pela extensão de direitos previdenciários destacadamente o salário-maternidade rural e aposentadorias rurais, chegando até a agricultura familiar pelo PRONAF e por outras políticas e ações conexos a este. Acertadamente o PRONAF, personificada como a primeira política pública louvável direcionada à agricultura familiar, legitima-a como modelo de agricultura e produção.

Grisa e Schneider (2014), em análise da trajetória de reconhecimento da agricultura familiar em âmbito institucional, com o direcionamento de políticas públicas, observam a emergência de três gerações ou referenciais de política pública para a agricultura familiar, em períodos e contextos distintos. Para tais autores, a primeira geração compreende o início do direcionamento de políticas públicas especificamente para a agricultura familiar, com a conformação de um referencial de política pública agrícola e agrário – geração que abriu possibilidades para as demais políticas públicas para a agricultura familiar, reconhecendo-a como modelo de agricultura e seus sujeitos, como agricultores familiares. A segunda geração compreende políticas públicas com um referencial social e assistencial – referencial que se expressa em programa e ações públicas. Já a terceira geração compreende políticas públicas para a agricultura familiar pautadas nos referenciais de construção de novos mercados com foco na segurança alimentar e sustentabilidade, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Principais grupos de atores atuantes na construção de políticas públicas para agricultura familiar ao longo dos anos.



Fonte: GRISA; SCHNEIDER, 2014.

Ao discutirem tais políticas públicas categorizadas em gerações de políticas para a agricultura familiar, Grisa e Schneider (2014) explanam que

É importante referir que a definição destas gerações de políticas e seus referenciais também possui um sentido heurístico, que utilizamos com o objetivo de identificar os distintos "momentos críticos" em que apareceram ou foram criadas novas formas de ação governamental. No entanto, isto não quer dizer que estas gerações de políticas possuem uma linearidade longitudinal e nem que uma geração precede a outra, como se houvesse uma ampliação de escala ou redirecionamento de enfoque. As três gerações de políticas identificadas não encerraram seu ciclo, continuam em funcionamento e seguidamente sofrem ajustes e/ou alterações em sua formulação ou escopo. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 128).

Grisa e Schneider (2014) apontam, de forma sintética, a força sindical coadjuvante, pois

Pode-se sinalizar que a adoção de estratégias propositivas do sindicalismo dos trabalhadores rurais, em contraposição a uma postura crítica de protestos e reivindicações, até então prevalecente, assim como a pressão social dos movimentos sociais, foram elementos importantes que contribuíram, de forma decisiva, para a emergência da primeira geração de políticas para a agricultura familiar, baseada em um referencial agrícola e agrário. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 117).

O PRONAF, como uma destas políticas públicas de primeira geração, foi desencadeador das demais políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, um verdadeiro marco para fins de compreensão temporal da materialização das políticas públicas evidentes para esta categoria de agricultura. Como as políticas públicas de primeira geração, com início de implementação em 1994, os autores citados delimitam o PRONAF, o Seguro da Agricultura Familiar em 2004, o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar em

2006, a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e os assentamentos de reforma agrária como componentes de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares.

Por volta de 1997, as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar passaram a focar o referencial social e assistencial. Nesse grupo, se enquadram o PRONAF infraestrutura, a Garantia Safra, o Programa de Habitação Rural em 2003, o PRONAF B⁶ em 1999 e o Bolsa Família. Esse referencial se consolida em 2003, por meio do programa Fome Zero, com o Bolsa Família como um de seus destaques.

O Programa Fome Zero, que tinha o desafio de integrar políticas estruturais e emergenciais no combate à fome que foi criado em 2003 no início do governo de Lula, daria um novo fôlego a essas ações, as políticas sociais e o combate à pobreza rural e urbana. Posteriormente, já no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), estas práticas foram retomadas e potencializadas em plano de governo com a criação do PBSM, seja com o incremento do Bolsa Família, da criação do Brasil Carinhoso e Bolsa Verde, seja com feitos que visam à inclusão socioprodutiva da população rural em pobreza extrema, por meio da oferta de crédito de fomento a fundo perdido (R\$ 2.400,00, por família)⁷ para a aquisição de insumos e equipamentos, assistência técnica diferenciada e doação de sementes e tecnologias da EMBRAPA, para iniciar os processos produtivos. Nesta segunda geração, as pretensões de representantes da agricultura familiar, gestores públicos, estudiosos sobre o mundo rural, representantes do agronegócio passaram a ser pautada no referencial social e assistencial, requerendo do Estado uma atenção especial aos grupos rurais mais vulneráveis (SANTOS, 2019).

Nas últimas duas décadas, as áreas rurais mais empobrecidas do Brasil conheceram melhorias em seus indicadores convencionais de desenvolvimento (incremento de renda, por exemplo), que talvez não tivessem sido alcançadas apenas por meio das ações agrícolas e agrárias da primeira geração de políticas, pautadas apenas no referencial agrícola e agrário (SANTOS, 2019)

⁶ Buscava ampliar a participação da diversidade da agricultura familiar no PRONAF, no ano 1999, iniciou a criação de grupos no interior do Programa, de acordo com o grau de capitalização dos agricultores familiares e de beneficiários de programas de reforma agrária. O grupo B se destinava aos agricultores em maior vulnerabilidade social e corresponde ao microcrédito produtivo rural.

⁷ O Programa Fomento Rural combina duas ações: o acompanhamento social e produtivo e a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias, para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil. Os projetos apoiados podem ser: agrícolas (ex.: cultivo de hortas e criação de pequenos animais) ou não agrícolas (ex.: produção de polpas, artesanato e salão de beleza); realizados por uma família ou coletivos; simples (apenas um item de produção) ou combinados.

Em relação às políticas públicas de terceira geração, Grisa e Schneider (2014) abordam as políticas do PAA, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do PGPM, do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, da agroindústria, de selos e certificações, com seu início em 2003.

A luta por políticas públicas pautadas nos referenciais da terceira geração vinha desde 1990, mas somente com a mudança política, em 2002, que foi possível pautar a construção e institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar, com base num referencial orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade (SANTOS, 2019).

Porto *et al.* (2014) fundamentam que esse argumento da segurança alimentar e nutricional no Brasil começa a ocupar espaço político, de forma mais politizada, a partir da década de 1990, em consequência de uma forte mobilização da sociedade civil, que criou o movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Em 2003, no governo de Lula, os temas da fome e segurança alimentar e nutricional ganharam novo impulso (GRISA; SCHNEIDER, 2014), com o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – à frente deste, o ministro José Graziano da Silva, que teve ação categórica na formalização e implementação do Fome Zero.

Em seu conjunto, esta terceira geração de políticas públicas contou com a participação proeminente de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional (Consea), assim como organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. A participação destes “novos” atores e ideias nas arenas públicas provocou certo redirecionamento das políticas para a construção de mercados vinculados à segurança alimentar e à sustentabilidade, sem deixar de ser igualmente importante a atuação destes atores para a afirmação política da categoria social e edificação das demais políticas públicas citadas. (GRISA; SCHNEIDER 2014, p. 140).

Desta forma da primeira para a segunda geração de políticas públicas destinadas a agricultura familiar, nota-se a mudanças nos referenciais, transitando do agrícola e agrário para sistema assistencial, sendo que este se agrega à perspectiva mercadológica das políticas públicas da primeira geração, para atender a sujeitos do meio rural que, até então, só eram vistos pelos movimentos sociais e consistiam numa das principais pautas das reivindicações destes. Sob o mesmo ponto de vista em relação às mudanças ocorridas na segunda e terceira geração, pode-se afirmar que houve confirmação do referencial social e assistencial e não mudança brusca de referencial, como ocorreu da primeira para a segunda. As últimas

mudanças tiveram origem ainda na década de 1990, com número progressivo de políticas públicas e programas passando a envolver, nas fases de formulação e operacionalização, parcerias com organizações da sociedade civil, denominadas de cogestão nas políticas públicas. Eventualmente essas mudanças contribuíram para a reafirmação do referencial social e assistencial, com a elaboração de novas figuras jurídicas, como “novas” organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público, e também para o crescente volume de recursos públicos transferidos/investidos para essas organizações (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

O conjunto que se destaca nos anos recentes de gestão pública e que difere esta terceira geração de políticas públicas das demais é a maior proximidade entre Estado e organizações da sociedade civil na formulação e cogestão das políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

É necessário ressaltar que a mudança de uma geração para outra não aboliu o referencial condicionante de cada uma, mas sim, a integração de novos referenciais. Observa-se que, ao analisar o referencial da construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, o viés social permanece e é reafirmado, mantendo-se também a perspectiva mercadológica e de inserção dos agricultores familiares no mercado, uma das proposições desde a instituição do PRONAF (SANTOS, 2019)

2.2 Plano Brasil Sem Miséria

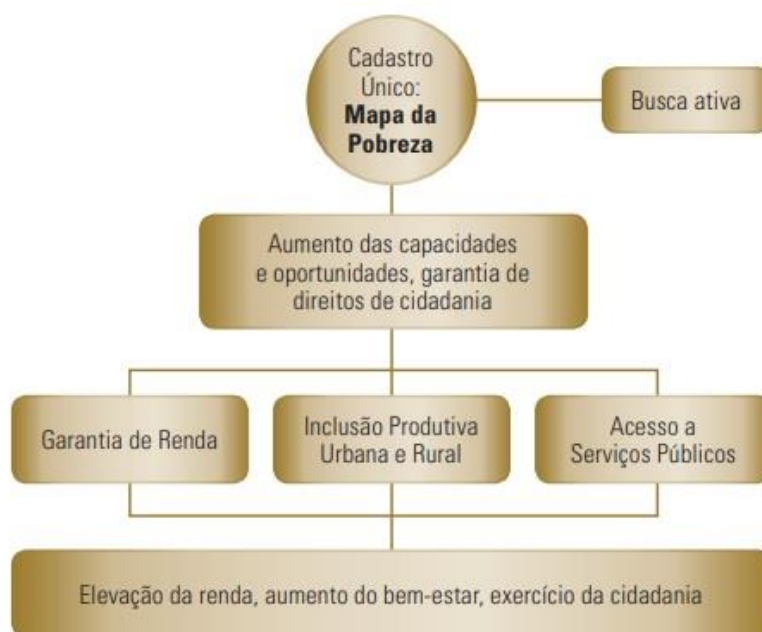
A extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas, além da insuficiência de renda. Insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia são algumas dessas formas, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2013).

Partindo deste pressuposto e de referencial social e assistencial, o PBSM foi lançado em 2011 pelo Governo Federal, com o objetivo de retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas. O plano é baseado em três pilares: 1) garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; 2) acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e 3) inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e oportunidades de trabalho e geração de renda

entre as famílias mais pobres do campo e das cidades (BRASIL, 2013). O PBSM envolve cerca de cem ações, assim distribuídas nesses três grandes eixos de atuação (BRASIL, 2013).

O eixo de garantia de renda diz respeito às transferências monetárias feitas para as famílias, no intuito de dar alívio imediato à situação de extrema pobreza, destacando-se o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e a Ação Brasil Carinhoso (BRASIL, 2013). Já o eixo de acesso a serviços públicos trata de provimento, ampliação e qualificação de serviços e ações de cidadania e de bem-estar social, com foco no público em extrema pobreza. Este eixo contempla aspectos relativos à saúde (especialmente as Unidades Básicas de Saúde), educação (creches e ensino fundamental em tempo integral) e assistência social o CRAS (Centros de Referência de Assistência Social). E o eixo de inclusão produtiva é voltado para a oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda. No que tange à inclusão produtiva rural, relaciona-se aos serviços da ATER; do Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais; os programas Água e Luz para Todos, fundamentais para que o agricultor familiar extremamente pobre estruture e melhore sua produção; do PAA e PNAE, como importantes canais para os agricultores comercializarem sua produção, além de contribuírem para a segurança alimentar e nutricional do público-alvo do PBSM; e do Programa Bolsa Verde, pioneiro em alinhar a luta pela superação da pobreza em áreas rurais à conservação do meio ambiente. A Figura 3 representa a organização do PBSM.

Figura 3 - A organização do Plano Brasil Sem Miséria



Extraída de: COSTA; FALCÃO, 2014.

A “Busca ativa” consiste na ação de procurar, identificar e cadastrar famílias de baixa renda, até então invisíveis ao Estado, que se assumiu como parte fundamental para o cumprimento dos objetivos do PBSM (BRASIL, 2013). Segundo Falcão e Costa (2014), pelos dados do censo de 2010, quase a metade dos extremamente pobres do país (46%) vivia em áreas rurais, sendo que estas concentram apenas 15,6% da população total do Brasil. Por isso, torna-se importante estabelecer estratégias diferenciadas do PBSM para o campo. Ainda segundo os autores, o maior quantitativo de brasileiros em situação de extrema pobreza estava na região Nordeste: 9,61 milhões de pessoas (59,1% dos extremamente pobres do país). Do total de extremamente pobres desta região, mais da metade (52,5%) estava em áreas rurais. A única região, além do Nordeste, onde a proporção de extremamente pobres rurais era maior que a urbana era a do Norte (56,4%). O segundo maior quantitativo de pessoas em situação de extrema pobreza estava na região Sudeste, 2,73 milhões (16,8%), no entanto, dado o alto grau de urbanização desta região, os extremamente pobres estavam bem mais concentrados em áreas urbanas (78,7%) (FALCÃO; COSTA, 2014).

Falcão e Costa (2014) ainda argumentam sobre outras informações evidenciadas pelos dados do censo de 2010, tais como o acesso à água em zonas rurais (19,9% das pessoas sem acesso no conjunto da população rural brasileira, comparados a 48% sem acesso quando se trata da população rural extremamente pobre) e a incidência de analfabetismo (9,5% da população total e 26% da população extremamente pobre), que também apoiaram a definição das estratégias do Plano.

Cada eixo foi formulado conforme dificuldades e demandas para as quais foram propostas estratégias, visando superá-las ou atendê-las, respectivamente. O Quadro 1 descreve as dificuldades, demandas e estratégias formuladas para o eixo inclusão produtiva rural.

Quadro 1 - Dificuldades, demandas e estratégias para o eixo inclusão produtiva rural

EIXO	DIFICULDADES E DEMANDAS	ESTRATÉGIAS
Inclusão produtiva rural	Melhoria do acesso à luz e água (semiárido)	1. Criação do Programa Água para Todos, reunindo diferentes ações existentes no Governo Federal e criando novos arranjos 2. Definição de meta específica de atendimento do Luz para Todos para domicílios em situação de extrema pobreza
	Produção insuficiente gerando insegurança alimentar e excedentes escassos para comercialização em função da falta de assistência técnica adequada à realidade da população rural pobre e da falta de insumos para investimento na produção	1. Apoio à produção através da criação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (ATER + recursos não reembolsáveis) 2. Distribuição de sementes adaptadas no semiárido
	Dificuldades de acesso aos canais de comercialização	Ampliação da participação dos agricultores mais pobres no PAA

Extraído de: CAMPELLO; MELLO, 2014.

A existência desses três eixos articulados é imprescindível para que o esforço de superação da extrema pobreza se sustente. Estes se complementam, melhorando a vida das famílias no presente e proporcionando perspectivas mais promissoras para o futuro. Em todos os eixos, o PBSM dá atenção especial a crianças, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios, povos e comunidades tradicionais e outros grupos mais expostos aos riscos da extrema pobreza (BRASIL, 2013).

2.2.1 Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

O público-alvo do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é formado por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos indígenas e quilombolas, entre outros povos e comunidades tradicionais. Para participarem deste fomento rural, as famílias devem estar ou ser inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais do Governo Federal e deter a DAP ou estarem inseridas na Relação de Beneficiários do INCRA (BRASIL, 2013). Falcão e Costa (2014) destacam que o CadÚnico é a única fonte de informações que, além de quantificar e localizar os brasileiros mais pobres, permite ao poder público agir para diminuir sua pobreza, nas várias dimensões em que se manifesta.

Os municípios a serem atendidos são definidos conjuntamente pelo MDA e pelo MDS, levando em conta especialmente a incidência de pobreza extrema e as informações do IBGE sobre a quantidade de estabelecimentos familiares (BRASIL, 2013). A meta firmada em 2011 previa o atendimento de 253 mil famílias de agricultores, sendo que, até outubro de 2014, já haviam sido contratados serviços de assistência técnica para atender 349 mil famílias de agricultores no semiárido e investidos mais de R\$ 608 milhões (MELLO *et al.*, 2014).

Sobre as formas de acesso ao Programa nas regiões Norte, Nordeste (incluindo o norte e vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, região semiárida) e Centro-Oeste, o MDA realiza chamadas públicas, com a publicação de editais para selecionar entidades interessadas em prestar serviços de assistência técnica. A escolha da vencedora leva em conta sua experiência e a qualidade de sua proposta técnica e equipe. Podem concorrer tanto entidades públicas quanto não públicas. Em 2013, por meio de atuação conjunta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Emater-MG com o Governo Federal, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do PBSM foi lançado no estado de Minas Gerais, visando garantir melhores condições de vida a 12 mil famílias de agricultores, em 476 municípios mineiros (EMATER, 2016), sendo a Emater-MG a principal empresa executora do Programa.

A execução do Programa envolve a combinação de duas ações: a) a oferta de serviços da ATER; e b) a transferência direta às famílias de recursos financeiros não reembolsáveis. Ambas são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, para que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, bem como para que possam ter acesso a uma alimentação mais saudável (EMATER, 2016).

A ATER é um serviço de educação não formal, em que agentes capacitados auxiliam agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas. Ao promover o aperfeiçoamento do trabalho nas unidades produtivas familiares, a ATER ajuda a aumentar a quantidade, a qualidade e o valor de seus produtos. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para consumo próprio, melhorando sua situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, aumentando sua renda e qualidade de vida (BRASIL, 2013).

No âmbito do PBSM, o trabalho de assistência técnica ocorre em etapas. Na primeira, o agente da ATER faz, junto com a família, um diagnóstico das condições de produção, identificando pontos fortes e fragilidades. Na segunda etapa, com base no diagnóstico, elabora-se um projeto detalhado para organizar a produção, com estabelecimento de metas. Por fim, este agente acompanha a família durante a implementação do projeto, para que seja executado da melhor forma possível, podendo orientá-la inclusive quanto a formas de comercializar os excedentes. Para participar, as famílias devem ter renda familiar mensal de até R\$ 70,00 por pessoa⁸, estar registradas no CadÚnico e ser portadoras da DAP.

No Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, as famílias agricultoras extremamente pobres recebem recursos para financiar a implantação dos projetos de estruturação produtiva, elaborados juntamente com os técnicos da ATER. O pagamento é feito pelo MDS diretamente aos agricultores, por meio do cartão do Bolsa Família ou pelo Cartão Cidadão (BRASIL, 2013). Cada família pode receber até R\$ 2.400,00, divididos em duas parcelas. Não se trata de empréstimo, ou seja, não é preciso devolver o dinheiro, mas só recebem a segunda parcela se as famílias apresentarem envolvimento e participação no projeto. Os recursos devem ser usados na compra de insumos e equipamentos (como sementes, adubos, ferramentas, animais e matrizes) ou na contratação de pequenos serviços

⁸ Valor de referência em 2011. Atualmente, a modalidade tradicional é a seguinte: podem participar do Programa famílias do meio rural em situação de extrema pobreza (ou seja, que têm renda familiar mensal de até R\$ 89 por pessoa); já a modalidade semiárido: podem participar famílias na condição de pobreza (com renda familiar mensal de até R\$ 178 por pessoa), que possuem acesso à água para produção e residem na região do semiárido. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-programa-de-fomento-as-atividades-produtivas-rurais>>.

necessários à implantação do projeto (BRASIL, 2013). O Quadro 2 descreve os projetos e investimentos produtivos apoiados nacionalmente pelo Programa.

Quadro 2 - Descrição dos projetos e investimentos produtivos apoiados no âmbito do Programa de Fomento. Brasil, 2011-2014

Principais projetos produtivos desenvolvidos pelas famílias no âmbito do Programa de Fomento	Criação de pequenos animais, (suinocultura, caprinocultura e avicultura caipira), bovinocultura, lavouras de milho e feijão, horticultura, recuperação dos solos associada à implantação de pequenas áreas de policultivos, artesanato e outras atividades não agrícolas (salão de beleza, lanchonete, padaria, mercadinho, fábrica de churros, fábrica de blocos de cimento, entre outros).
Principais investimentos feitos pelas famílias com os recursos do Programa de Fomento	Aquisição de matrizes e reprodutores para iniciar ou ampliar a criação de pequenos animais.
	Aquisição e formação de estoques para a alimentação desses rebanhos (incluindo a implantação ou a reforma das áreas de pastagem e a aquisição de equipamentos, como uma máquina cortadeira de palma).
	Ampliação das instalações para acomodar os animais (bebedouros, cercas, curral, galinheiro, chiqueiro etc.).
	Aquisição de insumos e equipamentos para a produção agrícola (telas, adubos e sementes para as hortas ou mudas de frutíferas, canos, mangueiras e torneiras para a instalação de sistema de irrigação por gotejamento, no caso dos agricultores com acesso à água para produção).
	Aquisição de materiais para desenvolver atividade artesanal (artesanato como alternativa de renda no período da estiagem).
Principais orientações técnicas recebidas pelas famílias beneficiárias do Programa de Fomento	Aquisição de matérias primas e máquinas e equipamentos para outras atividades não agrícolas: areia, brita, cimento, formas de blocos, máquina betoneira e pequeno caminhão usado; prateleiras, cadeiras, secador, prancha, lavatório, espelho, esmaltes, cremes e shampoos; produtos não perecíveis, prateleiras para o estoque dos mercadinhos e freezer para produtos perecíveis, entre outros.
	Sobre a poda e os tratos culturais das frutíferas, o manejo alimentar, sanitário e reprodutivo dos animais, a suplementação da alimentação animal e as técnicas de irrigação, entre outras.

Extraído de: MELLO *et al.*, 2014.

Ainda sobre os principais projetos produtivos desenvolvidos pelos agricultores no âmbito do PBSM, Santos e Chaves (2018), investigando especificamente o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, constataram que o investimento do recurso deste Programa e a assistência técnica recebida pelos agricultores foram para as atividades avicultura caipira, suinocultura caipira, cultivo de hortaliças, atividade rural não agropecuária, milho irrigado e apicultura. Neste trabalho, foi realizada pesquisa de campo com a submissão de questionário aos agricultores, a fim de se conhecer qual avaliação eles fazem do Programa. Segundo tais autoras, todos os agricultores apontaram o Programa importante para a unidade de produção familiar,⁹ por promover melhoria da renda, dando oportunidade para incrementar

⁹ Para Blum (2001), a unidade produtiva familiar é considerada como um imóvel rural que é explorado diretamente pelo agricultor e sua família, absorvendo toda sua força de trabalho, garantindo a subsistência e o

a produção e comercializar excedentes, e também por melhorar a produção, já que foi possível investir nas atividades agrícolas e, no caso das atividades pecuárias, adquirir mais animais. Os agricultores ainda apontaram ter o Programa possibilitado a melhoria em instalações para a criação de aves, com a construção do reservatório de água, contribuindo para melhoria na execução das atividades e possibilitando obter lucro.

Segundo Mello *et al.* (2014), para além dos resultados de execução física e financeira do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, é importante ressaltar a mudança significativa na atuação das entidades da ATER e a melhoria das condições de vida das famílias atendidas pelo Programa. E como parte dos resultados qualitativos alcançados com a ação, segundo o relatório “A inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria e os resultados do Programa de Fomento: primeiros apontamentos”, elaborado no âmbito do MDA e MDS, tem-se que maior parte das famílias atendidas pelo Programa nunca havia recebido serviços da ATER e, com o Programa, as entidades da ATER chegavam, pela primeira vez, a famílias com o perfil do Plano, acompanhadas pelo aumento da renda e do patrimônio das famílias atendidas; pela melhoria da situação de segurança alimentar e nutricional, com a ampliação e diversificação da produção de alimentos; por mudanças nas formas de produzir das famílias pela diversificação das atividades produtivas, da implantação de atividades não agrícolas e da estruturação da criação de pequenos animais; pela importante participação das mulheres, como titulares do cartão do Bolsa Família, nas decisões e na implantação dos projetos produtivos (MELLO *et al.*, 2014).

Mello *et al.* (2014) abordam os resultados positivos do Programa, mas propõe que é necessário desenvolver novas estratégias e formas de abordagem por parte das entidades contratadas, para lidar com as diferentes demandas das famílias mais pobres. E ainda segundo os autores, um exemplo foi a atuação bem-sucedida de equipes multidisciplinares que contaram com profissionais da Assistência Social e Pedagogia, na resolução e tratamento de questões que extrapolavam o viés produtivo do acompanhamento.

Por fim, após a apresentação teórica sobre agricultura, agricultura familiar e suas políticas públicas, além da documental sobre o PBSM e seu Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a aplicação dos questionários para os agricultores (Apêndice A), fonte de dados primários para discussão, debate e análise da implantação do Programa em Datas, é fundamental para atingir os objetivos da pesquisa.

Com o conhecimento proveniente do embasamento teórico abordado e os dados coletados, um leque de informações para análises da política pública em questão será aberto, afinal, embora se tenham a descrição oficial do Programa e a discussão teórica do tema, precisamos chegar ao final do processo com o protagonista da finalidade da política pública, o agricultor familiar. Assim, as informações foram produzidas e unificaram o trabalho final, uma vez que a pesquisa forneceu dados pós-política pública, materializando a assim característica de avaliação, numa atípica sucessão de governos em curto período de tempo.

3. PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS EM DATAS

Este capítulo aporta os resultados da pesquisa de campo, por meio de informações vindas das entrevistas com agricultores familiares em Datas, e as análises dos dados coletados sobre a execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no município em questão, advindos da empresa executora. Assim, serão apresentadas informações em virtude da pesquisa documental realizada no escritório da Emater-MG; dados gerais da execução do Programa no estado de Minas Gerais, com recorte local; características dos beneficiários e as atividades estruturadas em suas unidades produtivas.

3.1 Política pública pela Emater-MG

Conforme consta na Carta Anual de Governança Corporativa (2019), disponível em seu portal oficial, a Emater-MG possui experiência de mais de 70 anos em seu nicho de mercado, com atuação em quase todo o território mineiro e uma metodologia descentralizada. Ainda segundo o documento, a instituição conta com uma unidade central na capital mineira, Belo Horizonte, e tem, em sua estrutura organizacional, um total de 32 Unidades Regionais e 790 Escritórios Locais, presentes em igual número de municípios, onde atuam profissionais das Ciências Agrárias, Sociais e Humanas e, também, da área administrativa. Possui um total atual de 1.888 profissionais em 2019, sendo que 84% deles estão lotados nas Unidades de Campo (Escritórios Regionais e Locais), enquanto o restante, na Sede. Seu corpo profissional é composto, em sua maioria, de profissionais de carreira e, por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), é a promotora do PBSM no estado de Minas Gerais.

A rota de inclusão produtiva rural, planejada pelo PBSM, formulada com tarefas que são delegadas e prevê ações, programas e procedimento para a superação da extrema pobreza e, deste modo, é indispensável a parceria com empresas da categoria ATER, que têm a missão de ser sua executora. No fluxo de tarefas iniciais do plano, combate-se a escassez hídrica e falta de luz como primeira etapa, proporcionando uma infraestrutura adequada e levando esses recursos para o consumo/atendimento da produção da família que serão necessárias para a execução de objetivos posteriores. Após ocorre a promoção da produção familiar (ATER, fomento e insumo), com o acesso da família à assistência técnica gratuita e transferência de recursos financeiros para investimento na atividade produtiva, que compõem

os resultados do Plano. Diretamente para finalizar a rota de inclusão produtiva, procura-se solucionar as dificuldades de acesso aos mercados e, desta forma, atua-se ampliando os canais de comercialização para produtos, alimentos aos mercados locais e regionais (BRASIL, 2014).

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é precisamente uma das etapas dessa rota e um de seus objetivos é apoiar a produção a partir do fornecimento da ATER e do repasse de recursos não reembolsáveis, que garantem a estruturação das atividades produtivas e abrem caminho para o acesso das famílias beneficiárias a outras ações de fortalecimento da agricultura familiar, por exemplo, o PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que possui basicamente duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Em síntese, a Figura 4 ilustra a organização da rota de inclusão produtiva rural, planejada pelo PBSM, podendo compreender o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais como uma de suas engrenagens.

Figura 4 - A organização da rota de inclusão produtiva rural



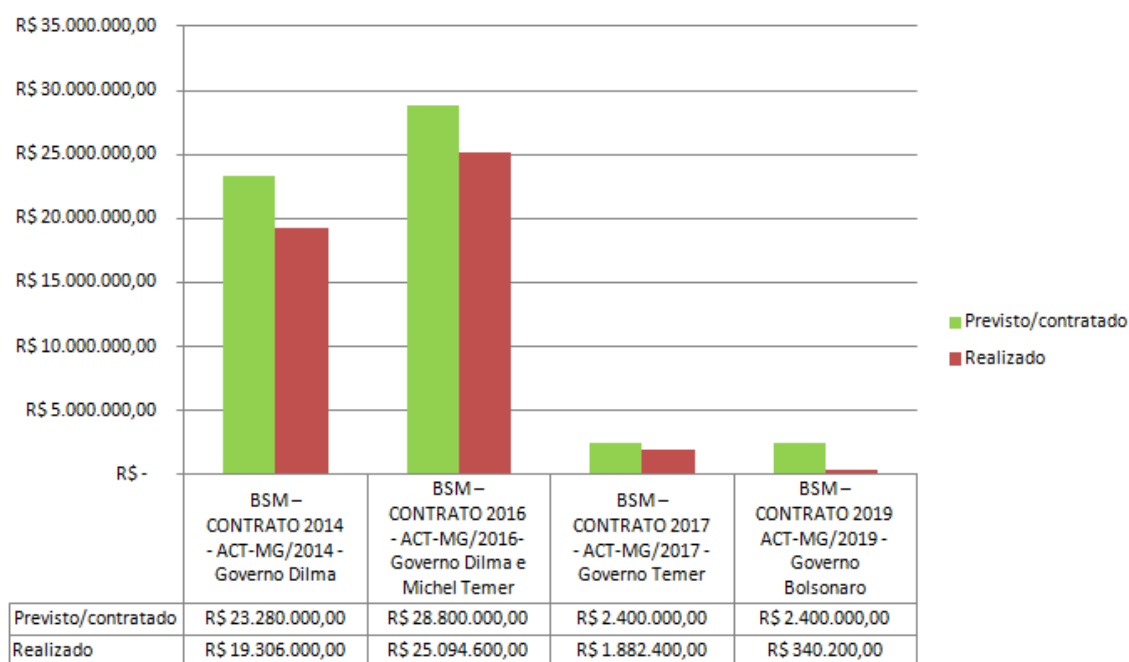
Extraída de: ATER, 2014.

Política pública, a partir de uma simples definição, é um estágio em que governos democráticos demonstram seus propósitos e suas plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, conforme já salientado. As políticas públicas estão, assim, entrelaçadas ao governo que as implantou, com a formulação de um propósito. Para um recorte estadual dos valores investidos pelo Governo Federal, por meio dos mecanismos de transferência de recursos envolvidos para execução desta política

pública em Minas Gerais, as cifras ultrapassam milhões e incorporam uma agenda com características de inclusão produtiva e erradicação da pobreza.

Conforme dados fornecidos pela Emater-MG para os anos de 2014, 2016, 2017 e 2019, o volume total de recursos para o PBSM investido/disponibilizado no estado soma a cifra de R\$ 46.623.200,00¹⁰ (quarenta e seis milhões, seiscentos e vinte três mil e duzentos reais), desde 2014, com envolvimento/participação de 20.189 (vinte mil, cento e oitenta e nove) famílias beneficiárias em todos os municípios, até outubro de 2020. O Gráfico 8 retrata detalhadamente esses valores previstos e realizados.

Gráfico 8 - Valores previstos e investidos pelo Plano Brasil Sem Miséria. Minas Gerais, 2014-2019



Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2020.

Por ser uma política pública criada no governo de Dilma Rousseff,¹¹ o gráfico evidencia que, no estado de Minas Gerais, os valores previstos de investimento em 2014 (vinte e três milhões, duzentos e oitenta mil) e 2016 (vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) são superiores, em muitas vezes, aos previstos em 2017 (dois milhões e quatrocentos mil) no governo de Michel Temer¹² e 2019 no governo de Jair Bolsonaro,¹³ quando não teve aumento. De certa maneira, os motivos para tal redução brusca de valores destinados ao PBSM se devem às mudanças também bruscas de governo, quando propósitos e plataformas

¹⁰ Valores destinados apenas ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

¹¹ Esse governo iniciou em 1 de janeiro de 2011, afastado em 12 de maio de 2016 e finalizado em 31 de agosto de 2016.

¹² Já esse governo teve início interinamente em 12 de maio de 2016 e pendurou até 31 de dezembro de 2018.

¹³ E esse governo teve início no dia 1 de janeiro de 2019, com previsão de término em 31 de dezembro de 2022.

eleitorais também mudaram programas e ações governamentais – nos últimos anos, a crise política direcionou a agenda brasileira para ajustes fiscais nas contas públicas do país.

Vale destacar que o ano de 2016, quando ocorreu o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, teve dois governos, duas agendas políticas, e foi o exercício financeiro¹⁴ em que mais se previu investimento no PBSM, destinado à execução do fomento com o montante de R\$ 28.800.000,00 (vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) – realidade que mudou a partir disso. O orçamento de 2016 é aprovado pelo Congresso em ano anterior a sua execução, como determina a Constituição Federal de 1988¹⁵ e regulamentado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)¹⁶ e executado pela Lei orçamentária Anual (LOA).¹⁷

O segundo mandato do governo Dilma Rousseff (2015-2016) foi marcado por forte recessão e aumento das taxas de desemprego, devido a uma crise econômica global. Esta crise foi intensificada por uma crise política que resultou no impeachment do presidente em agosto de 2016. Nesse momento e a partir de 2015, buscou-se lidar com essas crises, que resultou em corte de R\$ 70 bilhões nos gastos do governo, parcialmente aplicados a programas sociais e políticas. Em 12 de maio de 2016, a mudança do comando executivo federal levou a rupturas programáticas e cortes no orçamento que impactaram diretamente nas políticas. [...] indicando mudanças de paradigma e retrocessos nos princípios e direitos adquiridos. Uma das primeiras medidas do governo Temer em áreas agrárias e rurais foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (VASCONCELOS *et al.*, 2019, p. 8).

Desta forma, ao analisar os valores da política pública materializada pelo PBSM destinado ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais em Minas Gerais, não ocorreram cortes ou contingenciamento de imediato, apesar de todas as turbulências e crises

¹⁴ Exercício financeiro é período definido para fins de segregação e organização dos registros relativos à arrecadação de receitas, à execução de despesas e aos atos gerais de administração financeira e patrimonial da administração pública. No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil, conforme disposto no art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

¹⁵ A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu Art. 165, que “leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

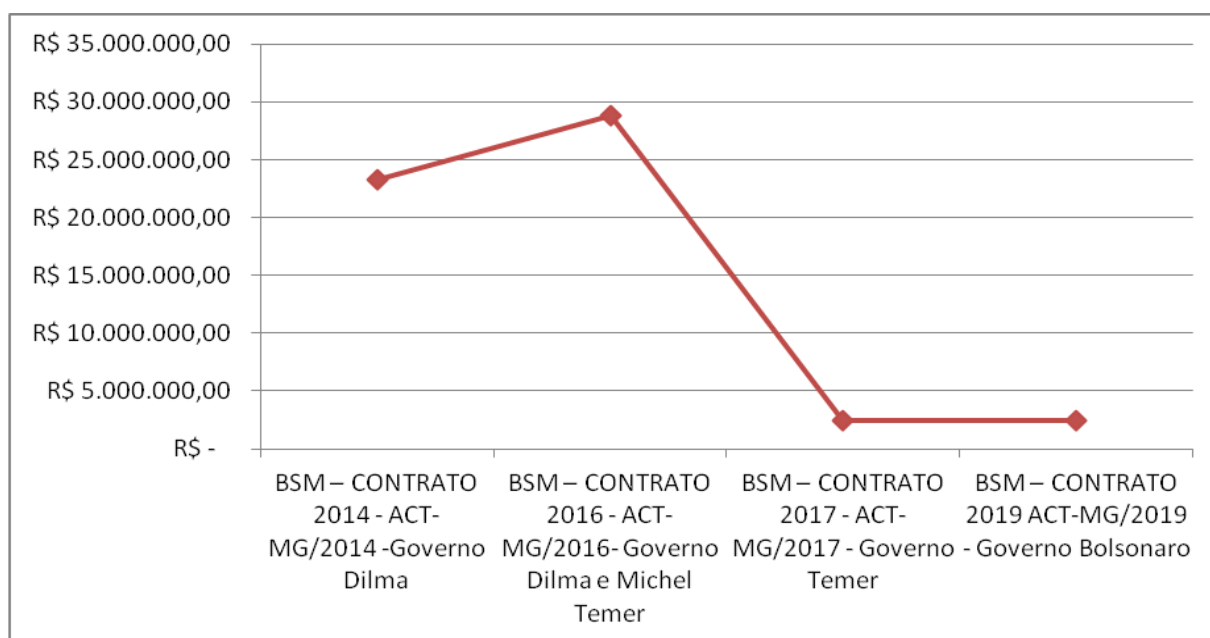
¹⁶ A LDO estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>>.

¹⁷ A LOA estabelece os orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a LDO e o Plano Plurianual. Os orçamentos da União dizem respeito a todos nós, pois geram impactos diretos na vida dos brasileiros. O Orçamento Brasil é um instrumento que ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>.

políticas durante o governo de Dilma. Ressalta-se que sua agenda de ações propunha, desde o primeiro ano de governo, a erradicação da miséria, materializada legalmente pelo próprio decreto que instituiu o PBSM, citado anteriormente.

A redução de valores investidos a partir do ano de 2017 coincide com as mudanças de governo entre 2016 e 2019, um período curto com três diferentes agendas de política pública. E os propósitos desses diferentes governos podem ser mensurados pela situação de desinvestimento nessa política pública voltada para a agricultura familiar, que demonstra, a princípio, um destino crítico ao PBSM, conforme o Gráfico 9. Os números demonstram uma ação negativa dos últimos governos em termos de investimento para o Plano e pode ser considerada uma ação política com precedentes de mudança de perfil de governo, que poderá prejudicar o desenvolvimento rural, o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar num panorama multiescalar.

Gráfico 9 - Investimentos pelo Plano Brasil Sem Miséria. Minas Gerais, 2014-2019



Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2020.

Andrade e Sulzbacher (2018) corroboram com essa visão de redução de recursos e mudanças de ações do governo posterior ao da presidenta Dilma Rousseff. Em trabalho apresentado, elas propõem analisar:

[...] o perfil de Estado que se instaura após o golpe, sobretudo as políticas públicas voltadas para os sujeitos do campo. Assim, o Estado brasileiro, após 2015, é marcado por um Governo que “enxuga” a máquina pública sob pretexto de equacionar o déficit fiscal, comprometido com interesses do capital financeiro, sobretudo internacional, que emana perspectiva neoliberal, implicando em reformas trabalhistas, previdenciárias, sistema de saúde, de educação etc. Dentre as reformas, está a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Ouvidoria

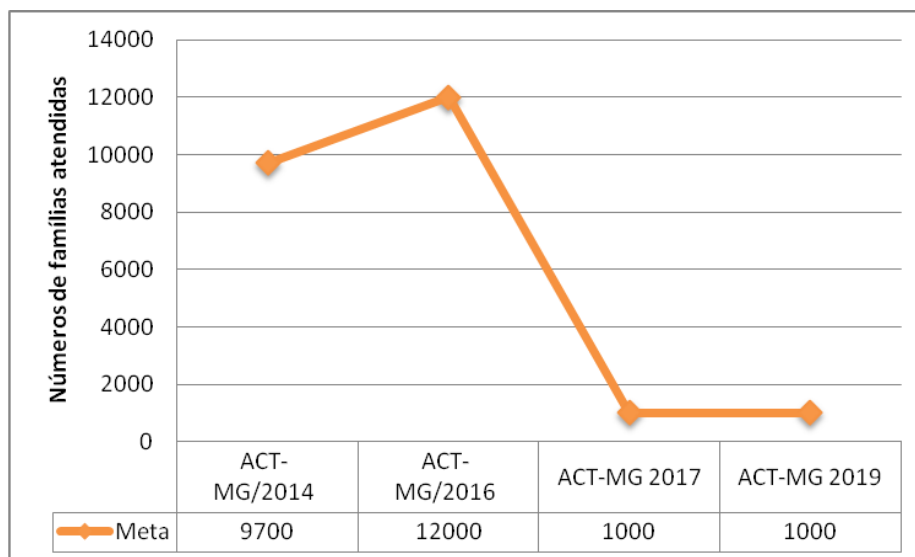
Agrária Nacional, criada em 2004, cujo objetivo era prevenir e mediar conflitos nos espaços rurais. A Casa Civil passou ter sob sua responsabilidade o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (ANDRADE; SULZBACHER, 2018, p. 90).

Sem adentrar no debate do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, as informações apresentadas pelas autoras são reflexivas, ainda mais quando elas informam os números da redução de orçamento de outras políticas públicas, destinadas especificamente ao fortalecimento da agricultura familiar:

A Lei Orçamentária Anual (LOA) dos anos de 2017 e 2018, em comparativo com ano anterior, indica que: a extensão rural recebeu -46% e -65%; a difusão do conhecimento científico -51% e -24%; a promoção comercial -21% e -50%; a preservação e conservação ambiental -23% e -58%; a reforma agrária, -39% e -19%; respectivamente. Para a ação de Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar o Projeto de LOA 2016 propôs corte de 47% para 2017 e 99% para 2018. Ou seja, o Programa encontrar-se-ia praticamente extinto. Logo, percebe-se o retrocesso promovido pelo Governo Temer perante a agricultura de base familiar e de povos tradicionais. (ANDRADE; SULZBACHER, 2018, p. 90).

Os governos não estampam claramente em suas ações a intenção de extinguir projetos e políticas anteriores a seu período de atuação, mas usam a burocracia estatal e ferramentas de gestão para reduzir investimentos e cortar despesas não obrigatórias – fato detectável quando se analisa os documentos de governo relacionados ao orçamento, a gestão e os planos de governo. E em concordância com Andrade e Sulzbacher (2018), é perceptível que o PBSM está, atualmente, com desinvestimento constante e possível extinção.

Quanto aos números totais de famílias beneficiárias é detectável uma ascensão nos primeiros anos, de 2014 para 2016, e um declínio nos últimos anos, assim detalhados nas metas dos ACT firmados entre a Emater-MG e o Governo Federal, representado atualmente pelo Ministério da Cidadania. Para melhor visualização dessa situação em queda, o Gráfico 10 retrata uma diminuição brusca entre 2016 e 2017, seguida de permanência no mesmo patamar em reta, isto é, nem aumento, nem diminuição entre 2017 e 2018. Segundo o ACT em vigência e pela fonte documental fornecida, o total de famílias beneficiárias não apresenta perspectiva de aumento. Do atendimento inicial de 9.700 (nove mil e setecentas) famílias no primeiro ano/contrato de execução da política pública ao último contrato assinado em 2019 para execução e com vigência do ACT (28/12/19 a 31/12/22), com a previsão de atendimento de apenas 1.000 (um mil) famílias, apresenta-se mais um indício para extinção do Plano e, para tanto, os números de cada contrato pela Emater-MG precisam ser analisados.

Gráfico 10 - Famílias atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria. Minas Gerais, 2014-2019

Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2020.

O primeiro instrumento de ação da Emater-MG, como empresa executora, foi o contrato 2014 ACT-MG/2014, que tinha a vigência contratual de 19/05/14 até 19/05/16 e sua meta de atendimento era o total de 9.700 (nove mil e setecentas) famílias, com atuação em 270 municípios do estado e envolvimento de 14 Unidades Regionais. A Tabela 6 demonstra numericamente os resultados deste primeiro ano de ACT.

Tabela 6 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2014/Contrato 2014 ACT-MG/2014

Atividades da ATER	Meta	Realizado	Não realizado
Diagnóstico	9.700	9.480	220
Planejamento	9.700	9.480	220
Famílias desenquadradas por motivo de renda superior ou cadastral	-	-	1.290
1ª Visita as famílias	9.480	8.046	1.434
Famílias excluídas por não ter aplicado a primeira parcela, mudado ou outros	-	-	350
2ª Visita	7.696	7.430	266
3ª Visita	7.696	6.810	886
Pagamento 1ª parcela	9.480	8.190	1.510
Pagamento 2ª parcela	8.190	7.840	350
Aplicação	Nº Famílias	Valor Parcela	Total
Famílias com projetos concluídos (2 parcelas)	7.840	R\$ 2.400,00	R\$ 18.816.000,00
Famílias com projetos não concluídos (apenas 1ª parcela)	350	R\$ 1.400,00	R\$ 490.000,00
TOTAL GERAL			R\$ 19.306.000,00

Fonte: EMATER-MG, 2020.

No primeiro ano do PBSM no estado de Minas Gerais, conforme a tabela acima, sua execução alcançou o percentual de 80,82% das famílias previstas na meta, concluindo de maneira efetiva o que previa inicialmente a política pública. Essas famílias participaram de todas as etapas do Programa e finalizaram com *status* de concluído. Observa que o êxito poderia ter sido mais efetivo se o procedimento de substituição das famílias desenquadradas, por motivo de renda superior ou cadastral, fosse realizado pela executora, o que não foi constatado na documentação consultada. Vale frisar que 3,61% das famílias tiveram uma execução parcial dessa política pública.

Já no segundo ano, o contrato 2016 ACT-MG/2016 teve vigência de 17/03/16 até 17/03/19, com meta de atender um total de 12.000 (doze mil) famílias – um aumento de 23% em relação ao ACT anterior, junto à intensificação de sua área de atuação nos municípios mineiros, de 270 (duzentas e setenta) a 490 (quatrocentos e noventa) municípios, também com maior envolvimento das Unidades Regionais, de 22 (vinte e duas) para 32 (trinta e duas). Assim, é considerado o maior contrato em números e abrangência da política pública, como pode ser conferido na Tabela 7.

Tabela 7 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2016/Contrato 2016 ACT-MG/2016

Atividades da ATER	Meta	Realizado	Não realizado
Diagnóstico	12.000	11.718	282
Planejamento	12.000	11.718	282
Famílias desenquadradas por motivo de renda superior ou cadastral	-	-	824
1ª Visita as famílias	10.894	10.380	514
Famílias excluídas por não ter aplicado a primeira parcela, mudado ou outros	-	-	740
2ª Visita	9.640	8.913	727
Pagamento 1ª parcela	11.718	10.894	824
Famílias excluídas da segunda parcela (fora do prazo – ACT não aditivado)			311
Pagamento 2ª parcela	10.583	9.843	740
Aplicação	Nº Famílias	Valor Parcela	Total
Famílias com projetos concluídos (2 parcelas)	9.843	R\$ 2.400,00	R\$ 23.623.200,00
Famílias com projetos não concluídos (apenas 1ª parcela)	1.051	R\$ 1.400,00	R\$ 1.471.400,00
TOTAL GERAL			R\$ 25.094.600,00

Fonte: EMATER-MG, 2020.

O contrato 2016 ACT-MG/2016, em valores previstos de investimento desde o início do PBSM, foi o de maior proporção tanto em termos financeiros quanto em números de

beneficiários. Já seus resultados, em uma avaliação percentual comparada ao ACT de 2014, ficam próximos ao total anterior de famílias estipuladas na meta, sendo que 82,02% foram efetivamente concluídas em todas as etapas de execução e com *status* finalizado – um percentual superior em 1,2 pontos percentuais do último ano/contrato. Entretanto, o percentual de famílias que teve a execução parcial foi de 12,41%, o qual aumentou exponencialmente, em termos comparativos, já que tivera apenas 3,61% em 2014. Desse modo, mesmo com o aumento da amplitude do Plano em números, os resultados não ocorreram percentual ou numericamente em crescimento expressivo, de um contrato para outro.

Enfatiza-se que, em 2014, o total de 1.290 (um mil duzentas e noventa) famílias foi desenquadrado por motivo de renda superior ou cadastral e, no ano de 2016, 824 famílias desenquadradas pelos mesmos motivos. Em complemento, não foi possível identificar a possibilidade de substituir as famílias desenquadradas no ACT 2016 na fonte documental.

No panorama atual de execução do PBSM em Minas Gerais, dois ACT estão em vigência: o primeiro em estado avançado de execução, posto que o contrato 2018 do Plano e o ACT-MG 2017 têm sua vigência de 28/12/18 a 27/06/21, com meta de atendimento total de 1.000 (um mil) famílias em 80 (oitenta) municípios, envolvendo 18 Unidades Regionais. A Tabela 8 demonstra a situação atual do PBSM e apura-se que, da meta estipulada, 76,90% já estão concluídas, todavia, por ainda estar em vigência, o Plano poderá bater 100% da meta, já que famílias que não tiveram diagnóstico, planejamento ou primeira visita poderão ainda ter.

Tabela 8 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2018/Contrato 2018 ACT-MG/2017

Atividades da ATER		Meta	Realizado	A realizar
Diagnóstico		1.000	980	20
Planejamento		1.000	980	20
Famílias desenquadradas por motivo de renda superior ou cadastral		-	-	52
1ª Visita		1.000	772	169
Famílias excluídas por não ter aplicado a primeira parcela, mudado ou outros		-	-	40
2ª Visita		1.000	512	159
Pagamento 1ª parcela		1.000	897	103
Pagamento 2ª parcela		960	769	151
Aplicação	Nº Famílias	Valor Parcela		Total
Famílias com projetos concluídos (2 parcelas)	769	R\$ 2.400,00		R\$ 1.845.600,00
Famílias com projetos não concluídos (apenas 1ª parcela)	128	R\$ 1.400,00		R\$ 179.200,00
TOTAL GERAL			R\$ 1.882.400,00	

Fonte: EMATER-MG, 2020.

Também está em execução inicial o contrato 2020 do PBSM e a ACT-MG 2019, com vigência de 28/12/19 a 31/12/22. A meta proposta é igual ao contrato anterior, de apenas 1.000 (um mil) famílias, com abrangência em 130 (cento e trinta) municípios e participação de 21 (vinte e uma) Unidades Regionais da empresa. Seu estado atual é resumido na Tabela 9 e, embora uma análise mais minuciosa não seja possível, pode-se notar que os resultados a serem alcançados sejam próximos aos demonstrados no contrato PBSM 2018 ACT-MG/2017.

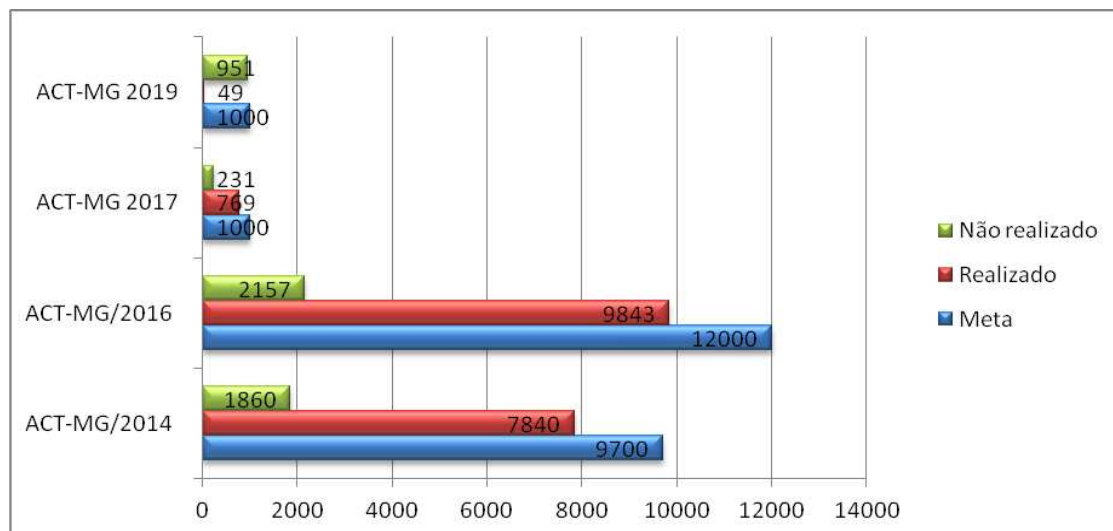
Tabela 9 - Brasil Sem Miséria – Contrato 2020/Contrato 2019 ACT-MG/2019

Atividades da ATER	Meta	Realizado	A realizar
Diagnóstico	1.000	608	392
Planejamento	1.000	608	392
Famílias desenquadradas por motivo de renda superior ou cadastral	-	-	8
1ª Visita	1.000	116	84
Famílias excluídas por não ter aplicado a primeira parcela, mudado ou outros	-	-	4
2ª Visita	-	-	-
Pagamento 1ª parcela	1.000	208	792
Pagamento 2ª parcela	996	49	947
Aplicação	Nº Famílias	Valor Parcela	Total
Famílias com projetos concluídos (2 parcelas)	49	R\$ 2.400,00	R\$ 117.600,00
Famílias com projetos não concluídos (apenas 1ª parcela)	159	R\$ 1.400,00	R\$ 222.600,00
TOTAL GERAL			R\$ 340.200,00

Fonte: EMATER-MG, 2020.

Após apresentação individual de cada ACT executado e em execução pela Emater-MG, o detalhamento em conjunto do Gráfico 11 torna claro o impacto dos volumes totais de recursos aplicados pelo PBSM em Minas Gerais, desde 2014. De R\$ 46.623.200,00 para 20.189 famílias atendidas até outubro de 2019, destaca-se que os beneficiários efetivos com *status* concluído (recebimento das duas parcelas e visitas mínimas realizadas de assistência) somam-se 18.501 (dezoito mil quinhentas e uma) famílias.

Gráfico 11 - Famílias atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria, em número absoluto. Minas Gerais, 2014-2019



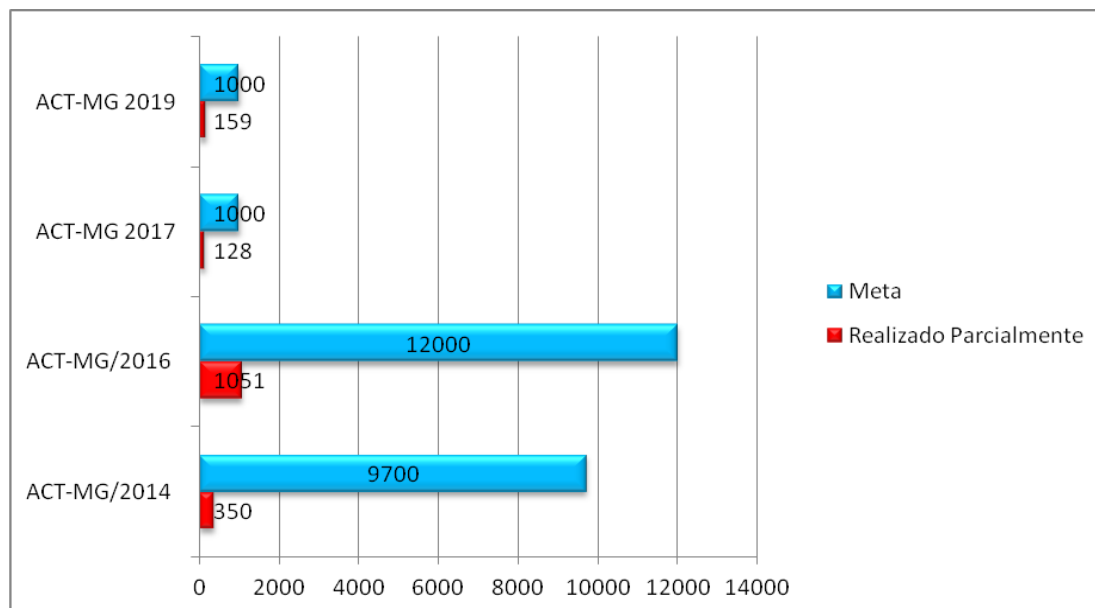
Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2020.

Não se pode negar que esses recursos, mobilizados durante a execução do PBSM, são absorvidos e movimentam as economias locais dos pequenos municípios, como no caso em Datas. Nesse sentido, Silva (2012, p. 10) afirma que, “enquanto categoria social e produtiva, a agricultura familiar assume proporções nada desprezíveis para a formulação de um projeto de desenvolvimento no país, já que cerca de 90% de seus 5.807 municípios têm na atividade agrícola a base de sua economia.”.

Diante disso, depender apenas de uma única política pública na expectativa de proporcionar mudanças é muito arriscado e os resultados podem não ser conforme o planejamento dos governos. O ideal seria um conjunto de políticas públicas direcionadas, pois os resultados demonstram, de certa forma, uma reflexão no que pode ocasionar uma variedade de estratégias e métodos de atuação da agricultura familiar como geradora de renda que existe no campo da economia territorial. Os incentivos à produção familiar agrícola serão uma oportunidade de estratégia para a aceleração da economia em muitas cidades brasileiras e com grande possibilidade para a redução da desigualdade social e pobreza em territórios com fortes características rurais, que se encontram em estagnação econômica.

Por outro lado, é um ponto negativo para a executora do Plano os números de beneficiários que, no decorrer dos ACT de 2014, 2016, 2017 e 2019, não tiveram a execução de forma total e plena (Gráfico 12). Em termos absolutos, o total até o outubro de 2020 é de 1.688 (um mil seiscentos e oitenta e oito) e, mesmo que os dois ACT em vigência tenham sua execução total realizada para todas as famílias, o passivo não executado é destacável.

Gráfico 12 - Famílias atendidas plenamente e parcialmente pelo Plano Brasil Sem Miséria, em número absoluto. Minas Gerais, 2014-2019



Fonte de dados: MINAS GERAIS, 2020.

Em termos quantitativos como ora apresentados, a execução do PBSM no contexto estadual teve êxito quando considerada cada meta, mas a discussão ainda não pode ser concluída. Ainda nesse capítulo, os dados reunidos nesse tópico, fornecidos pela própria empresa executora, serão pormenorizados e complementados por informações de outros documentos e outras fontes.

3.1.1 Informações oficiais da pesquisa documental sobre a execução do Programa

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no município de Datas ocorreu em dois momentos: o primeiro atendeu beneficiários via o ACT-MG/2014, com o total de 36 (trinta e seis) famílias; ao passo que o segundo, por meio do ACT-MG/2016, quando foram atendidas o total de 28 (vinte e oito) famílias beneficiárias. Conforme abordado no segundo capítulo e reforçado no tópico anterior, as atribuições da ATER é um fator essencial para o desenvolvimento e a execução da política pública e, assim, o delineamento das presentes informações será descrito a partir da análise de trabalhos da Emater-MG na execução do Programa, com fonte material nos dados secundários (relatórios, planilhas, orientações) arquivados no escritório local da empresa. Para recorte temporal, apenas a documentação do ACT-MG/2016 foi consultada, por ser o instrumento de execução mais

recente e, também, a população de agricultores envolvida neste ACT ser o recorte das pesquisas de campo, apresentadas e discutidas mais adiante.

Para descrever a atuação da empresa foram consultados documentos que compõe o diagnóstico sobre a situação do agricultor e sua estrutura de produção, além de firmar o termo de adesão do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e, posteriormente, a Elaboração do Projeto de Estruturação Produtiva. Outros documentos apreciados foram os relatórios físicos de atividades individuais, que registravam as ações do extensionista, seja na primeira, seja na segunda visita técnica à unidade de produção familiar.

A pesquisa documental realizada no escritório possibilitou a elaboração da Tabela 10, a qual demonstra as datas individuais de acompanhamento do Programa para cada agricultor, desde o diagnóstico até a segunda visita e, assim, provável conclusão do Programa. Os dados demonstram que todos os diagnósticos foram realizados no primeiro semestre de 2017, registrados nos meses de março, maio e junho. E o lapso temporal entre a primeira e a segunda visita teve uma média de 204 (duzentos e quatro) dias, pouco mais de seis meses nessa fase de acompanhamento em que o agricultor tinha a obrigação de aplicar os recursos da primeira parcela creditada na atividade/projeto estrutura produtiva, elaborada e acompanhada pela ATER.

A segunda visita técnica de acompanhamento aconteceu em torno de 132 (cento e trinta e dois) dias. De modo geral, o acompanhamento do Programa do início ao fim foi uma média simples de 336 (trezentos e trinta e seis) dias. Três agricultores foram excluídos do Programa (identificados por 26, 27 e 28 na tabela) e seus dados registram apenas o procedimento inicial de diagnóstico – não foram encontrados documentos com o registro de seus desligamentos e, hipoteticamente, podem ser famílias desenquadradas por motivo de renda superior ou cadastral.

Os projetos de Estruturação Produtiva, acompanhados pela empresa, foram nos seguintes seguimentos: avicultura de postura, bovinocultura de leite, horticultura, olericultura sem agrotóxicos, piscicultura, cultivo do feijoeiro comum, cultura do alho (irrigada), cultura da bananeira, sistema de produção de olericultura, criação de porcos caipiras, cultura do morango, pomar doméstico e avicultura de corte. Desses, os de maiores incidências foram: avicultura de postura, bovinocultura de leite e horticultura.

Para compartilhar e compreender o trabalho da ATER, serão transcritas algumas informações dos relatórios de acompanhamento da primeira e segunda visita técnica aos agricultores, registrados nos relatórios de três atividades produtivas estruturadas (bovinocultura de leite, avicultura de postura e horticultura e semelhantes).

**Tabela 10 - Datas das visitas durante execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Datas, 2017-2018**

AGRICULTOR FAMILIAR	DATA DO DIAGNÓSTICO	DATA DA 1ª VISITA	DATA DA 2ª VISITA	INTERVALO ENTRE O DIAGNÓSTICO E A 1ª VISITA, EM DIAS	INTERVALO ENTRE A 1ª E 2ª VISITA EM DIAS	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO DA ATER
1	11/05/2017	13/12/2017	15/05/2018	216	153	369
2	30/03/2017	18/01/2018	15/05/2018	294	117	411
3	12/05/2017	04/12/2017	16/01/2018	206	43	249
4	24/03/2017	15/08/2017	06/12/2018	144	113	257
5	10/05/2017	18/01/2018	18/05/2018	253	120	373
6	24/03/2017	19/09/2017	13/12/2017	179	85	264
7	10/05/2017	08/11/2017	06/02/2018	182	90	272
8	10/06/2017	23/01/2018	12/06/2018	227	140	367
9	10/05/2017	08/11/2017	06/02/2018	182	90	272
10	06/06/2017	30/11/2017	21/06/2018	177	203	380
11	15/05/2017	10/01/2018	08/05/2018	240	118	358
12	30/03/2017	20/09/2017	07/12/2017	174	78	252
13	06/06/2017	14/12/2017	21/06/2018	191	189	380
14	11/05/2017	12/12/2017	21/02/2018	215	71	286
15	30/03/2017	26/06/2017	07/12/2017	88	164	252
16	30/03/2017	04/07/2017	07/12/2017	96	156	252
17	12/05/2017	16/01/2018	14/06/2018	249	149	398
18	10/05/2017	12/06/2018	24/10/2018	398	134	532
19	23/03/2017	08/08/2017	28/11/2017	138	112	250
20	09/05/2017	14/11/2017	27/02/2018	189	105	294
21	11/05/2017	06/12/2017	08/08/2018	209	245	454
22	09/05/2017	07/02/2018	15/08/2018	274	189	463
23	15/05/2017	09/11/2017	20/02/2018	178	103	281
24	02/05/2017	09/11/2017	20/02/2018	191	103	294
25	10/05/2017	13/12/2017	08/08/2018	217	238	455
26	24/03/2017	-	-	-	-	-
27	23/03/2017	-	-	-	-	-
28	09/05/2017	-	-	-	-	-

Fonte: EMATER-MG, 2020.

A primeira e segunda visita, respectivamente, a um agricultor (identificado por “Agricultor 1”) que estruturou com o Programa sua atividade de bovinocultura de leite, segundo informações dos relatórios:

ORIENTAÇÃO TÉCNICA (Situação Atual, Orientações e Recomendações):
 Recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).
 Adquiriu uma novilha no valor de 1.000,00 (hum mil reais). Vai adquirir sal comum,
 sal mineral. Recebeu 10,00 Kg semente de milho do programa sementes presentes.
 Arquivar os comprovantes de saque, notas fiscais e recibos dos insumos adquiridos.
 Produzir alimentos suficientes para o período de seca, como o milho e cana
 forrageira. Vacinar os animais contra aftosa e brucelose conforme calendário do
 IMA. Não desmatar novas áreas a serem cultivadas sem a devida autorização dos
 órgãos ambientais. Não utilizar fogo na limpeza das áreas a serem cultivadas. Para o
 plantio do milho seguir as orientações separadas. * Qualquer dúvida procurar pelo
 técnico da EMATER. Comunidade de ***** Datas 13/12/2017.
 (EMATER-MG, 2017, p. 2).

ORIENTAÇÃO TÉCNICA (Situação Atual, Orientações e Recomendações):
 Recebeu a segunda parcela no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Adquiriu arame
 farpado, grampos e poste para reforma de cerca. Vacinar todo o rebanho contra
 aftosa e brucelose conforme calendário do IMA. Fornecer sal a vontade no cocho
 acrescentando sal mineral. Vermifugar o rebanho duas vezes ao ano. Ao administrar
 algum medicamento aos animais, observar o período de carência para consumo do
 leite e da carne. * Qualquer dúvida procurar pelo técnico da EMATER. Comunidade
 de ***** Datas 15/05/2018. (EMATER-MG, 2018, p. 2).

Para os agricultores que estruturaram a atividade produtiva de avicultura de
 postura, por exemplo, o identificado por “Agricultor 3”, as respectivas informações da
 primeira e segunda visita são assim transcritas, conforme os relatórios consultados:

ORIENTAÇÃO TÉCNICA (Situação Atual, Orientações e Recomendações): O
 nome da agricultora consta na lista de beneficiários *****, primeira parcela foi
 liberada. A mesma foi orientada a utilizar o cartão antigo do Bolsa Família no qual
 também não foi depositado. Ir primeiramente na casa lotérica, caso não constar saldo
 trazer o comprovante no escritório Emater para as devidas providências. Constando
 o saldo sacar de uma só vez os R\$ 1.400,00. Arquivar o comprovante de saque.
 Adquirir material de qualidade para a construção do galinheiro, arquivar os
 comprovantes de saque, notas fiscais e recibos dos insumos adquiridos. * Qualquer
 dúvida procurar pelo técnico da EMATER. Comunidade de ***** Datas
 04/12/2017. (EMATER-MG, 2017, p. 2).

ORIENTAÇÃO TÉCNICA (Situação Atual, Orientações e Recomendações):
 Recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).
 Pelo fato de ter havido problema a agricultora não conseguiu sacar na casa lotérica
 de Datas, sendo necessário o deslocamento até Diamantina para emissão de um novo
 cartão e saque do valor. Adquiriu tela para construção do galinheiro. Ainda não
 iniciou a construção. Vai adquirir pintainhas poedeiras. Providenciar a construção do
 galinheiro o mais rápido possível. Arquivar todos os comprovantes, recibo e notas
 fiscais dos insumos e materiais adquiridos. Vacinar todas as aves contra neivastle e
 gripe aviária. Fornecer água e alimentos de qualidade para as aves. Prender as aves
 no período noturno evitando o ataque de predadores e facilitando o manejo com
 vacinas e medicamentos. Manter o quintal livre de plásticos e outros lixos. Ao
 administrar algum antibiótico para os animais, observar o período de carência para
 consumir ovos e os frangos. Não utilizar fogo na limpeza das áreas a serem
 cultivadas. * Qualquer dúvida procurar pelo técnico da EMATER. Comunidade de
 ***** Datas 16/01/2018. (EMATER-MG, 2018, p. 2).

E para os agricultores que estruturaram a atividade de produtiva de horticultura e
 semelhantes, os relatórios relatam as seguintes informações da primeira e segunda visita,
 respectivamente, ao beneficiário identificado por “Agricultor 19”:

ORIENTAÇÃO TÉCNICA (Situação Atual, Orientações e Recomendações):
 Recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 1.400,00. Ainda não adquiriu o material. Já possui uma pequena horta, produzindo alface, cenoura, beterraba, salsa, mostarda, cebolinha, brócolis, couve. Comercializa na feira local e no PNAE. Adquirir material de qualidade conforme projeto produtivo elaborado. Arquivar todos recibos, comprovantes de saque ou notas fiscais. Evitar a utilização de agrotóxico e adubos químicos, procurando utilizar defensivos alternativos e adubos orgânicos. Não utilizar fogo para limpeza do local da horta. Qualquer dúvida procurar pelo técnico da EMATER. Comunidade de ***** Datas 08/08/2017. (EMATER-MG, 2017, p. 2).

ORIENTAÇÃO TÉCNICA (Situação Atual, Orientações e Recomendações):
 Recebeu a segunda parcela no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Adquiriu material de irrigação, adubos e outros insumos para o cultivo de hortaliças. Irá construir estufa para produção de mudas de hortaliças. ORIENTAÇÕES /RECOMENDADAÇÕES: Certificar a qualidade da água utilizada para irrigação das hortaliças. Fazer o registro de uso insignificante de água junto ao IGAM. Evitar a utilização de agrotóxicos. Utilizar defensivos alternativos. Arquivar todos os recibos e notas fiscais dos insumos e matérias adquiridos. Qualquer dúvida procurar pelo técnico da EMATER. Comunidade de ***** Datas 28/11/2017. (EMATER-MG, 2017, p. 2).

Analisando o conteúdo dos relatórios, é possível extrair informações do trabalho de acompanhamento do Programa a produtores que estruturaram a bovinocultura de leite (20% dos agricultores beneficiários). As orientações se concentraram em conferir o recebimento de recursos; acompanhar a compra de animais; instruir sobre a necessidade de vacinas e remédios, conforme o órgão regulamentador (Instituto Mineiro de Agropecuária), e o manejo dos animais; formar estoques de alimentos para período de seca; recomendar a limpeza da propriedade; e respeitar prazos de utilização do leite após aplicação de vacinas e remédios. Nos demais relatórios consultados que descrevem as atividades realizadas junto às famílias dessa atividade produtiva, nota-se semelhança na estrutura e metodologia de trabalhos concluídos pela empresa executora, não sendo percebida uma diferenciação de orientações de um agricultor para outro.

Para a atividade produtiva de avicultura de postura, que teve uma incidência de estruturação entre 33% dos agricultores beneficiários, sendo a de maior implantação no município, as orientações se voltam para informações sobre o saque dos recursos financeiros (primeira e segunda parcela); construção de galinheiro para estruturação da atividade produtiva; de limpeza da propriedade; e vacinação das aves. De certa forma, essas recomendações têm uma amplitude geral nos relatórios consultados, como no caso da bovinocultura de leite.

E a horticultura, como a terceira atividade produtiva estruturada mais escolhida/realizada entre as famílias beneficiárias, com o percentual de 10% do total geral, difere das demais pelo fato de seus meios de produção, manejo e produtos produzidos serem

de origem vegetal e da terra, oriundos da agricultura. De acordo com relatórios, as orientações metodológicas se baseiam em recomendações de cultivo, como adquirir materiais e insumo de qualidade e mudar o uso de agrotóxicos e defensivos químicos para alternativos na produção. Nos relatórios transcritos teve uma informação em destaque: a recomendação de certificar a qualidade da água utilizada para irrigação das hortaliças em que se pretendia essa ação pelo agricultor, com a adoção dessa técnica de produção em conjunto com a estrutura de uma estufa, além da recomendação de o produtor fazer o registro de uso insignificante de água junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas. As orientações quanto às atividades de hortaliças foram parecidas, utilizando métodos semelhantes de acompanhamento técnico.

Faz-se necessário expor que, na documentação consultada na empresa ou de posse com os agricultores, não foi encontrado o projeto produtivo escrito, impresso, considerando, assim, uma falha de execução, pois um diagnóstico das condições de produção, com a identificação de pontos fortes e fragilidades, foi encontrado nos documentos, no entanto, com pouco aprofundamento de informações. Era obrigação da ATER na segunda etapa, com base no diagnóstico, elaborar um projeto detalhado para organizar a produção, com estabelecimento de metas. Por fim, este agente acompanha a família durante a implementação do projeto, para que seja executado da melhor forma possível, podendo orientá-la inclusive quanto a formas de comercializar os excedentes. Nos relatórios técnicos são mencionadas as informações do projeto, mas não foram encontrados documentos palpáveis que pudessem ser fonte de informações para análise ou, até mesmo, o projeto de cada agricultor.

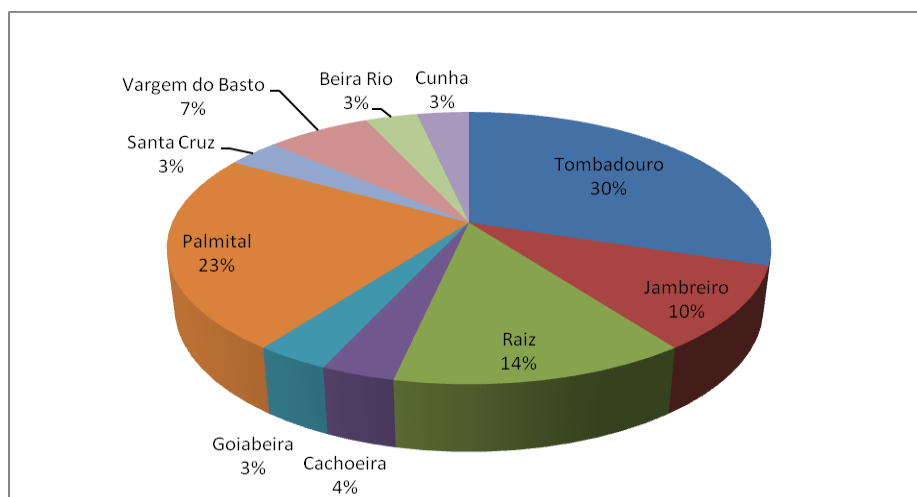
3.2 Pesquisa de campo: entrevistas com agricultores beneficiários

Diante do recorte apresentado e justificado nos procedimentos metodológicos do tipo de pesquisa adotado, o tratamento qualitativo das informações em campo foi adicionado para compreensão do evento de estudo em questão. Essa abordagem qualitativa busca analisar, de forma mais ampla, os detalhes da investigação empírica, por trabalhar, de acordo com Minayo (2001), com acepções, motivos, absorvências, convicções, valores e atitudes, procurando responder a questões ímpares de uma realidade que não pode ser quantificada.

No município de Datas, após o acesso às informações fornecidas pela Emater-MG, traçou-se a estratégia para visitar os agricultores beneficiários pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e entrevistá-los nas seguintes comunidades locais: Tombadouro, Jambreiro, Raiz, Cachoeira, Goiabeira, Palmital, Santa Cruz, Vargem do Basto,

Beira Rio e Cunha. Essas estão localizadas por todo o território do município e, conforme o Gráfico 13, abrangem diferentes percentuais de participantes do Programa. Pela quantidade de comunidades atendidas, nota-se a existência de beneficiários por todo o território municipal, mas mais da metade (53%) estão concentrados em duas principais: Tombadouro e Palmital.

Gráfico 13 - Famílias atendidas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por comunidade e em percentual. Dados, 2017-2018



Fonte: AUTOR, 2020.

As seis primeiras questões do instrumento de pesquisa buscam traçar um perfil do agricultor, demonstrando dados sociodemográficos que possibilitaram coletar informações gerais sobre o grupo de beneficiários. Esses dados incluem características como idade, sexo, renda e tipo de atividade produtiva realizada, ambos concentrados nas Tabelas 11 e 12.

Tabela 11 - Dados sociodemográficos dos agricultores beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Dados, 2020

Variável	Divisões	N. Total	%
Gênero	Feminino	14	87,5
	Masculino	2	12,5
Faixa etária	De 18 a 24 anos	-	-
	De 25 a 34 anos	1	6,2
	De 35 a 44 anos	3	18,8
	De 45 a 54 anos	9	56,3
	De 55 a 64 anos	2	12,5
	Acima de 65 anos	1	6,2
Atividade autodeterminada	Lavrador(a)	4	25,0
	Roceiro(a)	1	6,3
	Agricultor(a) familiar	11	68,7
	Camponês(a)	-	-
	Extrativista	-	-

Fonte: AUTOR, 2020.

Tabela 12 - Dados dos agricultores quanto à renda, atividade produtiva, destinação e participação em outras políticas públicas. Datas, 2020

Participante	Renda familiar	Atividade produtiva	Destinação da produção	Participantes de outras políticas públicas
Agricultor 1	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	PNAE, PAA e PRONAF
Agricultor 2	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	PNAE, PAA e Bolsa Família
Agricultor 3	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	PNAE, PAA e PRONAF
Agricultor 4	1 sal.	Agricultura	Consumo familiar	Não participa
Agricultor 5	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	PNAE e PAA
Agricultor 6	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	PRONAF e PAA
Agricultor 7	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	Bolsa Família, PNAE e PAA
Agricultor 8	1 sal.	Agricultura	Consumo familiar e venda	Garantia Safra, aposentadoria rural e PAA
Agricultor 9	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	Garantia Safra, PNAE e PAA
Agricultor 10	1 sal.	Agricultura	Consumo familiar e venda	PRONAF, PNAE e PAA
Agricultor 11	1 sal.	Agricultura e pecuária	Agricultura e pecuária	Bolsa Família, PNAE e PAA
Agricultor 12	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	Bolsa Família e Garantia Safra
Agricultor 13	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	PNAE e PAA
Agricultor 14	1 sal.	Agricultura	Consumo familiar e venda	Garantia Safra, PNAE e PAA
Agricultor 15	1 sal.	Agricultura	Consumo familiar e venda	PNAE e PAA
Agricultor 16	1 sal.	Agricultura e pecuária	Consumo familiar e venda	PNAE e PAA

Fonte: AUTOR, 2020.

O perfil dos beneficiários demonstra um quantitativo predominante de mulheres como beneficiárias da política pública em estudo, representando a chefia do grupo familiar – essa informação está de acordo com outros programas sociais que dão preferência a colocar a mulher como chefe do grupo familiar, como o caso do Bolsa Família. Quanto à faixa etária, a maioria dos agricultores beneficiários está na faixa de 45 a 54 anos, um indicativo de população que já se encontra fixada no campo e, em correlação com informações anteriores, boa parte dessa está ou estará em condições de requerer a Aposentadoria por Idade para Trabalhador Rural,¹⁸ que prevê o direito de solicitar o benefício com antecipação de cinco anos, sendo mulher a partir de 55 anos e homens, 60 anos. Outra questão sociodemográfica é

¹⁸ O segurado especial (agricultor familiar, pescador artesanal e indígena), para solicitar a aposentadoria por idade e ser beneficiado com a redução de idade para trabalhador rural, deve estar exercendo a atividade na condição de segurado especial (ou seja, rural) quando fizer a solicitação ou quando implementar as condições para o recebimento do benefício.

o nível de instrução dos agricultores, quando foi respondido por 93,75% deles a instrução do ensino fundamental incompleto, sendo apenas um que tinha concluído a do ensino médio, justamente com idade de 25 a 34 anos.

Em relação a como os entrevistados se autodeterminam, a denominação de agricultor familiar é respondida por 68,7%. Segundo a Lei nº 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar), o enquadramento como agricultor familiar prevê que, em toda a população pesquisada e respondida, o maior percentual que compõe a renda do domicílio deve ser provida do trabalho com as atividades rurais, de produção, que tem a mão de obra realizada por integrantes da família composta por filhos, netos e cônjuge.

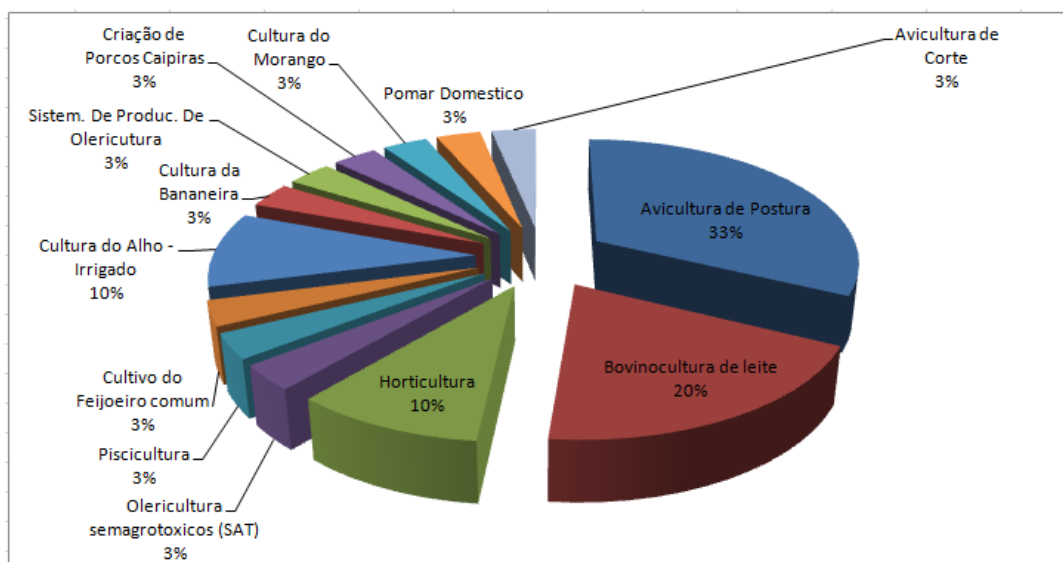
Foi detectado que 93,75% dos beneficiários já foram ou são participantes de outras políticas públicas, primordialmente conhecidas e destinadas para o fortalecimento da agricultura familiar (PNAE, PAA e PRONAF). Pode verificar que esses produtores podem estar incluídos na rota de inclusão produtiva rural, utilizando os canais de vendas institucionais existentes no PNAE e PAA – assim condizente com as respostas sobre o destino da produção excedente, usada para o consumo familiar e a venda. A comercialização da produção, segundo os pesquisados que a realizam, é feita em domicílio, fornecimento para feirantes e atravessadores e, em alguns momentos, venda via PNAE e PAA.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais previa a execução e estruturação de um projeto produtivo. Para tanto, os dados da pesquisa demonstraram as atividades estruturadas pelos agricultores entrevistados, em confirmação aos dados da empresa executora no ACT-MG/2016 (Gráfico 14). A avicultura de postura, a bovinocultura de leite e horticultura foram as atividades em destaque na execução do Programa, somadas em 63% do total. A avicultura e horticultura têm notoriamente seus resultados de produção e fornecimento de alimentos em curto prazo; já a bovinocultura do leite é em médio e longo prazo, no entanto, agrega mais valia em seus produtos e derivados. Por outro lado, a horticultura tem sua produção de fácil manejo e comercialização, mas precisa de um clima favorável ao cultivo dos vegetais.

Em trabalho realizado no município de Japonvar, Norte de Minas Gerais, Santos e Chaves (2018) pesquisaram a execução do PBSM entre 2014 e 2018 na região e, em seus resultados, apresentaram que 60,49% dos agricultores selecionados para participar do Plano escolheram a avicultura caipira como atividade a ser estruturada. De acordo com as autoras, o manejo de avicultura é tipicamente praticado nas propriedades rurais de produção familiar como uma de suas mais importantes atividades executadas, por ser de fácil administração, uma vez os animais são criados em sistemas amplos, com animais rústicos e boa produção de

alimentos, como carne e ovos. Outro fato é que a alimentação dos animais vem, em parte, de reaproveitamentos das sobras de produção agrícola, o que possibilita uma atividade rural menos custos, além da margem de lucros. Esta atividade é original e historicamente conhecida como rentável e sempre com demanda comercial a ser atendida (SANTOS; CHAVES, 2018).

Gráfico 14 - Atividades estruturadas por meio do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em percentual. Datas, 2017-2018



Fonte: AUTOR, 2020.

As necessidades da unidade de produção das famílias e como o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais atendeu a essa demanda foram respondidas por meio de perguntas abertas. Dando assim mais liberdade ao entrevistado em compartilhar o que sua unidade de produção necessitava para uma estruturação efetiva.

As respostas registradas tiveram similaridades de conteúdo e enfocaram que, para as atividades relacionadas à avicultura, os recursos financeiros foram empregados desde insumos e materiais para construção de galinheiros e criadores ao capital de giro para movimentação da produção. Já para os produtores de horticultura, os recursos possibilitaram a expansão de áreas cultivadas e insumos. E para os produtores que estruturaram a bovinocultura de leite, os recursos atenderam basicamente as necessidades do aumento de animais e melhorias nas estruturas das propriedades, construção de cercas e currais. A Tabela 13 resume as respostas de todos os agricultores entrevistados de forma sucinta.

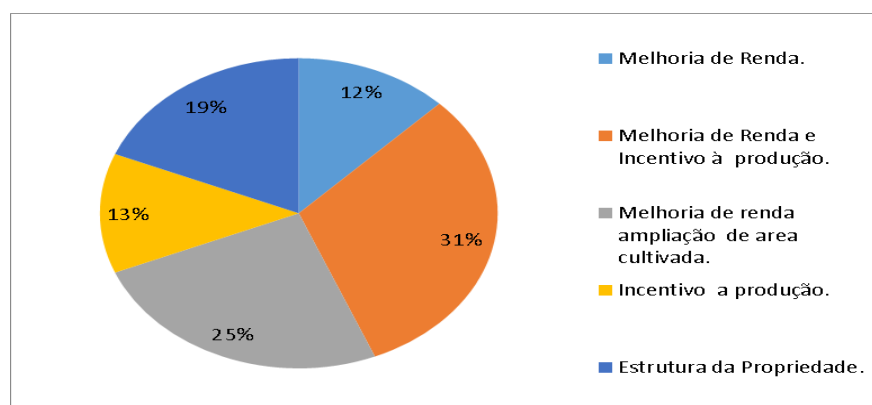
Tabela 13 - Atendimento de necessidade pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Datas, 2020

Participante	Atendimento das necessidades da unidade produção
Agricultor 1	Investimento na granja comunitária – insumos, capital de giro
Agricultor 2	Compra de sementes, insumos e defensivos
Agricultor 3	Capital de giro para granja comunitária – matérias (arame), melhoria da estrutura
Agricultor 4	Investimento na produção de milho e feijão, melhorias na horta para poder plantar mais
Agricultor 5	Melhorar a propriedade; compras de animais
Agricultor 6	Compra de adubo e defensivos
Agricultor 7	Melhorias na propriedade, compra de animais
Agricultor 8	Materiais para construção do galinheiro, ovos para chocar, pagar mão de obra
Agricultor 9	Investiu na construção de chiqueiro e galinheiro
Agricultor 10	Investiu em compra de gado (duas novilhas) e insumos
Agricultor 11	Investiu na terra, adubação, calcário na área de 2 ha
Agricultor 12	Compra de motor para irrigação
Agricultor 13	Compra algumas bezerras
Agricultor 14	Investiu em aves, galinheiro (construção) e telas
Agricultor 15	Aumentou os canteiros de horta
Agricultor 16	Investimento na produção de alho

Fonte: AUTOR, 2020.

Em análise das respostas, verifica-se que o Programa possibilitou, no primeiro momento, um novo investimento ou melhorias na estrutura da propriedade ou estruturação da unidade produtiva. De imediato não é observada uma melhoria na vida ou produção e, assim, os resultados só foram percebidos no decorrer do tempo. Apesar de que, quando questionados sobre quais os benefícios imediatos que o Programa proporcionou, a informação de melhoria de renda e incentivo à produção foi a resposta mais apresentada, seguida de melhoria de renda e aplicação de área cultivada (Gráfico 15). Em virtude de o fomento custear os investimentos nas atividades estruturadas, esses irão proporcionar aumento de produção e consequentemente mais recursos para o orçamento familiar ou, até mesmo, visualização futura de melhoras.

Gráfico 15 - Benefícios imediatos com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em percentual. Datas, 2017-2018



Fonte: AUTOR, 2020.

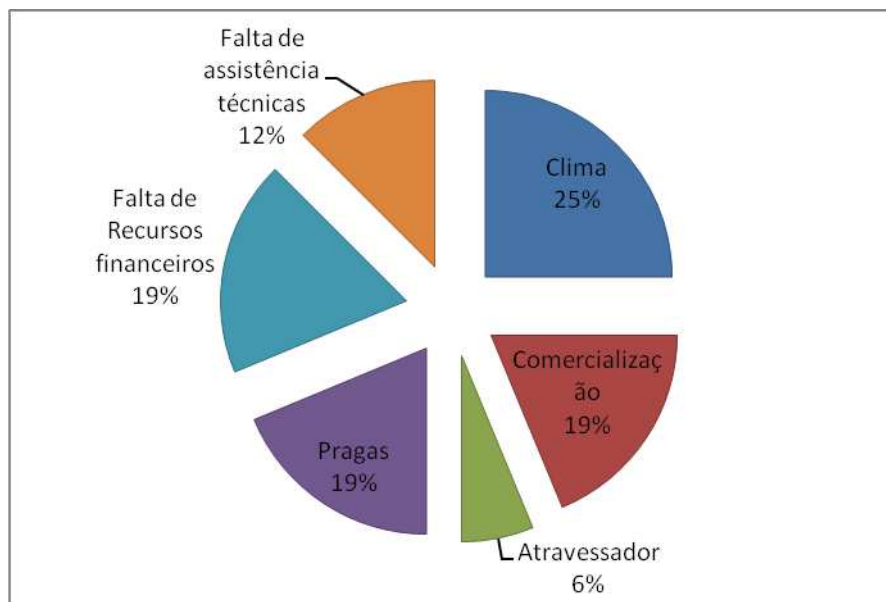
De forma resumida e amplamente respondida pelos agricultores, os objetivos descritos pelos entrevistados estão relacionados ao crescimento e desenvolvimento dos meios produtivos e melhorias na propriedade, de modo que depois do pagamento da primeira parcela do fomento, que para todos os agricultores foi de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), esses objetivos foram realizados. Conforme descrito anteriormente no relatório de acompanhamento da ATER, uma das recomendações constadas era a guarda de recibos, notas fiscais e comprovantes de gasto dos recursos do fomento. Assim, eles tiveram um prazo para aquisição dos materiais, insumos, animais para colocar em prática as primeiras etapas do projeto produtivo elaborado e ação registrada, com a visita do técnico da Emater-MG em meses posteriores à implementação do Programa e, assim, verificar o andamento das atividades e do cumprimento das etapas do projeto.

Pela análise dos documentos da empresa executora e as respostas colocadas pelos agricultores, foi criada uma espécie de tutela para o investimento de recursos diretamente na estrutura da unidade produtiva pleiteada no projeto, no entanto, foi respondido por quase todos os agricultores que não têm documentos do projeto sob guarda/arquivo. A princípio pode ser que tais documentos foram arquivados pela empresa executora ou indícios de um erro inicial na fase de diagnóstico da situação do agricultor.

Em toda a população pesquisada, a agricultura é a principal atividade exercida no grupo familiar e a renda média informada é de um salário mínimo, complementada para 18,75% dos agricultores por recursos recebidos do Bolsa Família. Introduzido nas estratégias do Fome Zero em 2003, como ação iniciada de garantia de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, esse Programa é uma das políticas públicas de transferência de renda mais conhecida, podendo ser considerada uma das mais bem-sucedidas já implantadas no Brasil.

Ainda segundo dados da pesquisa, os problemas na produção agrícola estão ligados a aumento ou diminuição dos valores mensuráveis da renda familiar. Conforme o Gráfico 16, o clima é o principal problema apontado, fato compreensível pelas técnicas rudimentares utilizadas e, até mesmo, pelo desconhecimento ou pela falta de acesso a novas tecnologias, que poderiam minimizar problemas relacionados à atmosfera terrestre.

Gráfico 14 - Principal problema para produção agrícola, em percentual. Datas, 2017-2018



Fonte: AUTOR, 2020.

A comercialização da produção ficou em segundo lugar, pois para muitos beneficiários faltam canais de distribuição e apoio do governo local. A figura do atravessador apresenta como problema pelos baixos preços ofertados pela produção e, como faltam canais de distribuição, é feita a comercialização por preços mais baixos, ocorrendo a desvalorização e diminuição dos rendimentos da unidade de produção.

Para completar as informações coletadas, têm-se os seguintes problemas na produção agrícola: as pragas e as faltas de recursos financeiros e assistência técnica. Em relação às pragas, essas podem ser mitigadas com mudanças nos manejos, associação de novas tecnologias, mas para tanto é necessária presença de assistência técnica – um problema descrito depois e que, quando não ofertada por políticas de assistencialismo, é um custo para a produtor, ligando a outro problema, falta de recursos para investimento. Dessa maneira, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ofereceu aos agricultores duas soluções: os recursos financeiros e a assistência técnica, indicando sucesso na execução apenas na atividade produtiva implantada/estruturada, já que essa política não prevê a abrangência da assistência técnica para as demais atividades produtivas da família.

Considerando o período de acompanhamento da política pública pela empresa executora, entre os anos de 2017 e 2018, foi indagado em pergunta aberta aos agricultores sobre o que a propriedade passou a ter após a execução do Programa. Grande parte das respostas, principalmente aquelas dos beneficiários que estruturaram unidades de produção da bovinocultura de leite e avicultura de corte, descreveu um aumento no conjunto de animais da

propriedade, principalmente oriunda da reprodução e desenvolvimento do rebanho e plantel após o Programa. Por outro lado, os agricultores que estruturam a produção relacionada à cultura do solo para produzir vegetais, alimentos em geral, mantêm ainda essas estruturas e continuam produzindo seus alimentos. Para demonstrar e ilustrar seus resultados, a Figura 5 é um registro fotográfico das atividades estruturadas e em funcionamento nos dias atuais de dois agricultores, com o plantio de bananas e morangos.

Figura 5 - Plantio de bananeiras e produção de morangos estruturado pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Datas, 2020



Fonte: AUTOR, 2020.

As exigências para a empresa executora eram, no mínimo, três visitas domiciliares durante a execução do Programa, apontadas na análise documental. Isso foi confirmado por todos os produtores e atestado pelos relatórios internos de execução. Ainda assim, observou-se certa carência de um número maior de visitas, para fins de assistência técnica mais presente e adicional.

Igualmente para todos os produtores rurais, as melhorias na vida familiar, quando questionados, estão relacionadas à construção de estruturas de produção; melhorias nas propriedades; aumento do número de animais; ampliação das áreas de cultivo; e principalmente o remanejamento do orçamento familiar, ou seja, recursos que seriam utilizados para investimentos na propriedade, com o fomento, puderam ser realocados de várias maneiras, como novos investimentos, quitação de dívidas e despesas familiares. A

avaliação dos produtores locais sobre o PBSM, materializada pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, foi descrita como ótima em 100% das respostas coletadas.

Por fim, a partir das respostas da última pergunta do questionário, “*o que o(a) Senhor(a) ainda precisa para sua produção? E qual apoio do Governo lhe falta?*”, os anseios desses agricultores por apoio são urgentes, principalmente o apoio municipal, da Prefeitura de Datas. Tal fato é descrito por uma agricultora: em muitas ocasiões, deixa de produzir por falta de condições de transporte para o escoamento de sua produção e, por isso, não oferta sua produção na feira local da cidade, porque o executivo municipal não disponibiliza parcerias para o transporte e nem maquinário adequado para sanar dificuldades.

Também é demonstrada a burocracia em acesso às linhas de crédito, pois a solicitação da renovação de DAP é um processo complicador para o desenvolvimento da produção e, por conseguinte, muitos agricultores optam em não buscar ou participar dessas ações.

Observa-se que a empresa executora poderia ter abrangido sua atuação além da previsão contratual com o Programa, pois foram apresentadas queixas dos agricultores da falta de assistência técnica e do desconhecimento de informações para inserção em outras políticas. Um trabalho junto aos agricultores, em médio a longo prazo, seria o ideal, pois com o diagnóstico dos agricultores, já feito pela Emater-MG, para atendimento e inclusão no Programa, é uma fonte de informações importante que poderia ser utilizada para diversos fins, como inclusão em novas políticas públicas, modificação, alteração e aprimoramento dos sistemas de produção existentes nas propriedades dos agricultores, *feedback* em atividades em execução na propriedade, entre outros.

A própria Prefeitura local também poderia contribuir com políticas e ações municipais, no tocante ao transporte de produção, orientações e informações técnicas, auxílios ao enquadramento para vendas em canais de comercialização local e governamentais que beneficiassem os agricultores familiares em geral – fato informado por muitos agricultores entrevistados desse desamparo da administração municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi construída a partir do título “Agricultura familiar e política pública: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG”, mensurando um olhar teórico em contrapartida à aplicação prática. Buscou-se promover uma análise que considerasse a problemática das políticas públicas e a agricultura familiar, num entendimento dos fatores que proporcionam o desenvolvimento e fortalecimento dessa categoria em uma situação digna de vida e trabalho no campo.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, conforme portais e documentos oficiais do governo, foi criado para superar a extrema pobreza no país, tendo em vista que pobreza não se resume somente a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas foram prioridades no PBSM quando criado, mas muito além de estudar apenas o Programa, temos um universo complexo a ser analisado, como a ocupação e o trabalho no campo.

Constatou-se uma estrutura fundiária intensamente concentrada, tanto em nível de Brasil, quanto em nível de estado, refletindo semelhantemente em nível de município, no caso de Datas. O perfil da estrutura fundiária brasileira, desigual e intensamente concentrada, persiste, caracterizando a manutenção da desigualdade na distribuição de terras nesse país. No município de Datas, mais de 50% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares, no entanto, ocupando apenas 6,26% (2006) e 4,07% (2017) da área total. Por outro lado, os estabelecimentos de 500 hectares a mais, que são minoria, ocupam 43,68% (2006) da área total, com redução do número de estabelecimentos agropecuários (2017) no município de Datas.

Constatou-se que a redução da área total dos estabelecimentos da agricultura familiar não se deu na mesma proporção da redução do número de estabelecimentos, podendo ser explicada pela mudança na metodologia adotada pelo IBGE e/ou intensificação da concentração fundiária, devido ao aparecimento de um estabelecimento agropecuário no grupo de área de 2.500 ha a menos de 10.000 no último censo. Isso contribuiu para a elevação da área total ocupada pelos estabelecimentos da agricultura não familiar e redução da área total ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar.

No tocante a produção de alimentos em Datas pela agricultura familiar, há participação tanto de agricultores familiares quanto de não familiares no cultivo de culturas

anuais, hortaliças, demais espécies, bienais e perenes, com a predominância da participação dos primeiros em termos de número de pessoas e maior percentual de produção para a maioria das culturas. E isso revela grande potencial da agricultura familiar na produção das principais culturas exploradas no município.

Considera que a agricultura familiar, após a legitimação institucional com o PRONAF e a Lei da Agricultura Familiar, várias políticas públicas foram direcionadas para a categoria, reafirmando-a sua importância no cenário econômico nacional. Verificou-se que as políticas públicas estão presentes e em atendimento aos agricultores familiares, com destaques para o PNAE e PAA. No entanto, essa categoria ainda precisa do apoio estatal para seu pleno desenvolvimento produtivo, com ações simples como a disponibilidade de transporte para o escoamento da produção.

Para o estudo analítico do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do PBSM, foi verificado como uma das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar tem contribuído para o fortalecimento das atividades dos agricultores desta categoria, com melhoria das condições materiais e de produção. Isso seria em decorrência do recurso investido e das assistências técnicas recebidas pelos agricultores participantes do Programa.

Na amostragem pesquisada, comprovou-se que a política pública foi efetivamente executada, segundo as informações obtidas. No entanto, algumas falhas aconteceram, como a não localização do projeto produtivo individual na empresa executora ou com os próprios beneficiários; a exclusão de famílias que não encaixavam nos requisitos do Programa e não realização de suas substituições por novos beneficiários; e a carência de visitas técnicas mais constantes às propriedades dos agricultores, para além de sua produção investida.

A finalidade do Programa foi localmente atingida, mas essa única política pública não é suficiente para o desenvolvimento constante da agricultura familiar. Com a mudança de governos, principalmente devido a seus diferentes perfis, o Programa caminha para sua extinção, sem divulgação de novas políticas públicas com estrutura ou forma de trabalho semelhante, para atender os agricultores familiares. Por outro lado, em vista de melhorar o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, as famílias apresentam algumas sugestões de ações que podem contribuir para o escoamento da produção, como o apoio do governo municipal com o transporte para feiras e demais locais de vendas dos produtos.

Quanto aos benefícios do Programa, tem-se o incentivo à produção e, em consequência, o desenvolvimento imediato da economia local, devido aos recursos financeiros, assim gastos com a estruturação da atividade produtiva para o fortalecimento da agricultura familiar, circularem no comércio local. Com o fortalecimento da produção dos

agricultores familiares, pelo aumento da quantidade de área plantada e pela introdução de novas culturas, a cadeia produtiva e de consumo tende a ser fortalecida.

É temerosa a mudança repentina e brusca de perfis do governo, pois a necessidade de políticas públicas específicas, para determinados setores da sociedade, é notória e pública em dados oficiais, como é o caso da agricultura familiar. Não é apenas o aumento da produção, mas também, seu início, já que poderá contribuir consequentemente com o combate à pobreza no meio rural, a garantia da segurança alimentar, a geração de renda, a agregação de valor e a estabilidade do modelo de desenvolvimento rural, possibilitando a fixação do ser humano no campo e fortalecendo a economia local, uma vez que o Programa em análise pode melhorar o poder aquisitivo do produtor. Mas, como demonstrado nesse trabalho, ocorre desinvestimentos do governo no viés social, como a tendente extinção do Programa de Fomentos do PSBM sem outra política em substituição.

No decorrer das entrevistas, foi notada a empolgação dos agricultores e uma vontade de investirem em suas estruturas produtivas e propriedades em geral. Deste modo, foi comprovado que o PSBM teve sucesso no estímulo à agricultura familiar, proporcionando a inclusão econômica e social dos agricultores e impulsionando-os a manterem suas atividades agrícolas, o que é considerado um dos objetivos do Programa.

Pela introdução e execução do Programa no município, agricultores, que anteriormente não participavam de políticas semelhantes, passaram a ter a possibilidade de aumentar sua produtividade e, consequentemente, comercialização de suas mercadorias com melhores preços e usando outros canais de comercialização, como o PAA e PNAE. E, por isso, afirma-se que tal Programa de Fomento contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Datas, como uma importante ferramenta pública.

Assim, esse trabalho pretendeu evidenciar e registrar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar e consequentemente o desenvolvimento rural e fortalecimento indireto da economia local. Para tanto, destacou-se a produção acadêmica, as categorias e organizações sociais, os governos e suas agendas políticas, quando todos devem ser incluídos na promoção de políticas públicas com foco na agricultura familiar e no campo.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. **Revista Terra Livre**. São Paulo/SP. Ano 27, V. 1 n. 36, p. 69 - 95. Jan-Jun. 2011. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/426/403>. Acesso em: 30 de Jul. 2020.

ANDRADE, Hulie Gonçalves; SULZBACHER, Aline Weber. Um Estado Para Quem? Breve Análise Das Políticas E Investimentos Realizados No Campo Pelo Governo Temer. **Anais da VI Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão SEMANA DA INTEGRAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, 6., 2018., Diamantina, MG. Anais, UFVJM, 2018, 1161 p. Disponível em <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1711>. Acessado em: 18 de Dez. de 2020.

ARBAGE, A.P. **Fundamentos de Economia Rural**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2012.

ATER: **Apostila dos Agentes de Ater**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2014. [S.l.]

BECKER, C.; ANJOS, F. S. DOS. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 11.

BRASIL. Decreto Nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de jun. de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm#:~:text=DECRETA%3A,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 de jul. de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm . Acesso em: 03 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha Brasil sem Miséria no seu Município**. Edição Revisada. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Resultados**. Brasília, 2014a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria e os resultados do Programa de Fomento: Primeiros Apontamentos**. Brasília, 2014b (mimeo)

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

CAMPELLO, T. ; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 848 p. : gráfs, mapas, tabs. 2014.

CAMPELLO, T.; MELLO, J. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: CAMPELLO, T. ; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 848 p. : gráfs, mapas, tabs. 2014.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS. **Canal do Trabalhador(a)**. 2018. Disponível em:
<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1> Acesso em: 04 de fev. 2020.

COSTA, P. V. da; FALCÃO, T. Coordenação intersetorial das ações do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T. ; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 848 p. : gráfs, mapas, tabs. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Feijão**. EMBRAPA. Disponível em:
https://www.agencia.cnptia.EMBRAPA.br/gestor/feijao/arvore/CONTAG01_69_1162003151646.html. Acesso em: 04 de Fev. 2020.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER. **Carta Anual De Governança Corporativa, EMATER - MG -Emater-Mg 2020**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=21592> Acesso em: 14 de dez. 2020.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER. **Relatório Físico de Atividades Individuais - Ateste do(a) Agricultor(a)**. Escritório Local. Datas MG. 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER. **Relatório Físico de Atividades Individuais - Ateste do(a) Agricultor(a)**. Escritório Local. Datas MG. 2018.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER. **Relatório Geral de execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Plano Brasil Sem Miséria.** Minas Gerais. 2020.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER. **Agricultura familiar terá R\$ 5,2 milhões para fomento da produção em Minas Gerais**. 2016. Disponível em:
http://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=20953 Acesso em 05 de Jan. 2020.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER. **Plano Brasil Sem Miséria e EMATER-MG beneficiarão 600 famílias em 2019**. 2019. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=23067 Acesso em 05 de Jan. 2020.

FALCÃO, T; COSTA, P. V. da. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T. ; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 848 p. : gráfs, mapas, tabs. 2014.

Gil, A.C., 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: critica da moderna agricultura** . 2. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, p. 125-146, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. **Módulo fiscal**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>. Acesso em: 02 de Jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 04 de fevereiro. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. , 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao> Acesso em: 06 de fevereiro. 2020.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FRÖHLICH, E. R.; DORNELES, B. S. **Elaboração de monografia na área de desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LÊNIN, V. I. U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2 ed. Abril Cultural. São Paulo, 1985.

LOPES, J. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9-16

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

MELLO, J.; ANDRADE, B. T. ;MELCHIORI, C E; OLIVEIRA, Y R de. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, T. ; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 848 p. : gráfs, mapas, tabs. 2014.

MENDRAS, H.. La findespaysans, 2. ed. Paris, ActesSud, 1984. **Rambaud, Placide**. “L’apportdestravailleurs de la terra à lasociétéindustrielle”. Sociologia Ruralis, 22, 2:108-121, 1982.

MINAS GERAIS. **Relatório De Execução Do Programa De Fomento Brasil Sem Miséria**. Emater –MG. 2020.

MINAS GERAIS. **Relatório Geral Sintético por Município - Safra Agrícola - Datas MG**. Emater –MG. escritório local 2016, 2017 e 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Caderno de Resultados – 2011/2014**. Brasília, DF: SESEP, 2014a. Cartilha Brasil sem Miséria no seu Município. Edição revisada. Brasília, DF: SESEP, 2013. BRASIL.

MOURA, M. M. **Os Deserdados da terra**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

MÜLLER, A. L. **A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007.

NASCIMENTO E. C. do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Revista de Artes e Humanidade**, N.4, Mai-Out 2009.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o Claudicante Quadro institucional. In: XXIII Congreso de la Asociacion Latinoamericana de Sociologia. **Anais**. San Carlos: ALASRU, 2001

RIBEIRO, E. M. *et al*. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 04, p. 1075 -1102, out-dez 2007.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: Agricultura Familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 63-84. 2014.
- PORTO, S. I.; SOARES, E. S.; SOARES, J. F.; Cruz, K.C.M. S.; VIEGAS, G. L; VIANA, C. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In.: **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.p. 35-55
- RODRIGUES, M. M.A. **Políticas Públicas**. - 3ª reimpr. – 1ºedt. São Paulo, 2010
- REIS, E. P. "**O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro**". Estudos Históricos, 1982.
- SANTILLI, J. Um pouco da história das agriculturas. p. 35-64. In: **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Petropolis. 2009. p. 520.
- SANTOS, A.A **O Programa De Aquisição De Alimentos: Política pública para a agricultura familiar em Datas/MG (2003-2019)**. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em Estudos Rurais) Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri UFVJM – DIAMANTINA – MG -2019,
- SANTOS, A.A.; CHAVES, E.R.; Agricultura Familiar e Política Pública: O Programa Brasil Sem Miséria-Japonvar-MG (2014-2018). In.: **Encontro Estudos Rurais Guimarães Rosa: Narrativas Interdisciplinares Descolonizadoras**. UFVJM – DIAMANTINA - MG. Anais, 2018, p. 94.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SILVA, M. N. S. da; TUBALDINI, M. A. dos S. Processos Socioespaciais Do espaço Agrário Ao Alto Jequitinhonha: A fruticultura redefinindo o uso da terra no município de Datas-MG. In: V Simpósio Internacional da Geografia Agrária, 2009, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2009. Artigos, p. 1-22.
- SILVA, S. P. Políticas Públicas, Agricultura Familiar E Desenvolvimento Territorial: Uma Análise Dos Impactos Socioeconômicos Do PRONAF No Território Médio Jequitinhonha – Mg **IPEA -Texto para Discussão 16937** - Brasília, janeiro de 2012 D
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf Acesso em: 04 de Dez de 2020.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Porto Alegre.
- SOUZA L., A. C.; CASTRO, J. P. M. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). **REVISTA ANTHROPOLÓGICAS**. Ano 19, 26(2):17-54, 2015.

SOUZA, P. M. e BARBE, L. C. Desigualdades regionais na distribuição dos financiamentos do PRONAF: uma análise do período de 1998 a 2012. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 31-43, 2014.

SOUZA, J. V. A. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 5, n. 2, 2003, p 107-120.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **AATR**, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.

VASCONCELOS F.A.G, MACHADO M.L, MEDEIROS M.A.T, NEVES J.A, RECINE E, PASQUIM E.M. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Rev. Nutr.** 2019;32:e180161. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>

WANDERLEY, M. N. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.** V. 2, N. 1. Brasília: jan./abr., 1985.

WANDERLEY, M.N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu/MG, 1996.

WANDERLEY, M.N. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos agricultores familiares

Pesquisa de Mestrado: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG

Questionário para agricultores

Questionário nº _____ Data: _____

Endereço: _____

1. Gênero:

☐ masculino ☐ feminino

2. Faixa etária:

☐ de 18 a 24 anos ☐ de 25 a 34 anos ☐ de 35 a 44 anos ☐ de 45 a 54 anos
☐ de 55 a 64 anos ☐ acima de 65 anos

3. Nível de instrução:

☐ analfabeto ☐ fundamental incompleto ☐ fundamental completo ☐ médio incompleto
☐ médio completo ☐ superior incompleto ☐ superior completo

4. Renda familiar:

☐ até 1 salário mínimo ☐ entre 1 e 2 salários mínimos ☐ entre 2 e 3 salários mínimo
☐ entre 3 e 4 salários mínimos ☐ mais de 4 salários mínimos

4.1. Qual a fonte de renda?

5. Quantas pessoas compõem o grupo familiar? _____

5.1. Especifique em números:

☐ cônjuge ☐ filhos ou enteados ☐ parentes diretos ☐ outros: _____

6. Como o(a) Senhor(a) se autodetermina:

☐ lavrador(a) ☐ roceiro(a) ☐ agricultor(a) familiar ☐ camponês(a) ☐ extrativista

7. Principal atividade econômica/produtiva da família (se tiver mais de uma, informar na ordem de importância):

☐ extrativismo ☐ agricultura ☐ pecuária

7.1. Outras atividades:

8. Destinação do que é produzido:

☐ consumo familiar ☐ venda ☐ consumo familiar e venda

8.1. Como e onde é comercializada a produção?

9. Organização do trabalho nas atividades produtivas:

() trabalho familiar () trabalho individual

10. Participa em qual(is) dessa(s) política(s) pública(s)?

- () Brasil Sem Miséria () Bolsa Família () Aposentadoria Rural () Garantia Safra
() Programa Nacional de Alimentação Escolar () Programa de Aquisição de Alimentos
() Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
() Outras: _____

10.1. Segundo a Emater em Datas, sua família foi selecionada para participar do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria. Como esse Programa atendeu as necessidades de sua unidade de produção?

10.2. Quais os benefícios imediatos que o Programa proporcionou?

- () Melhoria na renda () Oportunidade de comercialização () Incentivo à produção
() Estrutura da propriedade
() Outros: _____

10.3. E quais os primeiros objetivos que o(a) Senhor(a) buscava com a implantação desse Programa em sua propriedade?

11. Qual o principal problema para sua produção agrícola?

- () Clima () Comercialização () Atravessador () Pragas () Recursos financeiros
() Falta de assistência técnica () Outro: _____

12. Como foram gastos os recursos (dinheiro) recebidos do Plano Brasil Sem Miséria?

13. O que passou a ter na propriedade após o Plano Brasil Sem Miséria?

14. Considerar apenas os animais referentes às atividades do Plano Brasil Sem Miséria:

14.1. Quantos havia na propriedade antes do Plano? _____

14.2. E quantos há na propriedade após o Plano? _____

15. Durante a execução do Plano Brasil Sem Miséria, o(a) Senhor(a) recebeu quantas visitas técnicas, por parte da Emater-Datas? _____

16. De maneira geral, quais foram as melhorias na vida familiar?

17. Como o(a) Senhor(a) avalia o Plano Brasil Sem Miséria em sua propriedade?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

18. Por fim, o que o(a) Senhor(a) ainda precisa para sua produção? E qual apoio do Governo lhe falta?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- AGRICULTORES FAMILIARES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- AGRICULTORES FAMILIARES

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa denominada: **AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA**: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG, em virtude de ser agricultor familiar participante do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria podendo assim, fornecer informações acerca do funcionamento do Programa, os avanços, e as dificuldades encontradas quanto à sua execução e os benefícios promovidos em termos de melhoria das condições de produção na sua unidade de produção familiar. A pesquisa será realizada pelo pesquisador Moisés Gonçalves de Melo, aluno do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e sob orientação do Professor Pacelli Henrique Martins Teodoro docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

A sua participação não é obrigatória, sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM ou com sua participação no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria.

O objetivo geral consiste em investigar a implementação, a execução e os impactos da política pública para o setor de agricultura familiar em Datas, em âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria.

Caso você decida aceitar o convite, será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: prestar informações sobre sua participação no Programa, características do seu grupo familiar, características da sua unidade de produção e os benefícios promovidos por este programa para você enquanto agricultor, segundo o seu ponto de vista.

A atual pesquisa envolve como riscos **RELACIONANDO À SUA PARTICIPAÇÃO** o fato de tomar o SEU tempo ao responder ao questionário e de se sentir constrangido (a) ao responder questões que não compreendam bem. E **AINDA O DESCONFORTO QUE PODE SENTIR DEPENDENDO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DO LOCAL EM QUE OCORRERÁ**

A SUMISSÃO DO QUESTIONÁRIO. Como forma de minimizar estes riscos, os entrevistados serão quem definirá o local e horário que deseja responder ao questionário, podendo este responder apenas às questões que desejar, além de ter sua identidade preservada, deixando claro para ele que as informações serão utilizadas apenas para esta pesquisa. NÃO PARTICIPARÃO DA PESQUISA AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO PROGRAMA EM DATAS COM IDADE ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS.

Você terá acesso a toda a transcrição das respostas, e as informações coletadas serão utilizadas somente para fins científicos; sua identidade não será revelada em nenhuma etapa do estudo, sendo mantido o sigilo.

Os benefícios desta pesquisa poderão ser a partir da compreensão e identificação dos impactos do Programa para os agricultores familiares, identificar as limitações para que possam ser trabalhadas no sentido de potencializar a ação do Programa no município, ressaltado também os pontos positivos para a agricultura familiar e para os agricultores familiares participantes do Programa.

Para os agricultores os benefícios diretos serão referentes às informações geradas pelo estudo, em que se espera que a devolutiva dos resultados aos agricultores familiares contribua para a permanência dos mesmos no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria. OS RESULTADOS PODEM TAMBÉM CONTRIBUIR PARA QUE OS AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES COMPREENDAM OS EFEITOS POSITIVOS DO PROGRAMA, QUANTO À MELHORIA DAS SUAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E MATERIAIS.

Os resultados da pesquisa serão levados ao conhecimento dos agricultores familiares do Município que participaram da pesquisa, na qual estes receberam os resultados da análise, bem como haverá divulgação de produções científicas. Cabe enfatizar que a sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas, será voluntária, não havendo remuneração para tal.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

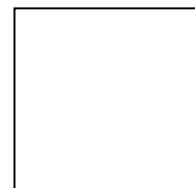
Pesquisador (a): Moisés Gonçalves de Melo

Endereço: Rua Jasmim Nº 91, - Casa, Bairro: Jardim, CEP: 39100-000, Diamantina/MG -
Telefone: (38) 9 9804-3737

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da pesquisa e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____



INFORMAÇÕES – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFVJM

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFVJM

RODOVIA MGT 367 KM 583 Nº 5000 ALTO DA JACUBA

DIAMANTINA/MG CEP 39100-000

TEL.: (38)3532 1240

COORDENADORA: PROF.^a SIMONE GOMES DIAS DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA: LEILA ADRIANA GAUDENCIO SOUSA

EMAIL: CEP.SECRETARIA@UFVJM.EDU.BR

ANEXO A - Carta de Instituição coparticipante**Carta de instituição coparticipante.****MINAS
GERAIS**GOVERNO
DIFERENTE
ESTADO
EFICIENTE

Declaro ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo CEP da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do projeto de pesquisa **AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA: O programa de fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG**, coordenado pelo pesquisador Moisés Gonçalves de Melo sobre a orientação do professor Parcelli Henrique Martins Teodoro, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia da segurança e bem-estar.

EMATER-MG
MAT.: [REDACTED]

Gerente Regional da EMATER-MG / Diamantina

